

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNESP – CAMPUS FRANCA**

FABRICIO TREVISAN FLORENTINO DA SILVA

**HISTÓRIA E GUERRILHA:
ENTRE A TRADIÇÃO RURAL E A PRÁTICA URBANA.
O BRASIL DAS DÉCADAS DE 60 E 70 DO SÉCULO XX.**

**FRANCA
2012**

FABRICIO TREVISAN FLORENTINO DA SILVA

**HISTÓRIA E GUERRILHA:
ENTRE A TRADIÇÃO RURAL E A PRÁTICA URBANA.
O BRASIL DAS DÉCADAS DE 60 E 70 DO SÉCULO XX.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em História. Área de Concentração: História e Cultura.

Agência financiadora: CAPES
Orientadora: Prof^a Dr^a Márcia Pereira da Silva.

**FRANCA
2012**

Silva, Fabricio Trevisan Florentino da
História e guerrilha : entre a tradição rural e a prática urbana. O Brasil das décadas de 60 e 70 do século XX / Fabricio Trevisan Florentino da Silva. –Franca : [s.n.], 2012 111 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Márcia Pereira da Silva

1. Governo militar – Brasil – História – Séc. XX. 2. Política urbana. 3. Guerrilhas – Guerra e operações. I. Título.

CDD – 981.083

FABRICIO TREVISAN FLORENTINO DA SILVA

**HISTÓRIA E GUERRILHA:
ENTRE A TRADIÇÃO RURAL E A PRÁTICA URBANA.
O BRASIL DAS DÉCADAS DE 60 E 70 DO SÉCULO XX.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em História. Área de Concentração: História e Cultura.

Agência financiadora: CAPES

Orientadora: Prof^a Dr^a Márcia Pereira da Silva.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof^a. Dr^a. Márcia Pereira da Silva, UNESP/ Franca

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca, _____ de _____ de 2013.

Dedico à Cândida Trevisan (*in memoriam*).
Mulher, avó, guerreira.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a agência de fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de Mestrado, durante a realização desta pesquisa, o que possibilitou o suporte material fundamental para a execução de nosso estudo, bem como a sua divulgação e troca de ideias em congressos acadêmicos.

Agradecemos, também, a indispensável orientação da Profa. Dra. Márcia Pereira da Silva, que nos acompanha desde a iniciação científica, pela maneira singular como conduziu a presente pesquisa: do processo seletivo à correção final do trabalho. Durante esse período, além da apreensão de temáticas relacionadas à execução dessa dissertação, o convívio nos possibilitou observar um exemplo de profissional ético a ser seguido enquanto pesquisadora e historiadora. Sua orientação persistente e sempre presente nos proporcionou confiança e, ao mesmo tempo, amizade necessárias para o término dessa fase acadêmica.

Às Profas. Dras. Suzeley Kalil Mathias e Maria Cecília de Oliveira Adão pelas considerações e olhar crítico ao nosso trabalho, efetuados durante a Banca Examinadora do Relatório de Qualificação, o que, em muito, contribuíram para o aperfeiçoamento da pesquisa.

À Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho, Margô, pelos conselhos sobre a vida acadêmica, bem como os bate-papos descontraídos, sempre divertidos e alegres.

À Profa. Ms. Helena Amália Papa, minha companheira, por ser exatamente a pessoa que é. Ela é sempre uma inspiração, seja no campo acadêmico ou nas relações pessoais. Não há palavras para agradecer o suporte moral e emocional que me foi dado. Mesmo distante nos últimos meses, o seu apoio foi fundamental para que pudéssemos concretizar etapas desta pesquisa.

À minha família, especificamente minha mãe, Marli Trevisan, e minha tia, Ivone Trevisan, pela presença contínua durante essa fase. A confiança e apoio depositados foram essenciais para superar os obstáculos durante essa trajetória, bem como as inúmeras ocasiões alegres e agradáveis com que passamos em nossa terra natal, Piracicaba, SP.

À Profa. Dra. Luciene Patrici Papa, pelos conselhos acadêmicos e pelo tempo desprendido para trocarmos ideias durante o período de realização dessa pesquisa. Apesar de não ser oriunda das Ciências Humanas, suas contribuições foram bastante pertinentes e valiosas.

A todos meus amigos, acadêmicos ou não, que estiveram presente durante esse momento.

Enfim, no decorrer do Mestrado, muitos foram os auxílios prestados nas mais diversas perspectivas e intensidades. Muito obrigado.

SILVA, Fabricio Trevisan Florentino da. **História e Guerrilha: entre a tradição rural e a prática urbana. O Brasil das décadas de 60 e 70 do século XX.** 2012. 111 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

RESUMO

No ano de 1964, o Brasil sofreu um golpe de Estado efetuado pelas Forças Armadas, cujo principal articulador foi Exército. Com o pretexto de salvaguardar o país de um suposto perigo comunista, os militares se tornaram o grupo político de maior visibilidade na política brasileira. Pautados na Doutrina de Segurança Nacional, os governos militares efetivaram a dominação política do Estado, em nome de um projeto nacional militarista. No entanto, houve oposição, a qual foi propagada de duas maneiras: a resistência pacífica e armada, por meio do movimento estudantil, partidos clandestinos, grupos guerrilheiros, classe artísticas, etc. Em vista disso, a oposição armada almejava construir um projeto socialista para o país, pois julgava o modelo vigente capitalista incapaz de suprir os anseios da classe trabalhadora, especificamente por se tratar de militares no comando político do Estado. Neste sentido, a tática de guerrilha que seria utilizado para derrubar as Forças Armadas do poder estava pautada por duas principais teorias revolucionárias estrangeiras: o foquismo e o maoísmo. Ambas as concepções são fundamentadas na guerrilha rural como estratégia de luta, isto é, a guerra civil contra o governo seria realizada no campo. Estas teorias permearam o imaginário dos guerrilheiros, entretanto eles atuaram muito mais no ambiente citadino, pois os partícipes, em sua maioria, eram indivíduos essencialmente urbanos. Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo analisar a controvérsia identitária promovida pela teoria revolucionária rural em contraste com a prática da guerrilha urbana. Para tanto, utilizamos como fonte o processo criminal do Movimento Comunista Revolucionário (MCR), organização guerrilheira que atuou na cidade de Porto Alegre, com auxílio da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); alguns discursos da esquerda (como o Manual do Guerrilheiro Urbano de Carlos Marighella) e da direita (discursos oficiais do ex-presidente militar Humberto de Alencar Castelo Branco).

Palavras-chave: Governos Militares. Identidade. Guerrilha Urbana. Cidades. MCR.

SILVA, Fabricio Trevisan Florentino da. **History and Guerrilla Warfare: From rural traditions to the urban scene. Brazil during the 60s and 70s of the 20th century.** 2012. 111 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

ABSTRACT

In the year 1964, Brazil suffered a military coup which was mainly instigated by the Army. With the pretext of saving the country from the supposed danger of communism, the military became the main political group with the highest profile in Brazilian politics. Incorporated into the National Security Doctrine, the military government executed a political domination of the state in the name of a military nationalist project. Nevertheless there was opposition which arose in two forms: passive and armed resistance through the student movement, clandestine political parties, guerrilla groups, artist activists etc. In light of this, the armed opposition longed to construct a socialist project for the country, as they judged the actual capitalist model incapable of fulfilling the wishes of the working class, specifically because there were militaries in the command of the state's politics. So the guerrilla tactics that were used to overthrow the Armed Forces were planned on two main foreign revolutionary theories: Focalism and Maoism. Both concepts are based on rural guerrilla warfare using the strategy of struggle, in other words, civil war against the government would be waged in the countryside. These theories permeated within the imagination of the guerrilla fighters however they acted much more in the city environment, as the participants were mostly and essentially urban individuals. Hence the present work aims to analyze the controversy of conflicting identity arising from the rural revolutionary theory contrasting with the practice of urban guerrilla warfare. Thus, we used, as a source, the criminal process against the Communist Revolutionary Movement (MCR), a guerrilla organization that acted in the City of Porto Alegre, with the help of the Popular Revolutionary Vanguard (VPR); some discourses from the left (such as the Urban Guerrilla Manual by Carlos Marighella) and the right (official discourses of the ex-military-president Humberto de Alencar Castelo Branco).

Keywords: Military Governments. Identity. Urban Guerrilla Warfare. Cities. MCR.

LISTA DE SIGLAS

ABP – Arquivo da Biblioteca do Planalto

AC/SP – Agrupamento Comunista de São Paulo

ALN – Ação Libertadora Nacional

AP – Ação Popular

APSTM – Arquivo Público do Supremo Tribunal Militar

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CNV – Comissão Nacional da Verdade

COLINA – Comando de Libertação Nacional

DEM – Partido Democratas

DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DI-GB – Dissidência da Guanabara

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

FALN – Forças Armadas de Libertação Nacional

FARCs – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

JUC – Juventude Universitária Católica

MCR – Movimento Comunista Revolucionário

ME – Movimento Estudantil

MEL – Movimento Estudantil Libertário

MLN-T – Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros

MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário

MOLIPO – Movimento de Libertação Popular

MR-8 – Movimento Revolucionário – 8 de Outubro

ORM – Organização Revolucionária Marxista

PC do B – Partido comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCR – Partido Comunista Revolucionário

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

POC – Partido Operário Comunista

POLOP – Política Operária

PORT – Partido Operário Revolucionário Trotskista

SNI – Serviço Nacional de Informações

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

USP – Universidade de São Paulo

VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 A GUERRILHA RURAL E A ESQUERDA ARMADA CLANDESTINA.....	18
1.1 As esquerdas armadas: uma historiografia possível.....	19
1.2 O processo de urbanização no Brasil: breves considerações.....	31
1.3 A questão de identidade: entre o urbano e o rural.....	35
1.4 Teorias revolucionárias de esquerda.....	36
2 A GUERRILHA URBANA E O MCR.....	50
2.1 Considerações acerca de processos criminais como documento histórico.....	51
2.2 Efêmera e explosiva: a História do Movimento Comunista Revolucionário (MCR).....	57
3 GUERRILHA URBANA: CONCEPÇÕES E IDENTIDADE.....	74
3.1 Formulações teóricas acerca da Guerrilha Urbana.....	79
3.2 A Guerrilha Urbana e suas funções: o caso do MCR.....	83
3.2 O conceito de Guerrilha Urbana.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
BIBLIOGRAFIA.....	102

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado pretendeu analisar o conflito identitário dos guerrilheiros urbanos que atuaram, por meio de organizações armadas clandestinas de esquerda, contra os governos militares brasileiros instaurados em 1964. A questão do choque identitário se caracterizou pelo antagonismo entre as teorias revolucionárias de cunho rural em contrapartida com as práticas armadas de caráter citadino. Explica-se: os militantes que integraram os grupos guerrilheiros, em sua maioria, não desconheciam o fato de que eram tipicamente urbanos e exerciam as funções guerrilheiras nas cidades, entretanto, no imaginário dos partícipes da luta armada, permeava, de maneira intensa, a concepção de guerrilha rural, fazendo com que os guerrilheiros urbanos almejassem executar o processo revolucionário no campo em detrimento das atividades promovidas em esfera cidadina, considerando-as como temporárias.

Os governos militares brasileiros tiveram início em 1964, por um golpe de Estado (o então presidente João Goulart foi deposto) conduzido por militares com respaldo de setores civis, como empresários e tecnocratas (DREIFUSS, 1981). O Estado brasileiro foi dominado pelas Forças Armadas (ao todo foram cinco governos presididos por generais do Exército) até 1985, quando a dupla, Tancredo Neves e José Sarney venceu Paulo Maluf e Flávio Márcílio em uma eleição indireta via Colégio Eleitoral.

A produção propriamente historiográfica sobre os governos militares brasileiros é recente, outrora pesquisado por outras áreas das ciências humanas e relatado por partícipes do processo histórico, correspondendo a dois importantes grupos temáticos. O primeiro vem de uma facção da Ciência Política oriunda dos Estados Unidos que procura analisar questões de cunho militar em países como o Brasil. O segundo grupo se caracteriza por textos memorialísticos, respaldado pela abertura política do governo Ernesto Geisel, a exemplo de livros que prometem revelar a *versão oficial*, como as obras de Daniel Krieger (ex-presidente da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), senador pelo mesmo partido e líder do governo no Senado) e de Jayme Portella de Mello (chefe do Gabinete Militar durante o governo Costa e Silva). Neste sentido, também encontramos a produção memorialística

oriunda da esquerda, como os livros de Alfredo Sirkis e Fernando Gabeira, os quais relataram a figura do guerrilheiro inserido na luta armada contra o governo (FICO, 2004).

O empenho dos historiadores sobre o período republicano brasileiro ocorreu tardiamente devido a um determinado viés historiográfico daquele contexto que impunha uma questão de temporalidade: para a realização de uma análise historiográfica mais contundente, tal corrente defendia a imprescindibilidade de uma distância temporal entre o objeto de estudo e o pesquisador. O historiador José Roberto do Amaral Lapa dissertou acerca desta questão:

[...] o estudo do presente ou mesmo de um passado mais próximo era postergado, dados os comprometimentos e preconceitos, as paixões e interesses que, nesses casos, o historiador teria com seu próprio objeto de estudo. Não conseguiria, assim, atingir o nível ideal de “neutralidade” que deveria conservar para poder julgar os agentes e examinar as implicações dos eventos! O passado se apresentava, então, como refúgio para historiador, que se afastava do seu tempo, com seus problemas e compromissos (LAPA, 1985, p.73).

No tocante a essa temática, Lapa (1985, p.72) fez um levantamento sobre teses de doutoramento na Universidade de São Paulo (USP), entre os anos de 1934 a 1973, e descobriu que mais de 75% das teses correspondiam às pesquisas em História do Brasil concentradas nos períodos colonial e monárquico, em detrimento do período republicano, com apenas 15,2% dos trabalhos. Assim, os pouquíssimos trabalhos realizados sobre o período republicano brasileiro abarcavam estudos, primeiramente, da Primeira República e, posteriormente, da chamada “Era Vargas”. A ascensão dos estudos históricos sobre o Estado autoritário brasileiro eclodiu no início da década de 1980 com o advento da “Nova História” no Brasil. Um levantamento feito pelo Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) revelou que, entre os anos de 1986 a 1990, foram defendidas 47 teses e dissertações, e, entre 1996 a 2000, foram 74 trabalhos sobre o período dos governos militares brasileiros (FICO, 2004).

As obras tenderam a abandonar explicações fundadas em termos como “luta de classe”, “modo-de-produção”, “estrutura social e econômica” para narrativas que enfatizaram “o indivíduo, seu cotidiano, suas emoções, sua ‘mentalidade’, sua ‘trajetória de vida’”; enfim, análises voltadas aos aspectos socioculturais do período, com a valorização da subjetividade em relação ao objeto de análise. Sobre o

assunto, a obra intitulada *A História Repensada*, do historiador inglês Keith Jenkins, demonstra como um mesmo objeto pode ser historicamente interpretado de várias maneiras, de acordo com o tempo e o espaço:

O passado e a história existem livres um do outro; estão muito distantes entre si no tempo e no espaço. Isso porque o mesmo objeto de interpretação pode ser interpretado diferentemente por diferentes práticas discursivas [...], ao mesmo tempo em que, em cada uma dessas práticas, há diferentes leituras interpretativas no tempo e no espaço. No que diz respeito à história, a historiografia mostra isso muito bem (JENKINS, 2005, p.24).

O autor ainda nos mostra que, independente do período histórico abordado, termos e concepções sempre estarão conectados com o presente do pesquisador, pois “o passado que ‘conhecemos’ é sempre condicionado por nossas próprias visões, nosso próprio ‘presente’” (JENKINS, 2005, p.33). Portanto, concebemos que a suposta “neutralidade”, diante do objeto de estudo, não corresponde à subjetividade interpretativa que cada historiador efetuará em sua própria análise.

A título de exemplificação, em relação ao tema da proximidade da documentação com a análise do historiador, citamos a recente discussão proposta pelos mais diversos especialistas na obra *Questões para a história do presente* (1999), organizada por Agnes Chauveau e Philippe Tétart. Nessa coletânea encontramos diversos historiadores (além dos organizadores) discutindo essa problemática, tais como: René Rémond, Jean-Jacques Becker, Jacques Le Goff, Serge Berstein dentre outros. No entanto, não pretendemos realizar um longo debate acerca deste assunto.

O objetivo de nossa pesquisa é analisar a incompatibilidade de identidade entre a tradição rural representada pela teoria da guerrilha no campo e as práticas urbanas dos guerrilheiros no Brasil pós-64. Consideramos o ambiente urbano como transformador e propulsor de determinadas características específicas das organizações armadas em oposição ao governo. Desta forma, ponderamos que as cidades, principalmente após o advento da modernidade, constituem-se em um espaço privilegiado para a análise da correlação de forças entre direita e esquerda. Fernand Braudel já demonstrou a importância de se estudar a atmosfera citadina:

As cidades são como transformadores elétricos: aumentam as tensões, precipitam as trocas, caldeiam constantemente a vida dos homens. Não nasceram elas da mais antiga, da mais revolucionária divisão do trabalho: os campos de um lado, as chamadas atividades urbanas do outro? [...] A cidade tanto cria a expansão como é criada por ela. Mas o centro é que, mesmo quando não é a cidade a fabricá-la com todas as suas peças, é ela a ditar as leis do jogo. E na cidade este jogo revela-se melhor do que em qualquer outro posto de observação [...] A cidade é corte, ruptura, destino do mundo. Quando surge, portadora da escrita, abre as portas ao que chamamos *história* [...] uma cidade é sempre uma cidade onde quer que se situe, tanto no tempo como no espaço. O que de maneira alguma quer dizer que as cidades sejam todas parecidas. Mas, para além de características diversas, originais, todas falam obrigatoriamente uma mesma linguagem *fundamental*: o diálogo ininterrupto com o campo, necessidade primordial da vida cotidiana; a presença das pessoas, tão indispensável como a água para a roda do moinho; o orgulho citadino, o desejo de as cidades se distinguirem umas das outras; a sua situação obrigatória no centro de redes de ligações mais ou menos longínquas; a sua articulação com os seus arrabaldes e com outras cidades. Umas senhoras, outras servas ou mesmo escravas, estão ligadas, formam uma hierarquia, na Europa, na China ou em qualquer lugar (BRAUDEL, 1997, p.439).

Neste viés é que está inserida nossa proposta: como o espaço urbano foi preponderante na necessidade de uma articulação específica da esquerda, isto é, a crença dos militantes armados citadinos no processo revolucionário de caráter rural era tão enraizante que, os guerrilheiros, em detrimento as ações nas cidades, julgaram-nas como temporárias e simples financiadoras da tão almejada guerrilha rural. Por conseguinte, apesar dos militantes armados terem sua identidade fundamentalmente estabelecida em ambiente citadino, o imaginário da guerrilha rural não concebia a possibilidade de valorização material e aceitação teórico-moral das ações armadas nas cidades, por parte dos guerrilheiros.

Em relação a nossa documentação, ela está formada em três partes, sendo a principal o processo criminal que envolveu o Movimento Comunista Revolucionário (MCR), organização armada clandestina de esquerda, que teve suas atuações na cidade de Porto Alegre e arredores.¹ Com esta fonte, pudemos compreender o cotidiano de um grupo guerrilheiro urbano e analisar, em detalhes, a estruturação e as operações exercidas pelos militantes. A segunda parte da documentação é o *Manual do Guerrilheiro Urbano*, escrito e “publicado” (mimeografado²) clandestinamente em 1969. Nesse manual, Marighella propõem diretrizes a serem

¹ A descrição mais detalhada desta fonte foi realizada no segundo capítulo.

² O mimeógrafo é uma antiga máquina que realizava fotocópias.

seguidas por guerrilheiros essencialmente urbanos, principalmente àquelas relacionadas à ideologia, ao modo de vida citadino, à subsistência, à preparação técnica dos membros, bem como da utilização das armas. Por meio das diversas informações contidas nesse manual é que acreditamos poder compreender a identidade da guerrilha em manifestações urbanas. Além disso, podemos inferir sobre a dicotomia entre o discurso teórico e a prática política da esquerda armada nacional que possuía o intuito de derrubar os militares do governo do país.

Quanto à documentação proveniente da direita, selecionamos os discursos do primeiro presidente dos governos militares instaurados em 1964, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), somente com o intuito de exemplificar um aspecto importante nos embates entre guerrilha e governo: a propaganda. Da mesma maneira que os guerrilheiros tentavam influir na sociedade suas concepções ideológicas, os militares também exerciam tal função com discursos e pronunciamentos dos presidentes, o que, convenhamos, tinha um poder de abrangência mais amplo e legitimador. Logo, a propaganda de determinada concepção e a estratégia de convencimento de um discurso é perceptível em vários documentos e não somente daqueles produzidos pela esquerda.

Dessa forma, discutimos no primeiro capítulo a questão da influência das teorias revolucionárias (foquismo e maoísmo) no imaginário das organizações armadas clandestinas de esquerda. Tal influência permeou, de maneira enraizante, a concepção de luta armada dos militantes que, mesmo realizando operações guerrilheiras nas cidades, permaneceram com o principal objetivo: implantar a guerrilha rural. Neste sentido, abordamos pelo viés teórico o conceito de identidade com o intento de mostrar a incompatibilidade do discurso de guerrilha rural em relação à prática armada conduzida no espaço citadino. Ainda, procuramos apresentar por meio de documentos oficiais dos grupos guerrilheiros a preferência pelas teorias estrangeiras, sem se preocuparem com o campo físico de atuação da guerrilha.

Já no segundo capítulo, abordamos nossa principal documentação: o processo criminal que envolveu os militantes do Movimento Comunista Revolucionário (MCR). Assim, realizamos a história efêmera do grupo guerrilheiro com a preocupação de apontar elementos tipicamente citadinos nas ações que foram efetuadas pela organização, os quais nos deram respaldo para inserir a

análise de nossa hipótese. Igualmente, tivemos a preocupação em mostrar aspectos acerca da utilização de processo criminais (documentos judiciais de maneira geral) como fonte histórica, bem como, elementos técnicos do desenrolar de um processo criminal inserido no direito penal para podermos ter um melhor entendimento do funcionamento da máquina jurídica.

Em relação ao terceiro capítulo, utilizamos de toda nossa documentação (processo criminal do MCR, manual do guerrilheiro urbano de Marighella e discursos de Castelo Branco) para tratarmos das diversas funções que a guerrilha urbana exerceu durante suas atividades armadas nas cidades, bem como, seu papel secundário imposto pelas teorias revolucionárias estrangeiras. A partir disto, debatemos concepções acerca das práticas do movimento armado nas cidades relacionando o conflito de identidade pautado no imaginário dos partícipes.

Enfim, esperamos ter demonstrado nosso objetivo, hipótese e pretensões deste trabalho acerca da guerrilha urbana durante os governos militares brasileiros, especificamente no que se refere ao cotidiano das organizações armadas citadinas, bem como, suas ambições, conflitos e paradigmas, contribuindo, dessa forma, para novas perspectivas de pesquisa no campo histórico, igualmente a outras disciplinas das ciências humanas.

CAPÍTULO 1

*“A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda viva
E carrega o destino prá lá ...*

*Roda mundo, roda gigante
Roda moinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração...*

*A gente vai contra a corrente
Até não poder resistir
Na volta do barco é que sente
O quanto deixou de cumprir
Faz tempo que a gente cultiva
A mais linda roseira que há
Mas eis que chega a roda viva
E carrega a roseira prá lá...”*

Chico Buarque

CAPÍTULO 1. A GUERRILHA RURAL E A ESQUERDA ARMADA CLANDESTINA

A esquerda revolucionária que atuou em oposição aos governos militares brasileiros nas décadas 1960 e 1970 era composta, em maioria, por pessoas provenientes da esfera cidadina, sendo que os estudantes universitários eram parcela significativa do movimento armado. Destarte, a composição urbana dos envolvidos promoveu a dicotomia entre uma teoria de caráter rural, que amparava as organizações, e suas respectivas práticas preponderantemente executadas na urbe. Sendo assim, é por este viés que a abordagem de nosso primeiro capítulo é fundamentada.

1.1. As esquerdas armadas: uma historiografia possível

A historiografia sobre as esquerdas armadas durante o regime militar é consideravelmente vasta. Podemos afirmar que há uma espécie de trindade em relação às obras desse caráter consideradas essenciais para o estudo da guerrilha no Brasil pós-64: *Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada* de Jacob Gorender, publicada em 1987; *A Revolução Faltou ao Encontro – os comunistas no Brasil* de Daniel Aarão Reis Filho, divulgada em 1990 e; *O Fantasma da Revolução Brasileira* de Marcelo Ridenti, publicada em 1993¹.

Cronologicamente, as primeiras obras são de historiadores que foram partícipes da luta armada. Gorender foi um importante dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e Reis Filho, ex-dirigente da Dissidência da Guanabara (DI-GB) que, posteriormente, se denominaria Movimento Revolucionário – 8 de Outubro (MR-8). Ridenti, não esteve envolvido em organizações armadas de esquerda, uma vez que, o sociólogo é de uma geração posterior.

Nas três obras, os autores têm em comum a pretensão de explicar os motivos do revés sofrido pela esquerda quando do golpe executado em 1964 pelas Forças Armadas. Cada autor traçou caminhos distintos para tornar inteligíveis as

¹ Todas as obras citadas estão devidamente inseridas na Bibliografia.

explicações acerca do processo, o qual acarretou o insucesso da esquerda perante o “novo” governo militar.

Em *Combate nas Trevas*, a preocupação de Gorender em explicar o sucesso do golpe é caracterizada pela não atuação da esquerda nacional que, na época, tinha como lideranças o PCB e líderes como Leonel Brizola, e o então presidente deposto João Goulart. Desse modo, e ainda para o autor, a oposição à ascensão do movimento civil-militar² de 1964, imediatamente posterior ao golpe foi praticamente nula.

A perplexidade das esquerdas, para Gorender, ocasionou um processo de luta armada tardio contra os governos militares, pois a atmosfera do início da década de 1960 parecia propícia para o desencadeamento de revolução de cunho socialista. Neste sentido, o autor argumenta que o combate contra a “direita conversadora” tornou-se deveras espinhoso após o estabelecimento dos militares no comando do Estado brasileiro.

Não travada em março-abril de 1964 contra o golpe militar direitista, a luta armada começou a ser tentada pela esquerda em 1965 e desfechada em definitivo a partir de 1968, quando o adversário dominava o poder do Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das Forças Armadas e destroçara os principais movimentos de massa organizados. Em condições desfavoráveis, [...] a esquerda radical não podia deixar de adotar a concepção da violência incondicionada para justificar a luta armada imediata (GORENDER, 1987, p.249).

Sobre tal assunto, podemos dar o alvitre (por que não irônico?) da conhecida história em que Francisco Julião afirmou que em contrapartida ao golpe civil-militar haveria cem mil camponeses armados e de prontidão para lutar contra os militares (ROLLEMBERG, 2001, p.25). Como já foi mencionado anteriormente, o PCB constituía-se como a principal e mais influente organização político-partidária de esquerda naquele período. Mas o partido em questão, em 1958, já tinha explicitado sua diretriz política para a implantação do socialismo com base na teoria da revolução em duas etapas: a primeira baseada no apoio à revolução democrática burguesa, e a segunda caracterizada pela revolução socialista propriamente dita. Assim, Gorender concentrou os motivos da derrota das esquerdas em 1964, no

² Consideramos que o golpe de Estado de 1964 protagonizado pelas Forças Armadas, mais especificamente pelo Exército, teve uma parcela expressiva de segmentos da sociedade civil (DREIFUSS, 1981). Todavia, não pretendemos fazer tal discussão e utilizaremos os termos “militar” e “civil-militar” como sinônimos.

próprio âmago das mesmas: a ausência de destreza e aptidão das associações políticas de esquerda ante a ascensão político-militar da direita conversadora. Ora, essa esquerda derrotada era grandemente representada pelo PCB que obtinha o *status* de vanguarda, ou seja, o autor situa o “Partidão” como um dos principais responsáveis pelo insucesso das esquerdas ante os militares, afinal, o Partido supostamente estaria “à frente de seu tempo” carregado de ideais e experiências, pronto para as adversidades que iriam ocorrer. Em outras palavras, Gorender sugere que se algum (grupo e/ou pessoa considerada) representante da esquerda nacional tivesse se posicionado (PCB, Leonel Brizola e/ou João Goulart), a história do Brasil poderia ter sido diferente. Com isso, o autor afastou-se da interpretação de René Dreifuss (1981) que privilegiou a grande capacidade da direita no planejamento e na tomada do Estado brasileiro em 1964.

Temos em *A Revolução Faltou ao Encontro*, de Reis Filho, a mesma inquietação de Gorender: tornar claro e evidente as causas e razões da derrota das esquerdas ante os militares em 1964. O autor e ex-dirigente do MR-8, argumenta, ao contrário de Gorender, que não havia as condições revolucionárias no pré-64; portanto, a dita vanguarda, e o PCB não tinham poderes suficientes para interferir durante o processo, influenciando e/ou encaminhando os movimentos sociais. A análise de Reis Filho defende a defasagem das propostas teóricas³ das esquerdas em relação à realidade em que se encontrava a sociedade brasileira. Para o autor, a concepção das esquerdas sobre aquele momento histórico caracterizava-se por

previsões apocalípticas. A sociedade era um “barril de pólvora”, prestes a explodir. A burguesia e as classes dominantes em geral eram incapazes de resolver os problemas, de realizar reformas ou de promover o crescimento. Situação de impasse, beco-sem-saída de um desenvolvimento que se chocava contra limites estruturais, intransponíveis. Mas a realidade surpreendeu, desmanchando expectativas – o capitalismo retomava o crescimento, o fantasma da crise catastrófica se afastava. Contudo, a esquerda comunista recusava a evidência de que o capitalismo definia e assumia novos caminhos (REIS FILHO, 1990, p.56-57).

A discrepância das formulações teóricas oriundas das organizações armadas ou não, que conjecturaram acerca da sociedade em geral é alvo de críticas constantes do autor, pois ele acredita que tal questão seja imprescindível na

³ A luta armada era apenas uma das propostas. Havia outras, como greves gerais e manifestações de massa, por exemplo, uma grande passeata.

compreensão da derrota das esquerdas, seja no golpe de 64 ou “depois de 1968, sem deixar de surpreender, a derrota massacraria, em forma de tragédia, os comunistas brasileiros” (REIS FILHO, 1990, p.73). A controvérsia que se dá pela teoria em relação à prática é a preocupação central deste trabalho, entretanto, nosso intento não se fundamenta na ênfase político-ideológica que o autor de *A Revolução Faltou ao Encontro* se empenha em dar, mas sim, por uma questão do cotidiano. Explica-se: a relevância se dá na dicotomia entre o espaço rural (teoria) e o ambiente urbano (prática), portanto, não nos interessa se foi “certo” ou “errado” utilizar-se da luta armada como um artifício de combate à ditadura militar, pois o que pretendemos é analisar e problematizar a identidade espaço-temporal dos envolvidos com a guerrilha em relação a suas respectivas ações e pretensões.

Por fim, temos a obra *O Fantasma da Revolução Brasileira*, de Ridenti, que também almeja explicar a revolução socialista derrotada. O autor apresenta uma pesquisa preocupada em compreender a luta armada com seus próprios significados e qual(is) sentido(s) empregado(s) para as gerações que não participaram da guerrilha, o que é o caso do próprio autor. A ênfase na atmosfera citadina que envolveu as manifestações da esquerda no período é evidente no pensamento do autor, a partir do momento em que o método proposto por ele se dá por uma análise sociológica das classes médias, pois a maioria das ações efetuadas pelas organizações armadas de esquerda ocorreu nas cidades.

Como o próprio título do livro sugere e inspirado em Karl Marx, Ridenti propõe revelar o fantasma da revolução brasileira que se caracteriza por uma

revolução frustrada: a não revolução democrática e também da não revolução socialista. Ou, por outra, a revolução às avessas, como a de 1964, para garantir a modernização conservadora da sociedade brasileira [...] (RIDENTI, 1993, p.21).

O autor relata que o *fantasma da revolução brasileira* tem diversas faces, tais como:

[...] a face do projeto de revolução democrática derrotado em 1964, da proposta comunista putschista de 1935, a da guerra de guerrilhas em suas várias vertentes entre 1968 e 1972 etc.; e, por outro lado, o fantasma das ditas revoluções de 1930 e de 1964, levadas a cabo pelas classes dominantes e pelas Forças Armadas (RIDENTI, 1993, p.22).

Não obstante a esta multiplicidade de *faces*, a obra se concentra na análise da *faceta* que engloba as atuações guerrilheiras de organizações armadas de esquerda no espaço citadino durante as décadas de 60 e 70 do século XX, os quais estão integrados nos movimentos sociais de resistência aos governos militares brasileiros.

Nestas três importantes obras ambientadas no período dos governos militares desde 1964 há um assunto convergente que expomos a seguir: tanto Gorender como Reis Filho tem preocupação sobre a influência do movimento comunista internacional nas organizações de esquerda brasileiras, armadas ou não. É evidente que tal movimento influenciava os grupos de esquerda, portanto é necessário analisar a dimensão do movimento comunista internacional nas organizações brasileiras: a análise dos autores perpassa esta questão. Gorender, no seu capítulo intitulado *Idéias que fizeram a Cabeça da Esquerda*, aponta a influência internacional em diversos formatos, inclusive na luta armada. O ex-dirigente do PCB mostra que a revolução cubana, a revolução cultural chinesa, dentre outros exemplos de caráter vitorioso ou somente aguerrido, eram modelos deveras importantes para os grupos guerrilheiros, pois os grupos buscavam legitimar o que o autor denomina como “violência incondicionada da esquerda radical” (GORENDER, 1987, p.77-78).

No capítulo seguinte, designado *Receitas para a Luta Armada*, o ex-membro do PCBR mostra as três teorias que mais exerceram influência nas organizações de esquerda armadas, as quais determinaram: *foquismo*, *maoísmo* e *revolução permanente*. Sendo assim, respectivamente, a primeira teoria (também chamada de *teoria do foco* ou *guevarismo*) é oriunda da revolução cubana e teorizada em escritos de Ernesto Guevara e Régis Debray. A segunda teoria vem da China, onde o conceito de *guerra popular prolongada*, tal qual utilizado durante a revolução chinesa de 1949, foi amplamente disseminado no seio das esquerdas armadas na década de 1960. A terceira teoria é oriunda da insurgência soviética cuja influência atingiu os pouquíssimos grupos trotskistas, a exemplo do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), que não admitiu o foquismo e o maoísmo, sequer a luta armada.⁴

⁴ A abordagem analítica propriamente dita das teorias que permearam o imaginário dos grupos guerrilheiros foi realizada posteriormente.

A influência do Movimento Comunista Internacional nas organizações de esquerda foi analisada por Reis Filho de maneira mais abrangente e profunda, pois o ex-militante da DI-GB se utiliza, em demasia, de documentos oriundos das organizações a fim de encontrar as respostas de suas indagações.⁵ Sendo assim, tal análise é efetuada, praticamente, em todo o capítulo três denominado *Derrotas e Desencontros – As Interpretações Correntes*. O autor observa que a maioria de pesquisadores, participantes ou não de movimentos de esquerda, pertencentes a grupos comunistas no Brasil projeta fortemente a ideia de que as organizações armadas eram apenas reflexos dos movimentos oriundos de outros países. No entanto, o historiador desconsidera esta explicação majoritária e designa outra que se caracteriza pela

autonomia das organizações comunistas: é o que demonstra o processo de luta política no PCB, quando se observa, que a superação do pensamento político plasmado em 1950/1954 já estava em curso antes do XX Congresso do PCUS.⁶ A mesma coisa se verifica quando do surgimento da ORM-POLOP e do PC do B, em 1961 e 1962, e, de forma ainda mais clara, na teoria e ação dos Partidos Comunistas que passariam a existir depois de 1964 (REIS FILHO, 1990, p.94. Grifo Nosso).

Neste sentido, o historiador argumenta que a influência do Movimento Comunista Internacional, ramificada por soviéticos, chineses e cubanos, nas organizações de esquerda no Brasil realmente ocorreu, mas de forma legitimadora e não determinante (como a grande maioria dos estudiosos propõem, segundo o autor), pois as revoluções vitoriosas em outros países são referências ideológicas poderosas que influem no ânimo dos militantes destes partidos e organizações.

Percorrendo, por ora, a historiografia dos grupos armados atuantes no Brasil pós-golpe de 1964, temos, em princípio, livros de cunho memorialístico que se dedicaram especificamente à experiência brasileira, a partir da distensão política iniciada pelo então “general-presidente” Ernesto Geisel (1974-1979). Livros como *O que é isso, companheiro?*, de autoria de Fernando Gabeira, publicado em 1979, *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*, de Alfredo Sirkis, lançado em 1980,

⁵ O autor, juntamente com Jair Ferreira Sá, elencou documentos políticos de organizações de esquerda entre os anos de 1961 a 1971 em livro denominado *Imagens da Revolução*, publicado em 1985.

⁶ O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) tornou-se conhecido pelo famoso “relatório secreto” do então secretário-geral do Partido, Nikita Sergeivitch Khrushchev, o qual criticava veementemente as ações adotadas pelo seu predecessor, Josef Stálin.

concebeu uma representação mítica dos militantes de esquerda, corroborando com o símbolo do ex-guerrilheiro inocente e romântico, provido do ambiente contestatário da década de 1960. Este tipo de produção ainda é vigente, como podemos perceber em *Náufrago na Utopia: vencer ou morrer na guerrilha* de Celso Lungaretti, ex-Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), e *O baú do guerrilheiro – memórias da luta armada* de Ottoni Fernandes Júnior, ex-Ação Libertadora Nacional (ALN), ambos publicados em 2004.

Temos algumas coleções, como *O Brasil Republicano* (2003), organizada por Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado, cujo quarto volume⁷ *O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX* traz diversos trabalhos referentes ao período dos governos militares. Destacamos o artigo de Denise Rollemberg, o qual analisa a atuação e trajetória das esquerdas revolucionárias, bem como sua historiografia e memória.

Já em *As Esquerdas no Brasil* (2007), organizada em três volumes por Ferreira e Reis Filho, trazem-nos reflexões acerca de partido e organizações da esquerda brasileira desde a Primeira República até o início do século XXI. No terceiro volume⁸, denominado *Revolução e Democracia (1964...)*, percebe-se uma gama de artigos a respeito das esquerdas durante os governos militares e também após a redemocratização. Encontramos textos de autores (além dos organizadores) como Ridenti, Rollemberg, Dulce Chaves Pandolfi, Maria Alice Rezende de Carvalho, Rodrigo Patto Sá Motta, Michael Löwy, Ronaldo Vainfas, Rachel Soihet, dentre outros.

Outra coleção importante sobre as esquerdas no Brasil é a *História do Marxismo no Brasil*, composta por seis volumes.⁹ O principal organizador desta compilação foi João Quartim de Moraes, somado a uma considerável colaboração de Reis Filho, Ridenti e Marcos Del Roio. Diferentemente das coleções mencionadas acima, os

⁷ Os outros três volumes são: *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*; *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo* e *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Todos os quatro volumes foram lançados em 2003.

⁸ Os dois primeiros volumes são, respectivamente: *A Formação das Tradições (1889-1945)* e *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*.

⁹ Os seis volumes do compêndio *História do Marxismo no Brasil* são, respectivamente: *O Impacto das Revoluções* (1991); *Os Influxos Teóricos* (1995); *Teorias. Interpretações* (1998); *Visões do Brasil* (2000); *Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60* (2002); *Partidos e Movimentos após os anos 1960* (2007).

volumes desta compilação foram publicados gradativamente, sendo o primeiro lançado em 1991 e o quinto em 2002.¹⁰

A história da guerrilha no Brasil pós-64 também é caracterizada pela obra *O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil – o treinamento guerrilheiro* de Rollemberg (2001, p.11), onde a autora relata os três momentos em que grupos brasileiros armados de esquerda foram à Havana fazer o “Curso de Guerrilha” promovido pelo Estado cubano, pois a exportação da revolução, principalmente após a admissão do caráter socialista dela, era pretendida por Fidel Castro e seus comandados, para tornar o país caribenho um modelo revolucionário para outros países latino-americanos na época.

Desse modo, o primeiro momento ocorreu entre os anos de 1961 e 1962 com as Ligas Camponesas, apesar das posições ambíguas de Francisco Julião em relação à constituição e formação teórica e prática da guerrilha. A segunda ocasião sucedeu-se logo após o golpe civil-militar, em 1964. Leonel Brizola, refugiado em Montevideu, conduziu a criação do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), sendo mais um projeto que um grupo em si. Em 1965, o MNR iniciou ações na Serra da Caparaó, município mineiro próximo à divisa com o Espírito Santo. Todavia essa guerrilha fracassou, sendo os envolvidos presos, processados e condenados no início de 1967. O terceiro ensejo iniciou-se no final da década de 1960 até meados do decênio de 1970, no momento em que a luta armada no Brasil estava em ampla ascensão com a constituição de diversos grupos guerrilheiros. Dessa forma, temos na ALN, na VPR e no MR-8 grupos armados que enviaram seus militantes para Havana para se especializarem política e militarmente.

Neste contexto, havia uma simbologia do “guerrilheiro-treinado-em-Cuba”, a qual permeava o imaginário da esquerda e também o da direita, pois, em relação às organizações armadas, existia uma atmosfera caracterizada como “mística” em virtude de um “batismo de fogo” que a ida a Cuba representava. Por outro lado, os militares, tendo conhecimento desta relação entre o governo cubano e os grupos guerrilheiros brasileiros, condenaram antecipadamente todo e qualquer “terrorista” que tivesse a “audácia” de voltar ao Brasil. E fizeram-no. Apenas seis militantes sobreviveram às investidas da repressão governamental, sendo um deles o conhecido petista José Dirceu.

¹⁰ Em 2007, a Editora Unicamp publicou a 2ª edição dos cinco volumes e, adicionou um sexto volume (1ª edição) que foi organizado por Reis Filho e Ridenti.

Já em *A Revolução Impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil* (1994) de Luís Mir¹¹ e *A Esquerda e o Golpe de 64* (1989) de Dênis de Moraes (com o posfácio de Dreifuss) assinalam, por meio da metodologia da História Oral, a reconstrução do processo em que esquerda se inseriu no combate aos governos militares. Neste sentido, ambas as obras se utilizaram de vasto material composto por depoimentos e entrevistas dos partícipes do movimento de esquerda, documentos de organizações e escritos de ex-militantes vivos e já falecidos. Por fim, no desenrolar dos textos, é perceptível a velha unanimidade em elencar os possíveis motivos do insucesso da “revolução”, somado a críticas incisivas e certo grau de frustração perante tal contexto de outrora.

Percorrendo, por ora, trabalhos em que foi empregada a metodologia da História Oral, temos a obra *Iara – reportagem biográfica* (1992) de Judith Lieblich Patarra, caracterizada como uma biografia. Ainda que não se trate de uma historiadora (o que é algo comum na historiografia sobre o período dos governos militares brasileiros), a autora relata a trajetória pessoal e, principalmente, política de Iara Iavelberg, a “companheira-camarada” de Carlos Lamarca, a qual interpretamos como reconstrução da memória de uma geração que pretendeu combater o regime militar instaurado em 1964, instigada pelo espírito de liberdade e igualdade inserido na atmosfera da década de 1960.

Neste sentido, estabelece-se importante nossa interpretação da obra mencionada, pois o *corpus alumni* teve uma participação em massa dentro do movimento armado de esquerda, sendo-lhes talhados, segundo Ridenti (1993, p.69), em 25% em relação ao total de partícipes da guerrilha no pós-64. Deste modo, a trajetória política de Iara Iavelberg configura-se análoga a milhares de estudantes que participaram da resistência à ditadura civil-militar.

Sendo assim, é neste meandro que a hipótese de nosso trabalho está inserida: a participação maciça de pessoas oriundas da cidade, especialmente estudantes (universitários em sua maioria), em organizações armadas de esquerda, que almejavam conceber e/ou financiar a guerrilha no campo. Ora, a possibilidade de êxito de uma guerrilha rural, seja via foquismo, maoísmo ou uma junção de ambos, constitui-se imprescindível a formação de uma identidade atrelada ao meio em que se exercerá a vida cotidiana. Em outras palavras, podemos afirmar que,

¹¹ O autor também aborda o levante comunista de 1935, entretanto a maior ênfase se dá no período pós-64.

independentemente da conduta ideológica proposta, a implantação da guerrilha rural sofria de uma moléstia crônica identitária, de cotidiano, portanto estava fadada ao insucesso.

Na historiografia da esquerda armada brasileira também encontramos trabalhos acadêmicos (dissertações de mestrado e teses de doutorado) específicos acerca dos grupos guerrilheiros, bem como suas células. Sendo assim, apontamos as dissertações *Em nome da segurança nacional: os processos da justiça militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979* de Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos (2002); *ALN: ação e testemunho da luta armada contra a ditadura* de Edileuza Pimenta de Lima (2009); *A guerrilha amordaçada: a ALN na imprensa (1969-1974)* de Ana Paula de Souza Libardi (2007); *Repressão judicial no Brasil: o capitão Carlos Lamarca e a VPR na justiça militar (1969-1971)* de Wilma Antunes Maciel (2003); *Partido comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e prática política – 1962-1976* de Jeam Rodrigues Sales (2000); *Ação, tradição e organização: a evolução do conceito de partido do PCB ao PCBR, ALN e PC do B (1962-1979)* de Fabiano Godinho Faria (2008).

Já em relação às teses de doutoramento, assinalamos: *ALA Vermelha: revolução, autocrítica e repressão judicial no Estado de São Paulo (1967-1974)* de Tadeu Antonio Dix Silva (2007); *Os "melhores filhos do povo": um estudo do ritual e do simbólico numa organização comunista – o caso do MR-8* de Marcelo Ayres Camurça Lima (1994); *Experiência de luta na emancipação feminina: mulheres na ALN* de Maria Cláudia Badan Ribeiro (2011).

Em relação aos trabalhos da ALN, Mattos (2002) concebe a história da organização armada por meio de processos-crime da justiça militar do período, com ênfase nos julgamentos dos militantes via tribunais militares. Já o texto de E. P. Lima (2009) apresenta outro viés de estudo que se caracteriza através de livros produzidos por ex-membros do grupo guerrilheiro, ou seja, a (re)construção da história da ALN por meio da memorialística dos partícipes. Neste sentido, a dissertação de Libardi (2007) analisa o grupo de Carlos Marighella na grande mídia da época, sendo dois jornais e uma revista, todos com abrangência nacional. A autora procura mostrar a maneira como cada órgão de imprensa fez a cobertura das ações tomadas pela ALN durante cinco anos, tais como sequestros e assaltos à banco.

A utilização de processos-crime como documento histórico é corriqueira nos trabalhos acadêmicos com a pretensão de fazer a história de alguma organização armada pós-64. Desse modo, o texto de Maciel (2003) aborda tal documentação, o qual tem como réus um dos ícones da guerrilha, Carlos Lamarca e a facção em que o ex-capitão do Exército mais atuou, a VPR, com seus respectivos outros militantes. A autora deu ênfase uma abordagem sobre a atuação da repressão judicial e os próprios mecanismos que ela se amparou para respaldar os preceitos da segurança nacional.

O trabalho de Sales (2000) corresponde à trajetória teórica e prática do Partido Comunista do Brasil (PC do B), entre os anos de 1962 e 1976 (engloba a luta armada travada “no Araguaia”), bem como suas relações com outros grupos da esquerda brasileira naquele período e de que forma os “cabeças” do movimento comunista internacional se dissolviam no âmago do partido. Por fim, Faria (2008) analisa o seguimento da cisão do PCB, de 1962 a 1968, bem como a constituição e desenvolvimento como partidos do PC do B, ALN e o PCBR, organizações dissidentes do PCB.

A tese acerca da ALA Vermelha, grupo oriundo do PC do B e que se constituiu como organização independente em 1966, objetiva caracterizar a trajetória do grupo com ênfase na autocrítica no ápice da luta armada, a respeito do imediatismo eufórico da guerrilha em que se inseriu. Segundo T. Silva (2007), os militantes da ALA Vermelha julgaram, em 1974, como equivocadas as ações armadas executadas pela organização anteriormente.

A organização ALN também é tema do trabalho de Ribeiro (2011), autora que, na perspectiva dos estudos de cooperação das mulheres na ALN, seja uma colaboração direta ou indireta. A autora mostra, de maneira mais abrangente, a inserção das mulheres no movimento armado de esquerda contra o governo, contribuindo para uma (re)interpretação do feminino nos grupos de esquerda.

Apesar de não se tratar de um trabalho historiográfico, o antropólogo, M. A. C. Lima (1994), analisa as práticas do MR-8, bem como a estrutura racional e o pensamento dos indivíduos que compuseram o grupo enquanto membros de uma sociedade de concepções plurais. Neste sentido, o autor refuta o debate acerca dos possíveis “erros” e “acertos” que o MR-8 possa ter cometido, ou seja, a tentativa de

determinar se ações tomadas pelo grupo foram equivocadas ou não, uma vez que foca suas análises nos militantes, suas motivações e ações.

Dentre as inúmeras dissidências do PCB, temos as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), grupo formado em Ribeirão Preto e estendido até Franca e arredores. Encontramos três trabalhos¹² sobre o grupo: *Em Busca do Sonho – História, Juventude e Repressão (Franca, 1960-1970)* de Márcia Pereira da Silva (2001); *FALN – a guerrilha em Ribeirão Preto* de Marcelo Botosso (2006) e *Personagens, trajetória e histórias das Forças Armadas de Libertação Nacional* de Alessandra Bagatim (2006). Sendo assim, as dissertações de Botosso e Bagatim carregam uma determinada verossimilhança, pois destacam a trajetória FALN em Ribeirão Preto, bem como a formação de seus membros e as ações guerrilheiras que protagonizaram após a constituição da organização.

O trabalho de M. P. da Silva (2001) não é essencialmente a respeito da FALN em Franca, mas sim da juventude estudantil francana em meio à atmosfera culturalmente revolucionária em plena efervescência da década de 1960. No entanto, a estudantada de Franca, assim como, os estudantes de outros lugares estavam inseridos em organizações e partidos de esquerda e simpatizantes, tais como o Movimento Estudantil (ME), PCB e posteriormente, associações de guerrilheiros. Destarte, como o texto flerta com as aspirações guerrilheiras da FALN, é possível afirmarmos que a obra da autora percorre a brevíssima história do grupo armado na cidade de Franca, o qual não foi muito além de sua pretensão ideológica, pois a repressão governamental efetuou-se implacavelmente em relação à inocência (por que não?) e inexperiência prática de guerrilha dos membros desta organização armada.

Em virtude da abertura de uma parcela dos arquivos militares na redemocratização política do país, temos uma diversidade temática que insufla a pesquisa histórica dos governos militares brasileiros, principalmente em assuntos relacionados à esquerda e a oposição de maneira geral. Estes trabalhos adquiriram consistência devido à abertura de acervos documentais inerentes a repressão, tais como processos-crime, que envolveram inúmeras organizações e militantes de esquerda, o que permitiu uma ampla facilidade de acesso. Todavia, tal ampliação do acesso a documentos antes inatingíveis, estimulou-se um desenvolvimento

¹² Os três trabalhos são dissertações de mestrado, sendo os dois primeiros publicados.

progressivo de outra gama de pesquisas: a análise dos governos militares em sua esfera interna.

Apesar de não desconhecermos a efervescência de trabalhos acerca da análise interna dos governos militares brasileiros, ainda faltam, em nossa interpretação, estudos que expliquem as manifestações de caráter urbano das organizações armadas de esquerda, contrapondo a teoria de cunho rural em relação à prática delas, ou seja, chama-nos a atenção, nos trabalhos mencionados acima (dissertações e teses), como a maioria dos membros tinham um discurso rural, mas atuavam essencialmente nas cidades (com raras exceções), sobretudo porque eram pessoas acostumadas ao ambiente citadino.

Sendo assim, para debatermos acerca da dicotomia espaço urbano/rural, presente na hipótese de nosso trabalho, torna-se saliente apresentarmos, de maneira ampla e abrangente, a história da urbanização brasileira, especialmente no que se refere ao crescimento maciço das cidades, a partir da década de 1920, no qual temos um *ideal modernizador* em busca de estabelecer um *modo de vida urbano*, algo que se consolida apenas na década de 1960.

1.2. O Processo de urbanização no Brasil: breves considerações

O caráter ruralista do Brasil apresentou sua formação no processo colonizador português, solidificou-se no período monárquico, teve uma leve queda no início da República e caiu vertiginosamente entre as décadas de 1940 e 1950, entretanto, nunca deixou de exercer sua influência (dosagens relativas dependendo de cada contexto) política, econômica e social no decorrer da história do país. Assim, compreendemos o *ruralismo* no Brasil como um complexo de práticas e representações influídas por um ou mais grupo(s) político(s) (outroa supremos) a fim de dar sustentação às atividades que possam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de uma determinada região rural. Neste sentido, nossa abordagem não é focada no viés estritamente político, mas sim pelo(s) processo(s) de urbanização que foi propagado no país, destacando características importantes que culminaram com uma transformação profunda no cotidiano da sociedade. Segundo Milton Santos (2008), o início da urbanização tem como ponto de partida o século

XVIII, pois o grande proprietário de terras passa a residir em sua casa na cidade e dirige-se a fazenda apenas em momentos cruciais da produção da cana-de-açúcar, como no corte e na colheita. Todavia, este desenvolvimento

tratava-se muito mais da geração de cidades, do que de um processo de urbanização. Subordinado a uma economia natural, as relações entre lugares eram fracas, inconstantes, num país com tão grandes dimensões territoriais. Mesmo assim, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram a base de um povoamento e uma criação de riquezas redundando na ampliação da vida de relações e no surgimento de cidades no litoral e no interior. A mecanização da produção (no caso da cana-de-açúcar) e do território (não apenas no caso da casa) vem trazer um novo impulso e nova lógica ao processo (M. SANTOS, 2008, p.22).

O amadurecimento da urbanização brasileira, ou seja, no momento em que a mesma foi imputada como processo deu-se apenas no século XIX e atingiu maiores proporções no século XX. Na primeira ocasião, houve dois recenseamentos¹³, sendo um em 1872 e o outro em 1900. Os estudiosos da Demografia diferem-se em relação aos dados estatísticos, porém, há possibilidade de traçarmos um número que possa servir como equivalente, para detectarmos a dimensão do povoamento urbano no fim do século XIX. Assim, assinalamos uma média de 7,95% da população brasileira em urbes nos últimos 28 anos daquele século, sendo que nos 15 anos finais, no total, houve um crescimento demográfico de 9,9 para 14,3 milhões, ou seja, um aumento de 40% (M. SANTOS, 2008).

O crescimento das cidades neste período da história brasileira está intrinsecamente conectado ao desenvolvimento da economia do país, tendo como alicerces os fazendeiros e a ascensão de outro grupo, os industriais, sendo ambos amparados politicamente pelo Estado. Esta *modernização conservadora*, iniciada desde o governo de Dom Pedro II e potencializada na Primeira República, teve como objetivo, sob a égide do pensamento liberal capitalista, o tão famoso *laissez-faire*, desenvolver economicamente o país com pouquíssimas, ou quase nulas, transformações na questão social e, também, na atmosfera política.

¹³ Alerta-se para o fato de que os recenseamentos de 1872 e 1900 não tem uma grande precisão devido a recursos estatísticos limitados da época a fim de distinguir com exatidão a população urbana da população rural, principalmente em cidades menores. Só a partir de 1940 que os recenseamentos terão uma qualidade mais ampla e abrangente na distinção de população rural e urbana do mesmo município.

Afigura-se, de maneira irônica, que a urbanização tenha sido intensamente empreendida, seja direta ou indiretamente, por meio de financiamento oriundo da produção agrícola, contudo, tal questão parece-nos coerente. Ora, o Brasil teve (e ainda tem) como ponto forte sua agricultura, principalmente naquelas décadas em que o país dependia praticamente de todo o lucro que era produzido nos latifúndios; a produção de café foi um dos grandes responsáveis, pelo financiamento do crescimento e desenvolvimento acelerado das cidades brasileiras.

Neste sentido, a ascensão explosiva de café como o principal produto agroexportador brasileiro ocorreu na década de 1840, deixando em situação menos vantajosa produtos como açúcar e algodão. Somente a título de exemplificação, em percentagem na receita das exportações, durante o período de 1831 a 1890 (considerando que no primeiro ano mencionado, o café já ocupava o patamar de principal produto), temos o café, com um aumento de 43,8% para 61,5%; posteriormente o açúcar, com o decréscimo de 24% a 9,9% e o algodão, também com baixa de 10,8% a 4,2% (ARIAS NETO, 2004, p.201).

Deste modo, o surto da urbanização no país iniciou por volta da década de 1920. A população brasileira nas cidades triplicou, passando de 10,7% a 31,24% em apenas 20 anos, sendo que, de 1890 a 1920, subiu somente quatro pontos percentuais. Do ponto de vista regional, o estado de São Paulo foi o que mais cresceu: teve, no mesmo período (1920-1940), um acréscimo de 43% (M. SANTOS, 2008). Assim, podemos perceber que o processo de modernização proposto pelos grupos políticos dominantes, aliado aos enormes lucros que a exportação de café proporcionava, buscava um novo *establishment* social na tentativa de enquadrar a população brasileira inserida nos padrões da civilidade ocidental capitalista. Em vista disto, o projeto modernizador das elites políticas republicanas, baseado em fundamentos de caráter positivista, foi efetuado de maneira truculenta e autoritária, pois tinha pretensões de conceber

um reordenamento geral dos espaços da política, com a manutenção da exclusão popular da mesma, como no Império, e a reorganização dos espaços urbanos e rurais: às casas enfileiradas das colônias rurais corresponderam as vilas construídas nas cidades para confinamento e disciplinarização dos operários urbanos. À nova disciplina de trabalho imposta pela implantação do colonato no campo corresponderam as novas disciplinas de trabalho e de sociabilidade instauradas nas fábricas, nas escolas, nos teatros, nas ruas da cidade, na intimidade da casa (ARIAS NETO, 2004, p.227).

O estabelecimento da modernização conservadora, ou melhor, a tentativa de sua introdução, via Estado e grandes aliados econômicos, galgava a passos largos, apesar da resistência dos movimentos sociais. A partir das décadas de 1940 e 1950, a urbanização brasileira passa a ter proporções além do âmbito regional, propagando-se de modo universal na integração de todo território nacional. Neste sentido, temos uma urbanização mais abrangente com aumento avultado da população em cidades, principalmente nas capitais de estado.

Percebemos, então, por meio do índice de urbanização, que o espaço citadino, a cada década, desde 1940, tornava-se mais atrativo e/ou a única opção para uma grande parcela da população, bem como uma amplitude crescente da taxa de natalidade em relação à mortalidade, pois se tem, no imaginário coletivo, a ideia de que a cidade é o ambiente da prosperidade e do progresso, apesar da evidente melhora nas condições de vida de modo geral, somada ao aperfeiçoamento das condições sanitárias. Na década de 1940, a população brasileira era de 41.362 milhões de pessoas e apenas 10.891 milhões residiam nas cidades, ou seja, 26,35%. Já na década de 1960, o total era de 70.191 milhões, enquanto nas urbes, havia 31.956 milhões de brasileiros, isto é, 45,52%. Por fim, temos em 1970, a totalidade de 93.139 milhões, sendo que, a população urbana já atingia a marca de 52.950 milhões de, ou seja, 56,80% em relação ao total (M. SANTOS, 2008, p.32).

Dessa maneira, podemos afirmar que as investidas guerrilheiras (majoritariamente efetuadas nas cidades por pessoas essencialmente urbanas) contra a ditadura civil-militar ocorreram no momento em que metade da população brasileira morava nas urbes, considerando o período de 1967 a 1971. Na década de 1960 já havia um *modo de vida urbano*, justamente por ter uma quantidade considerável de pessoas nas cidades há decênios¹⁴. Assim, o cotidiano de praticamente 50 milhões de pessoas era formado por elementos citadinos, ou seja, esta parcela de brasileiros estava desacostumada com a vida no campo, principalmente a percentagem jovem da população.

Esta investigação considera que a urbanidade dos membros das esquerdas clandestinas impossibilitou a compatibilidade entre o discurso teórico e as pretensões das práticas guerrilheiras que não se concretizaram como supostamente

¹⁴ Apesar do modo de vida urbano adquirido a partir da década de 1960, mas não tão “civilizador” assim. As elites brasileiras nunca chegaram a tão almejada civilidade por completo, isto é, o “novo rico” no Brasil, por exemplo, tem o hábito de adquirir ranchos para usufruir do contato com a natureza durante fins de semana, ainda que este costume seja diversão e não uma necessidade.

foi almejado pelos militantes das organizações armadas. Em outras palavras, a ausência de *identidade* com meio rural forçaram os grupos guerrilheiros, constituídos fundamentalmente por pessoas urbanas, a executaram suas ações em sua própria zona de conforto: a esfera cidadina.

1.3. A questão de identidade: entre o urbano e o rural

Para analisarmos a questão que envolve o significado do “ser urbano”, ou seja, pessoas que tem uma conectividade íntima e singular em relação ao seu cotidiano nas cidades, assinala-se, de maneira preponderante, uma abordagem acerca da perspectiva conceitual da *identidade*, bem como, outras importantes temáticas inerentes a ela. Logo, consideramos tal conceito de maneira plural, pois o indivíduo tem diversos papéis na sociedade, inúmeras funções para executar e necessita ter identidade com cada uma delas. No entanto, as identidades não se estabelecem imutavelmente, pelo contrário, elas se caracterizam volúveis, pois são construções que se modificam no decorrer da história, subordinadas as próprias pessoas que as constituem (HALL, 2008).

Neste sentido, sinalizamos que as identidades são representadas pela diferença, marcada por símbolos específicos de cada indivíduo ou coletividade, isto é, o que difere, por exemplo, um brasileiro de um argentino é fato do brasileiro ser um “não-argentino”. Em vista disto, considerando nossa problemática, podemos afirmar que concreto, edifícios, automóveis faziam mais *sentido prático* aos partícipes da luta armada no Brasil pós-64 que plantações, criações, mata fechada, foice e enxada, elementos mais comuns a habitantes que residem no meio rural, já que “a construção da identidade é tanto simbólica quanto social” (WOODWARD, 2008, p.10).

Outra circunstância inerente à identidade é a questão da memória, de como resgatamos o passado e o adaptamos em relação ao presente, seja na lembrança ou no esquecimento de determinados aspectos. Recordar o passado é fundamental para garantir o significado de nossa identidade, pois conhecendo quem fomos, traduzimos o que somos hoje (LOWENTHAL, 1998, p.83); se a identidade é a

territorialização da memória, a última é construída coletivamente com base nas experiências cotidianas de uma dada comunidade política.

A identidade é fruto das leituras e representações do cotidiano de cada um dos membros de uma dada sociedade. Assim, pessoas cujo exercício político estava concentrado na esfera cidadina, uma vez em conjunto, somente podiam estabelecer relações no sentido do urbano, desenvolvendo e (re)significando concepções de mundo relacionadas às cidades. A teoria de guerrilha rural para eles, e, segundo estas concepções, foi compreendida enquanto ideal utópico e, por isso mesmo, sempre localizada no *vir a ser* dos grupos armados de esquerda; nunca fez parte dos esforços consistentes da imensa maioria dos guerrilheiros do período.

1.4. Teorias revolucionárias de esquerda

O processo de luta armada no Brasil durante os governos militares brasileiros ocorreu em torno do período de 1966 a 1974, sendo o atentado ao general Costa e Silva no aeroporto internacional do Recife, mais conhecido como Guararapes, em julho de 1966, um estopim simbólico e, 1974, visto como ano em que os militares decretaram oficialmente o sucesso em relação à famosa Guerrilha do Araguaia, região atual do estado do Tocantins. Ainda que a historiografia caracterize a guerrilha como “morta” após os conflitos no Araguaia, alguns grupos, como o próprio PC do B, MR-8, PCBR e PCR, permanecem existindo como organização, mesmo sem a articulação política e força militar de outrora.

Desta forma, os anos de 1966 e 1967 também marcam a cisão partidária em massa do PCB devido à maneira como o “Partidão” conduzia os interesses comunistas no Brasil, considerada, por muitos de seus ex-militantes, passiva demais em relação ao contexto daquele momento. O movimento estudantil, representado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), por exemplo, que integrava em massa as colunas do Partido, rompeu drasticamente com o próprio partido, ocasionando inúmeras divisões, como relatou Ridenti (1993, p.28):

as bases universitárias romperam com o Partido em todos os cantos do território nacional, constituindo as conhecidas dissidências estudantis, as “DIs”: no estado do Rio surgiu a DI-RJ; na Guanabara, a DI-GB (ambas posteriormente denominadas Movimento

Revolucionário 8 de Outubro – MR-8); havia a DI do Rio Grande do Sul; a DISP, paulista (depois integrada à ALN ou à VPR e VAR-Palmares); em Minas Gerais a dissidência estudantil integraria a CORRENTE; etc.

O descontentamento com a direção do Partido vem desde 1958, em sua *Declaração de Março*, que o PCB modificou suas diretrizes políticas em um sentido pacífico e *etapista* (a primeira baseada no apoio à revolução democrática burguesa e a segunda caracterizada pela revolução socialista propriamente dita) acerca da revolução brasileira, levando em consideração a situação política específica do contexto dos governos militares. Tal posicionamento foi criticado por muitos, a exemplo de Gorender, ex-membro do “Partidão”:

a burguesia já era a classe dominante e tinha vinculação estreita com o imperialismo. O caminho pacífico da revolução tornava-se impensável sem o consenso da burguesia brasileira. Estava fora da objetividade política ganhar semelhante consenso de uma burguesia que não precisava de nenhuma revolução (GORENDER, (1987, p.31).

As inúmeras dissidências do PCB, nos primórdios da ditadura, originaram uma ampla gama de partidos e organizações clandestinas, principalmente as de caráter guerrilheiro, entretanto, já tínhamos, antes do golpe de 64, outros grupos de esquerda consideravelmente expressivos e que defrontavam em importância político-ideológica com o “Partidão”, tais como a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP) e o PC do B, sendo este último uma facção separatista do próprio PCB (REIS FILHO, 1990, p.34). Havia outros com relativo valor, como a Ação Popular (AP), oriunda da Juventude Universitária Católica (JUC), bem como o (PORT), sendo este último constituído em 1953 e também como uma das pouquíssimas agremiações de esquerda que não se utilizaram da luta armada para fazer oposição ao governo civil-militar, juntamente com o Movimento Estudantil Libertário (MEL), de caráter anarquista e o que restou do PCB após diversas fragmentações (RIDENTI, 1993, p.57).

Neste sentido, afirmamos que a maioria da esquerda clandestina das décadas de 1960 e 1970 se envolveu em ações armadas contra a ditadura. As organizações guerrilheiras basearam-se em teorias de caráter comunista para efetuar a implantação e execução da guerrilha no intento de obter êxito através da tão

almejada revolução socialista. Dessa forma, temos duas teorias que embalsamaram a luta armada no Brasil pós-64: a *teoria do foco* (também conhecida como *foquismo* ou *guevarismo*) e o *maoísmo*, sendo ambas de cunho rural. No entanto, como já apresentamos anteriormente, as ações guerrilheiras no campo efetuaram-se de maneira restrita, isto é, as cidades foram “o grande palco” da maior parte dos conflitos entre oposição armada e governos militares.

O imaginário da guerrilha rural inserido no âmago dos partidos e organizações de esquerda, sobretudo aos membros que formavam os quadros de militantes responsáveis pela doutrina ideológica dos próprios grupos, era demasiadamente defendido e celebrado, pois tais teorias eram originárias de experiências revolucionárias vitoriosas, as quais exerceram grande influência no pensamento da esquerda armada brasileira no pós-64. Apesar disto, não pretendemos julgar o nível de preponderância das concepções e atitudes do movimento comunista internacional em relação os grupos guerrilheiros nacionais, contudo, é evidente que o *foquismo* e o *maoísmo* “fizeram a cabeça” dos partícipes da luta armada.¹⁵

Os exórdios do castro-guevarismo recaíram sobre o conhecido guerrilheiro Ernesto “Che” Guevara, que reputava o foco insurrecional em um dos três principais aspectos da tomada do poder em Cuba, levando em consideração o ônus que o êxito da Revolução Cubana de 1959 passou a ter no imaginário da esquerda brasileira. A questão do foco insurgente baseava-se na não necessidade de condições suficientes e favoráveis para que a revolução seja realizada, ou seja, o próprio foco guerrilheiro supriria tal lacuna. Segundo esta lógica, a revolução poderia triunfar com maior êxito e rapidez, juntamente com os outros dois aspectos da concepção do guerrilheiro argentino: a possibilidade de sucesso de forças populares contra um exército e, principalmente, a atuação armada em ambiente rural (GUEVARA, 1968, p.62).

Neste sentido, a *teoria do foco*, a qual foi popularizada globalmente por meio da obra *Revolução na Revolução?* de Régis Debray (1980) publicada, originalmente, em 1967 e fator de inspiração revolucionária para a esquerda armada brasileira, fundamentou a crença de que grupos revolucionários se apossariam de lugares estratégicos espalhados pelo país. Apoiariam uns aos outros e passariam, cada vez mais, a conquistar outros terrenos e maiores números de adeptos. Desta forma, um

¹⁵ Uma análise detalhada e incisiva sobre a influência comunista estrangeira sobre a esquerda brasileira clandestina encontra-se na obra *A Revolução Faltou ao Encontro* (1990), de Reis Filho.

grupo de homens atuaria entre os camponeses em uma região propícia por apresentar melhores condições de defesa e, desta região, espalharia para outras regiões, criando os fatores necessários para a revolução. Assim, o foco guerrilheiro poderia, por meio da ação, criar as condições subjetivas para o andamento da revolução. Em outras palavras, a teoria do foco baseava-se nas seguintes premissas:

[...] primeiro organiza-se um grupo armado, de forma conspirativa, isolado da ação do povo e reduzido a um pequeno número de iniciados. Esse grupo realiza um ataque bem-sucedido que faz com que cresça sua fama, atraindo alguns camponeses sem terra ou em luta por conservá-la e jovens idealistas de outras classes para suas fileiras; o grupo realiza novos ataques e segue incorporando novos homens. Em determinado momento, passa a contar com instalações em algum ponto da área libertada, onde passa a elaborar os meios fundamentais para sua ação e a avançar sobre o território controlado pelo governo. Os sucessos militares robustecem a guerrilha, que passa a organizar-se sob forma de exército popular, capaz de derrotar as forças da opressão. Desta forma, a guerra de guerrilhas é encarada como etapa inicial da revolução (BARÃO, 2007, p.243).

A teoria do foco insurrecional, como foi apresentada acima, está inserida no que Guevara (1968) e Debray (1980) denominavam de *Guerra de Guerrilhas*: um conceito que se fundamentava como peça imprescindível da revolução socialista, pois não era possível exercer um confronto direto contra um exército regular devido a um desequilíbrio bélico e espacial – o caráter rural do foquismo é oriundo desta concepção guevarista de guerra: as cidades favorecem as ofensivas militares do Estado. Neste sentido, concebemos o conceito de *tática* de guerrilha ao invés de *guerra* de guerrilha, pois a *tática* de guerrilha caracteriza-se como um instrumento de guerra, da qual poderá ser revolucionária ou não. Assim, o que determina a espécie de guerra é sua política, isto é, a guerrilha só será revolucionária se o ideal político também professar o mesmo ideário (SAINT-PIERRE, 2000, p.173-175).

Somente exemplificando sobre a *tática* de guerrilha como artefato em guerras não revolucionárias, temos a *El Empecinado* ocorrida no início do século XIX e denominada por Juan Marin Diez, líder espanhol que conduziu grupos guerrilheiros (contava-se mais de 200 guerrilhas disseminadas pelo território espanhol) na tentativa de expulsar as tropas de Napoleão Bonaparte, as quais almejavam conquistar as nações ibéricas. Outro exemplo se caracteriza pela “batalha do cerco” de Aníbal Barca, líder cartaginês que impôs diversas derrotas ao “todo poderoso”

exército imperial de Roma nos anos 200 a. C.. A tática de guerrilha criada por Aníbal estabelecia seu exército em arco de círculo com sua cavalaria em reserva. Assim, o exército romano de 80 mil legionários atacou pelo centro, forçando os flancos cartagineses a se fecharem, esmagando, deste modo, as legiões imperiais (SAINT-PIERRE, 2000, p.174-176). Neste sentido, como é possível notarmos, a tática de guerrilha pode ser empregada em qualquer guerra que haja a possibilidade e a necessidade de utilização pela via de práticas militares. Logo, desvincula-se a concepção de guerrilha como instrumento exclusivo da esquerda revolucionária.

Segundo Guevara (1968) e Debray (1980), o aspecto espacial e territorial da guerrilha sob a égide da teoria do foco caracteriza-se de maneira essencial, pois a esfera citadina corresponde a um ambiente adverso para o exercício armado da guerrilha devido à fragilidade político-militar e propagandístico de grupos armados de oposição ante a uma possível ofensiva de exércitos regulares e forças repressivas do governo. No entanto, os teóricos do foquismo assinalam que as cidades possuem um papel importante na revolução (porém secundário) em relação à divulgação de ações armadas, bem como o hipotético fornecimento de suprimentos materiais imprescindíveis à manutenção da guerrilha no espaço campestre.

Dentre as inúmeras organizações armadas de caráter foquista, temos o Comando de Libertação Nacional (COLINA), dissidência de Minas Gerais (a facção do Rio de Janeiro se juntaria ao grupo mineiro posteriormente) oriunda da ORM-POLOP em 1967. Em abril de 1968, os COLINA elaboraram as diretrizes da organização denominada *Concepção da Luta Revolucionária*, tendo como base a opção pela “guerra de guerrilhas” de caráter socialista. O documento declara evidente a preferência deste grupo armado pelo guevarismo, pois afirma que “o foco guerrilheiro é a única forma que poderá assumir, agora [leia-se 1968 e o que correspondeu aquele contexto político repressor], a luta armada revolucionário do povo brasileiro” (REIS FILHO; SÁ, 1985, p.143). Ainda, a orientação político-militar dos COLINA considerava que

o guerrilheiro é antes de tudo um revolucionário agrário [...] pois lutar pela reforma agrária é lutar contra todo o aparelho de repressão e inclusive contra uma mais que provável ocupação direta do imperialismo. [...] A reforma agrária só pode ser defendida hoje pela luta armada [...] (REIS FILHO; SÁ, 1985, p.144).

Os organizadores deste documento, quando se remeteram ao aspecto do “revolucionário agrário”, inseriram uma nota do rodapé com uma citação na íntegra e relativamente longa de um trecho de *Guerra de Guerrilhas* de Guevara. Neste trecho, “Che” mostra que o guerrilheiro deve possuir conhecimento suficiente e habilidades necessárias para poder percorrer e transitar no ambiente rural com o mínimo de dificuldades possíveis (REIS FILHO; SÁ, 1985, p.144). A própria ORM-POLOP, em um documento denominado *Programa Socialista para o Brasil* de setembro de 1967, defendia a necessidade da guerrilha no campo por meio do foco guerrilheiro, pois este “elevará o nível da luta, apressará a unificação das forças da esquerda revolucionária e a constituição do partido revolucionário da classe operária” (REIS FILHO; SÁ, 1985, p.115-116). Ora, a composição majoritária dos quadros de militantes da COLINA era de estudantes, principalmente universitários, portanto indivíduos essencialmente urbanos, isto é, a inserção no âmbito campestre, como propõe Guevara, requisita determinadas aptidões físicas e psicológicas que a grande maioria dos militantes dos grupos guerrilheiros, e não apenas dos COLINA e da ORM-POLOP, não obtinham, ou seja, o conflito identitário em relação ao espaço territorial impossibilitava êxito na manutenção e execução do foco guerrilheiro.

A influência da “via cubana” para revolução socialista também afetou a ALN de Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, porém a tese do foco guerrilheiro sofreu algumas mudanças no campo teórico. Uma das principais mudanças corresponde à importância da guerrilha urbana, ou seja, as ações revolucionárias efetuadas em cidades tornam-se, para Marighella, um dos três pilares fundamentais da guerra revolucionária, sendo os outros dois a guerra psicológica e a própria guerrilha rural (REIS FILHO; SÁ, 1985, p.215). Neste sentido, Gorender afirma:

Marighella se declarou contrário aos focos e, inspirado na experiência histórica brasileira (das lutas contra os holandeses ao cangaço de lampião), apresentou a tarefa das colunas guerrilheiras móveis, que se deslocariam contando com pontos de apoio de antemão assentados. [...] Antes considerada inviável, a guerrilha urbana se valoriza como tarefa tática (fornecimento de quadros e armas, fustigamento do inimigo etc.) A luta nas cidades não é alvo de zombaria [...]. Sua valorização e a experiência concreta acumulada no Brasil resultarão no *Minimanual do guerrilheiro urbano*, escrito por Marighella em meados de 1969 [...] (GORENDER, 1987, p.97-98. Grifo do autor).

Sendo assim, a ALN foi a associação guerrilheira que mais se preocupou e defendeu a importância do espaço citadino no âmbito teórico de suas aspirações práticas como organização armada de esquerda. Apesar disto, o “fantasma” da guerrilha rural, especificamente o foquismo no caso do grupo liderado por Marighella, sempre esteve fortemente presente no imaginário dos partícipes da luta armada contra a ditadura civil-militar. Deste modo, a presença conceitual da guerrilha rural tinha outra corrente, o maoísmo, o qual também influenciou ideologicamente algumas organizações armadas de esquerda.

O conceito *maoísmo* ou *pensamento de Mao Zedong* ou Mao Tsé-Tung, dependendo do tipo da transliteração feita em relação ao nome original em mandarim, irrompeu após o êxito da Revolução Chinesa em 1949 liderada pelo próprio Mao, a qual concretizou a construção do socialismo na China, sendo uma apropriação do marxismo-leninismo adaptado às condições histórico-sociais deste país. Neste sentido, o maoísmo tornou-se um *modelo revolucionário* para o restante do planeta e estabeleceu certa rivalidade com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre o domínio político-ideológico do pensamento do movimento comunista internacional.

Do ponto de vista político-militar, a Revolução Chinesa, bem como a Revolução Cubana, em princípio, foi de caráter nacional-libertário, ou seja, em ambas, o objetivo primordial era libertar as respectivas nações do imperialismo capitalista exercido por outros países. O espaço rural foi altamente determinante no processo revolucionário chinês devido à inserção maciça de milhares de camponeses no denominado e conhecido Exército popular de Mao; todavia, a concepção teórica leninista acerca da conexão entre operários e camponeses exerceu, também, sua influência na revolução (REIS, 2007, p.162-164).

Dessa maneira, podemos perceber que a guerrilha rural era tida como um aspecto crucial e deveras importante no maoísmo, pois a participação do campesinato chinês no processo revolucionário foi essencial para a revolução, tornando-se uma questão fundamental na esfera conceitual do pensamento de Mao Zedong no sentido de “afirmar a *autonomia* do movimento social camponês e, mais do que isso, a sua capacidade de *dirigir* socialmente o processo de transformações na China” (REIS, 2007, p.167. Grifos do autor). Logo, as propostas militares oriundas do pensamento de Mao Zedong corresponde a constituição de um exército

popular de libertação com a massa de camponeses inseridos na formação de suas fileiras. Assim, torna-se evidente uma formulação padronizada e unificada da tática de guerrilha baseada em uma espécie de “guerra popular prolongada” somada a uma estratégia em que as cidades seriam cercadas pelas tropas camponesas do exército popular de libertação:

Enfraquecer o inimigo com repetidos ataques às suas forças dispersas e isoladas; concentrar em cada combate forças absolutamente superiores às do inimigo; jamais entrar em combate sem esmagadora superioridade e certeza da vitória; reforçar a guerrilha em homens e armas à custa do inimigo; definir como objetivo principal a aniquilação das forças vivas do inimigo. [...] a luta pela obtenção da mais perfeita sintonia com as aspirações populares (o guerrilheiro deve operar junto das massas como um peixe na água), o estímulo a um agressivo estilo de luta, caracterizado pela coragem, pelo espírito de sacrifício, pela disposição de travar combates contínuos [...] (REIS, 2007, p.167).

A influência político-militar do maoísmo é perceptível em algumas organizações armadas de esquerda, tais como a Ala Vermelha do PC do B, cujo documento de 1966 revela a importância da guerra popular como forma de luta revolucionária para uma hipotética libertação dos “povos oprimidos”, sendo que ela “pressupõe a organização das forças armadas do povo, a partir de pequenos núcleos de combatentes, no amplo emprego da tática de guerrilhas e na criação de bases de apoio no campo” (REIS FILHO; SÁ, 1985, p.72-73). No mesmo documento, a ALA Vermelha enfatiza que o processo revolucionário não será feito como Rússia, onde as sublevações armadas partiram de grupos localizados no ambiente citadino. Tal ênfase, sobre a condução da revolução se fundamenta pelo alinhamento do partido com os preceitos chineses do maoísmo e a crítica pelo “revisionismo” partidário-ideológico do Partido Comunista da URSS em meados da década de 1960. O Partido Comunista Revolucionário (PCR), uma das dissidências do PC do B (o partido dos líderes Maurício Grabois e João Amazonas também compartilhava do conceitual maoista acerca da prática guerrilheira), em seu programa-manifesto de maio de 1966, mostra-nos a influência da “guerra popular” maoista em suas ambições políticas:

O cerne da estratégia do proletariado e de seu Partido é o desenvolvimento da guerra popular através da guerra de guerrilhas. [...] Do ponto de vista tático o campo é mais importante que a cidade para os revolucionários, porque o aparelho de repressão do inimigo é débil em áreas rurais e tem dificuldades em nela penetrar. Nessas condições, observando o princípio da superioridade relativa de concentra contra o inimigo forças duas ou três vezes maiores em todas as ações concretas, é possível através da guerra popular derrotar por partes os “gorilas”. Por isso a guerra popular também é prolongada [...] (REIS FILHO; SÁ, 1985, p.50).

O hibridismo partidário-ideológico (junção de elementos do foquismo com aspectos do maoísmo) é visível de maneira sutil no trecho anterior retirado de um documento do PCR, no momento em que a abordagem se caracterizava pela debilidade das forças repressivas governamentais em uma possível ofensiva no espaço rural, aspecto este encontrado facilmente (mencionado em páginas anteriores) nos textos de Debray e Guevara. Da sutileza a explicitidade, em outra parte do mesmo documento da ALA Vermelha, percebemos uma hibridez mais clara entre foquismo e maoísmo:

A eclosão da luta armada necessita da existência de uma força armada regular no campo, clandestina, que possa iniciar o choque aberto com o inimigo. Para garantir a sobrevivência desse contingente e permitir a continuidade de sua ação, é necessário contar com amplo apoio das massas locais e do país. Esse método de eclosão da luta armada se constitui no Foco Revolucionário. O Foco Revolucionário consiste, portanto, na existência de uma região estrategicamente favorável ao desencadeamento da luta armada, onde um contingente guerrilheiro realiza as primeiras ações armadas do processo revolucionário [...] dando-se assim os primeiros passos para a construção do Exército Popular Revolucionário e da primeira base de apoio revolucionário (REIS FILHO; SÁ, 1985, p.128-129).

Como foi possível notarmos, independente da concepção, seja ela maoista, castro-guevarista ou a junção de características de ambas, a crença “inabalável” acerca da imprescindibilidade da guerrilha rural como tática crucial da luta revolucionária inserida nas ambições políticas da esquerda armada no Brasil pós-64, configura-se de uma forma considerável abrangente. De qualquer maneira, o imaginário dos partícipes era tomado pela luta armada no campo, mesmo para Marighella, o qual almejou incorporar de maneira preponderante a participação das urbes no processo de formação da guerrilha, porém o objetivo final ainda era a guerrilha rural.

Apenas para exemplificação e também como endosso para a hipótese de nosso trabalho, mostramos, anteriormente, as ambições teóricas acerca da guerrilha rural de diversos grupos guerrilheiros. Neste momento, apresentamos trechos de entrevistas de ex-partícipes da luta armada que demonstram a concepção de guerrilha no campo. Deste modo, encontramos na obra de Botosso (2006) sobre a FALN – organização armada que atuou na região de Ribeirão Preto, noroeste do estado de São Paulo. Assim, temos o depoimento de Guilherme Simões Gomes, codinome “Dr José”, 55 anos e professor de odontologia:

A Áurea vinha embora para cidade. Eu vi a arma com eles. Ela disse: ‘O pessoal daqui vai para a mata de Sertãozinho, dá para o senhor levar a gente?’ Disse que não tinha problema e fui [...]. Quando eu cheguei lá [na mata de Guatarapá], aí é que entraram no meu carro: ela estava sem arma e três sujeitos, todos armados [...]. Eu perguntei: ‘Para que estas armas?’ Ela disse: ‘É porque o pessoal fica aí no mato, é perigoso e tal.’ Por fim, ela me confessou: ‘O pessoal tá sendo treinado, esse novo rapaz veio para isso’ [...] (BOTOSSO, 2006, p.109-110).

Em outra obra de M. P. da Silva (2001), sobre militantes do município de Franca, alguns vinculados a FALN, encontramos novamente depoimentos que mostram a preparação de alguns militantes em ambiente extremamente adverso para os militantes urbanos. O depoimento é oriundo de um diário de registros de Djalma Quirino de Carvalho, um ex-integrante da FALN, que foi apreendido em no Acampamento da Fazenda Boa Vista em Guatarapá, Ribeirão Preto:

São 8 horas e 5 m. Levantamos e armamos rêdes e vamos ver se dá p/ dormir agora. O Célio já falou em ir embora. [...] Agora são 12 horas, fiz arroz com batatinha, a primeira vez que fiz comida, café e um continental... Minha mão está toda arranhada, a mata é muito fechada, espinho pra todo lado. [...] Não é mole isto aqui.... monte de macacos¹⁶ nas árvores... Estamos sem água, mas não estamos com sede, chiclete na boca. [...] Agora é 4 h. Trabalhamos a tarde toda fazendo um buraco e cortando madeira para enterrar material. O João disse que agora nós vamos aguentar até fim (M. P. da SILVA, 2001, p.18).

Podemos observar que o ideário de guerrilha rural perpetuou pelas concepções da esquerda armada de uma forma enraizante e imortalizada. Em

¹⁶ “Macacos nas árvores” era a senha utilizada pela esquerda para policiais nos arredores. No entanto, neste excerto, o depoente referia-se ao animal – o macaco propriamente dito.

meados de 1970, os militantes ainda sonhavam com a luta no campo, como é possível notar num trecho desta carta que foi dirigida aos funcionários da Companhia de Fumos Santa Cruz, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Os autores desta carta são do MCR e da VPR, e que se desculpavam por terem levado dinheiro dos operários. Tal carta faz parte de nossa documentação, que abarca o processo-crime acerca do MCR, juntamente com algumas menções à VPR:

Pretendemos nas cidades formar as milícias populares para combater a polícia e o exército, e, no campo propomos a guerrilha como forma de luta. E a possibilidade de vitória no campo, já ficou categoricamente demonstrada, quando o líder revolucionário capitão Carlos Lamarca com mais vinte guerrilheiros de um “banho” nas forças da repressão que tinham no local uns 20 mil homens, conseguindo saírem todos com vida. Enquanto o exército e polícia tiveram 8 mortos e 16 prisioneiros, feitos por nós.¹⁷

Notamos, com estes últimos três trechos citados, o conflito entre indivíduos e espaço territorial (militantes urbanos na tentativa de se inserirem na esfera rural) somado a uma determinada ingenuidade político-ideológica em relação a supostos sucessos da guerrilha no campo. Chamou-nos a atenção a grande incompatibilidade da teoria para com a prática revolucionária, cujos autores defendem a famosa “tese do suicídio revolucionário”. Não pretendemos abarcar tal discussão neste trabalho, no entanto, enfatizamos a fragilidade das organizações armadas em efetuar ações guerrilheiras no campo, e, aprofundando, nas próprias cidades, a debilidade militar da esquerda armada era, de certa maneira, evidente em relação as forças de repressão. O Quadro 1 revela a preponderância de militantes urbanos nas organizações guerrilheiras de oposição aos governos militares:

¹⁷ Arquivo Público do Supremo Tribunal Militar - APSTM. Processo 39.769 – Apelação, 1º vol. p.313.

Quadro 1 – Relação de organizações da esquerda clandestina no Brasil, por profissão dos indiciados pela Justiça Militar nas décadas de 1960 e 1970 do século XX¹⁸

GRUPOS	CAMADAS DE BASE	CAMADAS DE TRANSIÇÃO	CAMADAS MÉDIAS INTELECTUALIZADAS	NÃO CONSTA OCUPAÇÃO	TOTAL
ALA*	17	36	61	11	125
ALN*	82	121	255	34	492
AP	74	82	253	61	470
COLINA*	5	10	36	4	55
CORRENTE	12	26	36	--	74
DI-DF	5	16	11	2	34
DVP	8	6	8	18	50
FALN	13	15	13	8	49
FLNe*	6	2	1	1	10
GRUPOS de 11	35	46	13	1	95
MAR*	5	2	7	7	21
MCR*	--	1	4	6	11
MEL	4	5	7	--	16
MNR*	12	2	3	1	18
MOLIPO*	1	1	8	--	10
MR-21	4	14	4	--	22
MR-26*	10	3	--	2	15
MR-8*	9	32	109	9	159
MRM	3	1	3	--	7
PC do B	14	85	134	26	259
PCB	144	250	209	84	687
PCBR*	20	58	123	15	216
PCR	7	6	14	6	33
POC*	5	27	91	14	137
POLOP	19	11	50	5	85
PORT	51	33	57	--	141
PRT*	8	4	17	1	30
RAN*	3	10	25	--	38
REDE*	12	5	5	1	23
VAR*	45	60	136	29	270
VPR*	24	29	69	23	145
Outros Grupos*	47	87	146	57	348
TOTAL COM OCUPAÇÃO CONHECIDA	704	1.085	1.908	--	3.698
TOTAL	704	1.085	1.908	426	4.124

*Organizações armadas de esquerda com atuação preponderante nas cidades.

¹⁸ Os dados da tabela são provenientes da obra de Marcelo Ridenti (1993) (os quais são oriundos do projeto Brasil Nunca Mais) com algumas inserções nossas.

Neste sentido, as camadas de base são compostas por *lavradores, militares de baixa patente e trabalhadores manuais urbanos*; já as camadas de transição são formadas por *autônomos, empregados, funcionários públicos, militantes, técnicos médios e outros*; e as camadas médias intelectualizadas são constituídas por *artistas, empresários, estudantes, oficiais militares, professores, profissionais liberais ou com formação superior e religiosos* (Quadro 1).

Dessa forma, é possível afirmar, em princípio, que único componente rural previsto eram os *lavradores*¹⁹. As camadas de base, no total, corresponderam apenas 16,39% (311 militantes) do total dos militantes nos grupos guerrilheiros, sendo que apenas os lavradores eram 2,0% (37 pessoas) do total. Se pensarmos nas camadas médias e altas intelectualizadas, elas, no total, corresponderam 57,78% (1.096 militantes) dentro das organizações armadas, sendo que apenas os estudantes eram 30,7% (583 pessoas) (Quadro 1). Neste sentido, podemos perceber que praticamente todos os envolvidos em ações armadas da esquerda, ou não, eram derivados das cidades.

Supondo que todos os *lavradores* (88 pessoas de 4.124 que correspondem 2,13% de 100%) fossem realmente oriundos do meio rural, ou seja, pessoas que obtêm uma conexão intrínseca com o ambiente campestre e, conseqüentemente, estabelecem uma frondosa identidade a este ambiente, não haveria, ainda, uma parcela expressiva de militantes que pudessem ser úteis na construção de uma guerrilha no campo, afinal, este era o objetivo último de praticamente todos os grupos armados de esquerda urbanos ou não. Por outro lado, os *trabalhadores manuais urbanos* (498 militantes de 4.124 que equivalem 12% de 100%) poderiam não ser necessariamente indivíduos “urbanizados”, afinal, poderiam pertencer a primeira geração que se transferiram do âmbito rural para a cidade, isto é, pessoas que passaram um determinado tempo de vida no campo e devido à necessidades compulsórias, tiveram que se mudar para a urbe. Por isso consideramos que, os *trabalhadores manuais urbanos* viviam e trabalhavam na cidade, porém é possível que tivessem ligação identitária com o meio rural.²⁰

¹⁹ É preciso ressaltar que estes lavradores poderiam apenas trabalhar no campo e residirem na cidade, como os atuais “boias-frias” que saem do ambiente citadino para o meio rural apenas para cumprir a carga horária de trabalho.

²⁰ A categoria “trabalhadores manuais urbanos” naquele contexto se refere aos indivíduos que trabalhavam na “linha de montagem” das fábricas, pois era um trabalho que não exigia maiores habilidades, afinal, estas pessoas eram oriundas do meio rural e, conseqüentemente, carregavam conhecimento de trabalho no próprio âmbito campestre.

Segundo Ridenti (1993) e conforme já assinalamos, apenas três associações não se utilizaram da luta armada como forma de resistência as ofensivas governistas. São eles: o PORT, o MEL, de caráter anarquista e o que restou do PCB após as inúmeras fragmentações. Todas as organizações restantes, de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, se envolveram em ações armadas contra a ditadura. Neste sentido, no próximo capítulo, tratamos da nossa documentação (o processo-crime que envolveu os militantes do MCR), isto é, fazer a história desta organização armada, bem como, analisar o papel dos próprios integrantes do grupo no intuito de demonstrar como eles tinham identidade urbana. Com isso, mostramos que a guerrilha urbana adquiriu um significado em si mesma, devido a maciça participação dos grupos armados de esquerda nas cidades, tema melhor abordado no segundo capítulo.

CAPÍTULO 2

“Ousar lutar, ousar vencer”.

Carlos Lamarca

CAPÍTULO 2. A GUERRILHA URBANA E O MCR

O presente capítulo constrói a história do Movimento Comunista Revolucionário (MCR), grupo guerrilheiro oriundo da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), atuante nos anos de 1970 e 1971, no estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente na cidade de Porto Alegre e região metropolitana. Assim, apresentamos e analisamos os partícipes do grupo, bem como suas respectivas atividades armadas durante as ações da organização. Conjuntamente, percebemos as atuações nas cidades do MCR atrelada ao tradicional e entusiasta discurso de guerrilha rural, o que analisamos no capítulo anterior. Do mesmo modo, notamos que, em relação às manifestações armadas na cidade, a guerrilha urbana possui características próprias e singulares, portanto ela tem sentido em si mesma.

Para podermos proceder a (re)construção do MCR, é necessário considerarmos fortemente o caráter específico da documentação, pois se trata de um processo-crime composto de réus que atentaram contra a Lei de Segurança Nacional (decreto-lei 314 de 13 de março de 1967 [aperfeiçoada pelo decreto-lei 898 de 29 de setembro de 1969] que estabeleceu pela via jurídica a Doutrina de Segurança Nacional), sendo proveniente de um Estado autoritário no período dos governos militares brasileiros (1964-1985).

2.1. Considerações acerca de processos criminais como documento histórico

A utilização de processos criminais como fonte da História requer inúmeras especificidades, pois se caracteriza como uma documentação oriunda de instituições jurídicas, referente a um determinado contexto político-social, e são confeccionados para consolidar certos propósitos. Em vista disto, podemos afirmar que o tratamento documental acerca de um processo crime deve ser realizado com

[...] criticidade e vê-lo como ele é de fato: um processo que procura a elucidação da verdade, pois se trata de uma fonte institucional, produzida pela justiça e carregada de manifestações de interesses distintos (H. SANTOS, 2011, p.2757).

No entanto, é necessário ressaltarmos que nossa documentação foi gerada pela *repressão* dos governos militares, o que a caracteriza, portanto, a “procura pela verdade” mencionada acima, de maneira extremamente ambígua e parcial, sendo mais contundente que em tempos de maior liberdade política, como em uma democracia. Assim, não podemos nos abdicar de fazer menção aos respectivos órgãos de informação (como o Serviço Nacional de Informações (SNI), idealizado e criado pelo general Golbery do Couto e Silva, por exemplo), os quais foram essenciais para o funcionamento do aparelho burocrático-repressivo do regime em questão, pois acreditamos que “o historiador que se aventura nos arquivos deveria ter preocupações em conhecer o funcionamento da máquina administrativa para o período que se pretende pesquisar” (BACELLAR, 2008, p.44). De fato, é imprescindível termos conhecimento da estrutura jurídica e administrativa, bem como, da maneira como suas atividades são operadas em um determinado período (em nosso caso os governos militares), todavia esta questão não é o foco deste trabalho, apesar de ser um assunto importante para a nossa análise, especificamente neste capítulo.

A constituição de um processo criminal se caracteriza, em princípio, por uma *denúncia* de um possível crime a um indivíduo ou coletivo, precedido por um *inquérito policial* que é estabelecido para corroborar e confirmar a veracidade do crime (GRINBERG, 2009, p.122). No campo das ciências jurídicas, faz-se indispensável salientarmos as qualidades distintivas entre o *direito penal* e o *direito processual penal*: o primeiro se caracteriza pela definição do que se considera como delito e infrações da lei com suas respectivas punições. Em relação ao segundo quesito assinalado, ele

[...] regulamenta o modo como é investigado o crime; o modo como é demonstrada a verdade sobre o fato e sobre a responsabilidade criminal; e o modo como a decisão judicial deve resolver o conflito entre o interesse de punir e o interesse de liberdade que nasce com o crime. É importante: a prisão de qualquer pessoa encontra suas regras e seus fundamentos no direito processual penal. É esse ramo do direito que diz quando, por que e de que forma uma pessoa pode ser presa (BAJER, 2002, p.8).

Comprovada a existência do crime, outra denúncia é empenhada por promotores de justiça, delegados, inspetores de quartirão ou até pela própria vítima (caso esteja viva), dependendo do contexto de cada legislação. Formalizada a denúncia, produz-se o *auto de corpo de delito*: exame pericial realizado na(s) vítima(s) seja ela cadáver ou não, para constatar a maneira como o delito foi cometido pela acusado. Posteriormente, temos o *auto de qualificação do acusado*, o que corresponde a um interrogatório¹ do próprio acusado, bem como, as testemunhas e todos os indivíduos envolvidos no caso. Após estas etapas, o *sumário de culpa* é configurado por meio de um relatório confeccionado pelo delegado. Neste detalhado relatório nos deparamos com indícios e provas que fazem do acusado o provável autor do delito, isto é, o delegado procura expor todas as possíveis informações consistentes que possam favorecer a incriminação do futuro réu (GRINBERG, 2009, p.122; H. SANTOS, 2011, p.2759-2760). Torna-se imprescindível salientarmos que esta descrição acerca da estrutura que compõe um processo criminal, com suas respectivas etapas, tem uma profunda similaridade em relação ao período dos governos militares, sendo que podemos constatar tais procedimentos nos diversos documentos dos órgãos judiciais/repressores em nossa fonte.

Neste sentido, caso a denúncia seja acatada pelo juiz de Direito, anuncia-se outra faceta: o *julgamento*. A partir deste momento, o magistrado responsável efetua o encaminhamento do processo que é conduzido do seguinte modo: a inquirição de testemunhas, seja da acusação e/ou da defesa, bem como o interrogatório do próprio acusado (já orientado pelo advogado). Posteriormente, temos o *libelo* de acusação e de defesa, o que caracteriza uma exposição de argumentos a favor e contra o réu. Sendo assim, o juiz procede a um novo *parecer*, designando se está satisfeito ou não com os argumentos expressos por ambas as partes: se sim, o magistrado dá seguimento ao processo a partir de uma convocação para estabelecer o *tribunal de júri* (tribunal popular formado por pessoas locais a fim de julgar e decidir sobre o futuro do réu); se não, o juiz tem a possibilidade de requisitar mais indícios ou até mesmo advogados e/ou promotores podem interpor recursos, recorrer de algumas decisões, inserir novas petições, etc. O fim do processo ocorre

¹ Diferentemente do Inquérito Policial, neste momento o acusado tem a possibilidade do contraditório, pois se trata de um depoimento mais “natural” devido à ausência de inferências pontuais das autoridades policiais. Tal tratamento acontecerá de forma semelhante na esfera do tribunal (H. SANTOS, 2011, p.2760).

com a publicação da *sentença*, todavia, ambos os lados podem requerer da *apelação* para tentar promover outro julgamento, o que conseqüentemente, terá nova sentença (GRINBERG, 2009, p.122; H. SANTOS, 2011, p.2760-2761).

Retomando um assunto exposto anteriormente, obviamente, a concepção de “procura pela verdade”, a partir da constituição de um processo criminal, assinala-se extremamente relativo, especialmente no campo da interpretação e análise histórica, uma vez que a discussão acerca da querela que envolve a ideia de *verdade* em oposição à *ficção* no pensamento da teoria e metodologia da História, encontra-se vigente e muito ativa. A partir disto, podemos notar que tal contenda perpassa, do mesmo modo, na utilização de documentos judiciais pelos historiadores, especificamente os processos criminais, pois, ao invés de dar a possibilidade de reconstrução do cotidiano da população marginalizada (o que defendemos e o que se caracteriza por nosso intento, neste trabalho, que é traduzir o cotidiano de uma organização armada, indo além da aplicação da justiça repressiva exercida pelos governos militares), alguns especialistas, acerca do assunto, argumentam que não há

[...] possibilidade de o discurso jurídico transcender as suas fronteiras, permitindo, no máximo, uma análise metalingüística ou uma percepção ideológica de seus fundamentos. Nesse caso, por exemplo, o alcance instrumental dos documentos judiciais se limitaria a fornecer dados para a história da justiça, como fonte para a análise do discurso produzido pelos operadores do Direito ou, no limite, como termo para comparação de representações presentes no meio social mais amplo e decalcadas no ambiente jurídico (ROSEMBERG; SOUZA, 2009, p.169).

Neste âmbito, percebe-se que, na tentativa de punir ou acusar alguém, o documento judicial (processo-crime) procura gerar uma espécie de “verdade” a qual supostamente será “encontrada” no final do caso. É neste meandro que os pesquisadores céticos sobre o uso de processos criminais como documento histórico exercem sua crítica apontando as diversas “ficções” de cada depoimento e cada declaração, confeccionadas por “personagens” carregados de interesses específicos, os quais procuram influenciar o andamento do processo. Neste sentido, considera-se o processo criminal como um documento repleto de discrepâncias, desconexões e incertezas, as quais não nos permite traduzir o que de fato ocorreu. Apesar disto, “é importante lembrar, sempre, que nós não somos os detetives. Ou

melhor, somos um tipo diferente de detetive, cujo objetivo não é descobrir o culpado de um crime. Nossa tarefa é outra.” (GRINBERG, 2009, p.127-128). Logo, não desconsideramos as múltiplas versões que um processo criminal traz à tona, pelo contrário, é necessário compreendermos a maneira como ele foi elaborado pelas inúmeras versões que os agentes implicados no processo faz dele um complexo de interpretações acerca de um determinado acontecimento.

Consideramos, também, que os processos criminais, por serem documentos produzidos por instituições oficiais atreladas ao Estado, tem como função preponderar um controle social sobre determinados indivíduos e/ou coletivos, especialmente em nosso caso, que se trata de processo crime produzido por órgãos repressivos dos governos autoritários do regime militar contra um grupo oposicionista armado. Logo, processos criminais oriundos de períodos não democráticos trazem uma especificidade mais abrangente em relação a toda construção do processo, especialmente na composição dos depoimentos que foram adquiridos por meio de violência física e/ou psicológica, ou seja, as declarações oficiais dos envolvidos eram praticamente construídas pelos agentes da repressão. Sendo assim, soma-se a este cenário a parcialidade exacerbada dos promotores públicos e magistrados ao punirem os acusados.

Ainda em relação aos arquivos da repressão, ponderamos que tais arquivos carregam uma sensibilidade específica, afinal os documentos fazem parte da história recente do país, sendo que muitos dos envolvidos (juntamente com familiares e amigos), seja do governo ou da oposição, ainda estão vivos. Além disso, instituições como Forças Armadas, organizações de Direitos Humanos e o próprio Estado brasileiro estão diretamente envolvidos nesta questão, o que, portanto, a necessidade de analisá-los com extrema cautela, afinal,

[...] os documentos que compõem os acervos provenientes das forças repressivas servem, no presente, para atividades opostas à sua origem – produzidos para coordenar ações repressivas, agora podem ser usados para compensar vítimas por arbitrariedade e violações a seus direitos. Tais arquivos, absolutamente necessários para o exercício das atividades repressivas, se convertem, no novo regime, em instrumento social insubstituível para conformar novas relações sociais (BAUER; GERTZ, 2009, p.178).

Percorrendo neste mesmo caminho, a disponibilização dos arquivos da repressão, em 2002, no final de seu mandato, o então presidente Fernando Henrique Cardoso estipulou novas classificações e novos prazos para a divulgação de determinados documentos. O sociólogo, com base no decreto nº 5.553, estipulou que os arquivos *ultrassegretos* teriam um prazo de sigilo de 50 anos com prorrogação indefinida; os *segretos* por trinta (30) anos e prorrogáveis por mais trinta; os *confidenciais* por vinte (20) anos e prorrogáveis por mais vinte; e os *reservados*, 10 (dez) anos e prorrogáveis por mais dez. Posteriormente, no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, ocorreu uma intensa pressão para que a disponibilização realmente se efetivasse. No entanto, o ex-sindicalista, frustrando as expectativas de milhares, estabeleceu, por meio de um decreto-lei, que *somente* os arquivos que pudessem comprometer a segurança nacional jamais seriam disponibilizados. Por outro lado, foi estipulado que os prazos de sigilo de qualquer documento pudessem ser renovados por tempo indeterminado (BAUER; GERTZ, 2009, p.182-183). Atualmente, o governo de Dilma Rousseff discute um projeto de lei para que o “sigilo eterno” de arquivos ultrassegretos (absolutamente sigilosos) seja revogado. Todavia, há interesse das Forças Armadas e de alguns políticos, como os atuais senadores José Sarney e Fernando Collor de Mello, que tais documentos nunca sejam divulgados para a sociedade em geral. Nossa documentação, o processo criminal que envolveu os membros do MCR, não se enquadra nesta lei, pois foi disponibilizada no decorrer da década de 1990, a partir da primeira lei de arquivos em 1991, durante o governo de Fernando Collor. Naquela época, não havia um processo adequado e formal para tornar acessíveis os documentos referentes à ditadura, o que fez com que a disponibilização deles tenha sido feita de maneira aleatória e irregular.

Acreditamos que o Brasil caminha com extrema lentidão quando pensamos na disponibilização de arquivos oriundos do regime militar, apesar de alguns avanços recentes do governo Dilma em relação à preservação da memória de todos os possíveis envolvidos durante a vigência do autoritarismo civil-militar que perdurou por mais de 20 (vinte) anos no Brasil. Assim, temos o *Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas*, ligada ao Arquivo Nacional, que corresponde a um acervo de documentos referentes (sempre em construção) aos perseguidos políticos durante a ditadura, bem como, o estabelecimento da

Comissão Nacional da Verdade (CNV), atrelada ao Ministério da Justiça, que procura analisar e esclarecer violações aos Direitos Humanos praticadas pelos agentes da repressão durante o regime. Assim, é justamente o acesso geral aos documentos judiciais que podem fornecer ao historiador novas possibilidades de pesquisa, apesar de carregar um determinado ceticismo em relação a alguns pesquisadores.

No tocante a historiografia que se utiliza de documentos provenientes da esfera judicial, o trabalho de Maria Sylva de Carvalho Franco (1997) denominado *Homens Livres na Ordem Escravocrata* foi publicado em 1969 e é considerado como um dos pioneiros neste sentido. A autora, como o próprio título sugere, analisou a situação de trabalhadores livres entre 1830 e 1899 na região do Vale do Paraíba (estado de São Paulo), especialmente a cidade de Guaratinguetá. No entanto, foi na década de 1980 que a utilização de processos criminais como fonte histórica sofreu seu grande *boom*, o que posteriormente promoveu maior aceitação desse tipo de documento histórico pelos pesquisadores. Assim, temos obras como *Crime e Cotidiano* de Bóris Fausto (1984) onde o autor analisa a criminalidade na cidade de São Paulo entre os anos de 1880 a 1924; *Trabalho, Lar e Botequim* de Sidney Chalhoub (1986) que procura compreender o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro durante a Primeira República; e *Crime e Escravidão* de Maria Helena Machado (1987) a qual é pautada pela análise da criminalidade envolvendo escravos em lavouras de café no interior de São Paulo nos anos de 1830 a 1888.

2.2. Efêmera e explosiva: a História do Movimento Comunista Revolucionário (MCR)

Antes de iniciarmos a história MCR propriamente dita, é necessário apresentarmos algumas informações específicas acerca da documentação. Sendo assim, o processo criminal² está formalizado em seis volumes, em um total de mais de seis (6) mil páginas que engloba denúncia, auto de corpo de delito, apreensão de material dito subversivo por ocasião de desmantelamentos de aparelhos, testemunhos dos denunciados, declaração de testemunhas, defesa, declaração de

² Os volumes do processo que envolveu os membros do MCR estão arquivados no Supremo Tribunal Militar em Brasília/DF e disponíveis para pesquisa para todos que conseguirem autorização do general que preside o órgão. Desde que autorizado, o pesquisador pode reproduzir a documentação. Assim, uma cópia de todo o processo encontra-se em nosso arquivo pessoal.

advogados, parecer do júri e sentença. As páginas do processo revelam ações e ambições da organização em questão, bem como, a concepção política do governo, tendo em vista a organização do processo que revela, em última análise, a aplicação da justiça.

O primeiro volume abarca denúncia de membros do MCR e da VPR (o MCR teve auxílio da VPR durante sua formação; aspecto que abordamos mais adiante), bem como os demais elementos do processo que compõe a acusação. Detectamos que é nesse primeiro volume do processo-crime que encontramos maiores informações acerca das atividades executadas pelo grupo, ou seja: auto de prisão em flagrante delito; auto de apreensão de material subversivo; fotografias de “aparelhos” e materiais apreendidos; denúncia; declaração dos envolvidos e das testemunhas; e demais documentos e/ou peças do processo produzido pela justiça militar com intuito de demonstrar a culpabilidade dos envolvidos. Dessa forma, é nesse volume (composto de 412 páginas) que nos atemos com maior importância.

As demais partes do processo-crime compõem cinco volumes de apelação que trazem tanto a afirmação da denúncia e das respectivas, e possíveis provas do delito (e/ou crime), bem como a defesa e a argumentação da esquerda (que todos sabemos que reafirma a versão oficial, dada a violência dos inquéritos), ou seja, são nesses cinco volumes que encontramos a parte predominantemente judiciária do processo. No conjunto, as peças do processo, apesar da autoria do governo, revelam muito mais sobre o cotidiano das esquerdas do que sobre a história da direita no Brasil. Convém salientar que na análise dos processos não nos preocuparemos com os aspectos formais e/ou legais presentes, principalmente, nesses cinco volumes de apelação (já que o objeto deste estudo não é a aplicação da justiça militar), mas com os detalhes sobre as atividades armadas e urbanas efetivadas pelo grupo.

Tais atividades foram descritas no primeiro volume do processo-crime com riqueza de detalhes, já que o interrogatório baseava-se mais nas informações que os órgãos de repressão já tinham dos militantes do que no próprio testemunho de cada um deles. A verdade é que os oficiais da repressão reuniam tudo o que já sabiam sobre a organização, redigiam as declarações e forçavam a assinatura. E quando queriam alguma informação que não tinham, geralmente, os interrogatórios eram feitos sob tortura do(s) acusado(s). Construídos ou não pelos denunciados, as falas

registradas no documento revelam detalhes do cotidiano da esquerda em movimentos armados e urbanos de oposição a ditadura militar.

O MCR atuou como organização armada clandestina por pouco mais de um ano (1970-1971) e foi um grupo composto por 11 membros, sendo eles: Antônio Pinheiro Sales, o “Ferreira”³; Paulo Walter Radtke, o “Matias”; José Angeli Sobrinho, o “Meirelles”; Brilo Kan-Iti Suzuki, o “Salvador”; Ivan Braescher Ferreira; Paulo Oscar Bohn, o “Muller”; Ulisses Arpini, o “Barbieri”; Juarez Santos Alves; o “Freitas”; Mailde Cresqui, a “Chênia”; César Cresqui, o “Zeca” e Ana Maria Rocha da Silva. O MCR participou de sete operações, sendo que cinco delas tiveram a participação de militantes da VPR⁴. Todos os ex-militantes do MCR, com exceção do “Ferreira”⁵ (professor) e do “Meirelles” (técnico bancário), eram estudantes, sendo um deles, o “Zeca”, estudante secundarista e menor de idade, somente 17 anos. Por fim, todos os membros do grupo gaúcho foram condenados, apesar das inúmeras tentativas de apelação dos advogados dos réus. Não temos informações se militantes do MCR faleceram durante suas estadias nas prisões políticas.

A primeira ação executada pelo MCR e a VPR ocorreu na noite do dia 26 de julho de 1970, na cidade de Gramado, interior do estado do Rio Grande do Sul. A proposição desta operação era expropriar dinheiro do Banco do Brasil, sequestrando o gerente e subgerente, levando-os até o banco para que pudessem abrir o cofre. Foram formados dois grupos que, simultaneamente, foram até a residência destes bancários para aplicar a operação. A reunião de elaboração do plano de execução foi feita com a utilização de um aparelho da VPR; neste exato momento, “Ferreira” e “Matias” fundaram o MCR, caracterizando-o como um grupo, teoricamente, independente da VPR. O segundo conjunto de expropriações foi realizado no dia 13 de agosto de 1970, simultaneamente, em duas empresas de cigarros. Uma delas era a Companhia de Fumos Santa Cruz e a outra era a Fábrica de Cigarros Flórida. Novamente foram formados dois grupos englobando militantes de ambas as organizações guerrilheiras. A terceira operação em que o MCR esteve envolvido ocorreu no dia 29 de agosto de 1970. Nesta, a organização, comandada por

³ A partir deste momento, todos os nomes próprios que estiverem entre aspas, são codinomes que os guerrilheiros usavam para praticar as ações revolucionárias nas cidades.

⁴ Por causa do envolvimento da VPR na maioria das ações efetuadas pelo MCR, encontramos no processo diversas referências a seus militantes.

⁵ Salientamos que Antônio Sales, além da docência, também cursava o 4º de Direito antes de fundar o MCR. Por isso, podemos afirmar que “Ferreira” também era estudante.

“Ferreira”, inseriu em seus quadros um novo militante. José Angeli Sobrinho, o “Meirelles” foi incorporado ao grupo e rapidamente iniciou sua participação nas ações revolucionárias. Este assalto foi realizado na Firma Oficina Precisão, mais conhecida por Caça e Pesca.

A quarta expropriação foi realizada na madrugada do dia 4 de setembro de 1970, no Posto de Estacionamento Antão Farias, com intuito de angariar dinheiro e, principalmente, adquirir um ou mais automóveis. A quinta ação se deu no dia 8 de setembro de 1970; o local assaltado foi S.A. Moinhos Riograndenses (SAMRIG), uma empresa que produzia óleo de soja e que, atualmente, faz parte do grupo transnacional Bunge Alimentos e Fertilizantes. A sexta e penúltima ação ocorreu no dia 27 de novembro de 1970, na Distribuidora e Representações LTDA, mais conhecida como Distribuidora de Bombons Lacta. O único membro do MCR que participou desta operação foi o “Meirelles”. A sétima e última ação expropriatória foi realizada no dia 10 de dezembro de 1970 em uma agência do Banco Itaú América S.A., localizada no Hospital Nossa Senhora da Conceição. Esta operação foi planejada por um longo período, em virtude da complexidade estrutural que o local apresentava.

O MCR foi idealizado e fundado no ano de 1970, em Porto Alegre, por Antônio Pinheiro Sales, o “Ferreira”. Antônio Sales era professor, formado em Sociologia e cursava o 4º ano de Direito. Ele militava no Partido Operário Comunista (POC) até ser expulso por divergências ideológicas e administrativas, juntamente com seu *camarada* Paulo Walter Radtke, o “Matias”. Paulo Radtke foi uma espécie de cofundador do MCR, sendo “Ferreira” e “Matias” os primeiros membros e os que mais atuaram nas ações do grupo. Anterior ao estabelecimento definitivo de Antônio Sales e Paulo Radtke, no estado do Rio Grande do Sul, nos primórdios do ano de 1970, permaneceram por um tempo na cidade São Paulo, até o momento em que “Matias” se dirigiu até Porto Alegre e iniciou contatos com os militantes da VPR. Obviamente, tais contatos só foram possíveis com a influência de membros da VPR de São Paulo que conduziram a integração de “Matias” e “Ferreira” na seção gaúcha da organização. Desta forma, Antônio e Paulo passaram a residir no sul do país em *aparelhos*⁶. Assim, caracteriza-se, imprescindível, indagarmos a seguinte

⁶ Os aparelhos eram lugares, geralmente casas ou apartamentos, onde alguns militantes moravam e/ou guardavam posses da organização, tais como armas, munição, documentos do grupo e também dos militantes, dinheiro e objetos expropriados, etc.

questão: “Ferreira” e “Matias”, ambos expulsos do POC, conseguem estabelecer uma conexão com a VPR, sendo possível atuar nessa organização em que os comandantes regionais tinham contato direto com o capitão Carlos Lamarca. Antônio Sales opta por instituir um novo grupo guerrilheiro que foi o MCR.

Todavia, nos questionamos: quais eram as os reais motivos para a fundação de um novo grupo? Era realmente necessário mais uma fragmentação? Na verdade, as dissidências ocorreram por inúmeras questões. De uma dissidência da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) – surgiu a VPR; do PCB surgiram inúmeras dissidências, tais como a ALN de Carlos Marighella, o PC do B, e a facção denominada ALA Vermelha; o próprio POC é proveniente da POLOP; entre outros já expostos no primeiro capítulo deste trabalho. As causas de todas as fragmentações nos partidos e organizações são de tônica teórico-metodológica, inserido na prática da luta revolucionária armada que foi abordada e analisada no primeiro capítulo.

Neste sentido, podemos perceber a escolha de “Ferreira” por formar uma nova organização no registro de sua declaração ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS, e posteriormente DEOPS) inserida no processo-crime do MCR: “A V.P.R., organização de que o declarante diverge em questões de fundo, [...]”. No caso, apenas para ratificar, a tal “questão de fundo” dizia respeito aos princípios fundamentais que pautavam o conteúdo e as suas ações revolucionárias⁷. Apesar das divergências teóricas de Sales para com a VPR, a organização de Carlos Lamarca forneceu auxílio material e moral para a construção do MCR, sendo que o próprio, na maioria de suas ações, sempre agiram em conjunto com a VPR. Nesse sentido, no momento em que o MCR estava dedicado a luta armada, conquistando aos poucos certa independência da VPR, seus membros foram presos pela repressão, o que fez com que o grupo fosse desmantelado, ainda em processo de construção.

A primeira ação, composto pelo MCR e pela VPR, tinha intuito de expropriar dinheiro do Banco do Brasil por meio de um sequestro do gerente e do subgerente. Os grupos formados para tal operação foram estabelecidos da seguinte forma: o primeiro tinha responsabilidade com o gerente (Nestor Streb) e foi composto por Paulo Walter Radtke, o “Matias”; Carlos Roberto Serrasol Borges, o “Breno” e José

⁷ Arquivo Público do Supremo Tribunal Militar (APSTM). Processo 39.769 – 1º vol, p.176.

Clayton da Silva Vanini, o “Raimundo” (os dois últimos eram da VPR). A segunda facção que iria sequestrar o subgerente (Ivo Sippel) compunha Antônio Pinheiro Sales, o “Ferreira”; Luiz Carlos Dametto, o “Braga” e Edeimar Meimes, o “Joaquim” (apenas o primeiro era do MCR).

Foram usados dois veículos de marca Volkswagen, sendo um de propriedade de um militante da VPR que não participou desta ação – Airton Antonio Castagna, o “Bruno”, e o outro de propriedade da própria VPR, apelidado de “cancheiro”.⁸ O “cancheiro” foi utilizado em todas as expropriações feitas por ambas as organizações. As armas usadas foram de cano curto, tais como revolveres calibre 32, com exceção de uma metralhadora (na verdade, trata-se de uma sub-metralhadora I.N.A. calibre .45ACP utilizada pelo Exército Brasileiro entre 1950 a 1972)⁹. O grupo que foi até a residência do gerente não obteve o êxito esperado. Adentraram a residência de uma forma relativamente fácil, como podemos auferir em um trecho do depoimento de Nestor Streb, o gerente do banco:

[...] quando ouviu o tilintar da campainha, levantou-se e foi até a porta a fim de atender, deparando-se com um indivíduo, baixo, moreno, forte, bem barbeado, bem vestido e trazendo um pacote na mão, dizendo que havia, recebido do gerente da agência centro de Porto Alegre, quando o declarante abriu “meia porta”, para receber o tal pacote, o indivíduo empurrou-a (a porta) derrubando-o de encontro a uma Rádio Eletrola que havia no canto da sala (ante sala) e de imediato, empunhando um revolver calibre 32, colocou-o sobre seu rosto, mandando-o que ficasse quieto.¹⁰

Apesar de tal facilidade para conseguir entrar, a esposa de Nestor Streb, Nilse Ria Streb ficou muito nervosa com a situação, sendo que um deles, o único que permaneceu com máscara (meias de mulher), tentou em vão inúmeras vezes fazer com que Nilse se acalmasse e ficasse quieta, mas ela continuou demonstrando nervosismo e passou a gritar com guerrilheiros para que eles fossem embora. Dada a situação, “Matias”, “Breno” e “Raimundo” foram embora sem levar nenhum pertence e comunicaram, por transceptores, ao outro grupo que não

⁸ Interpretamos que apelido “cancheiro” vem do termo *escanCHA* (ou informalmente *cancha*) o que significa “passo largo”. Neste sentido, acreditamos que o “apelido” dado ao carro usado nas operações tinha um caráter simbólico de um veículo que tivesse um desempenho elevado em se tratando de velocidade.

⁹ A submetralhadora INA foi largamente utilizada por membros de grupos armados de esquerda durante o regime.

¹⁰ APSTM. Processo 39.769 – 1º vol, p.380.

lograram sucesso na operação. Concomitantemente, na residência do subgerente Ivo Sippel, o grupo formado por “Ferreira”, “Braga” e “Joaquim” também não obtiveram êxito. Entraram na casa do subgerente de forma semelhante, só que, neste caso, o bancário não tinha em seu poder as chaves do banco (estava na residência do gerente). Apesar da tentativa frustrada, as possíveis vítimas não chamaram atenção suficiente para a chegada da polícia e/ou da repressão. O grupo amarrou a todos (o bancário, esposa, filhos e empregada) antes de saírem sem, também, levar nenhum pertence que pudesse contribuir com as organizações.

Podemos notar já no início das ações do MCR alguns aspectos que trazem a tona a nossa hipótese de que a maioria dos guerrilheiros que atuaram contra a ditadura eram indivíduos vinculados às cidades e que, portanto, tal característica será evidente e recorrente em suas respectivas ações armadas. Assim, sequestrar funcionários de um banco para retirar dinheiro da instituição, bem como assaltar fábricas de cigarros representam características típicas de um cotidiano citadino, afinal, bancos e fábricas são estabelecimentos emblemáticos acerca do *modus operandi* urbano.

A segunda ação ocorreu simultaneamente em duas fábricas de cigarro: Companhia de Fumos Santa Cruz e a outra era a Fábrica de Cigarros Flórida. Torna-se imprescindível enfatizarmos que, mesmo a ação não tendo se efetivado da forma que os revolucionários gostariam, esta operação teve o comando do “Ferreira”, integrante do recém-fundado MCR. Podemos perceber que Sales tinha perfil para poder exercer atividade guerrilheira, juntamente com a confiança adquirida ao comando regional da VPR que forneceu auxílio material e humano. O grupo que atuou no assalto à Companhia de Fumos Santa Cruz foi composto por “Ferreira”, “Breno”, “Bruno” e dois integrantes da VPR que ainda não foram citados, o “Araújo” (Diógenes Sobrosa de Souza) e o “Olavo” (Jorge Sobrosa de Souza). Estes dois últimos eram irmãos. A realização deste assalto contou com a expropriação de um automóvel Corcel ocorrida dois dias antes da ação e, posteriormente, foram trocadas as placas do carro com o intuito de dificultar o seu reconhecimento. Os guerrilheiros estavam armados da submetralhadora INA, pistolas automáticas *Mauser* (usada pela polícia brasileira até a década de 1970) e revólveres.¹¹

¹¹ APSTM. Processo 39.769 – 1º vol, p.298.

Este assalto também não foi bem sucedido. No momento em que os militantes armados invadiram a fábrica para expropriar toda a quantia do cofre, o gerente Rogério Freitag não tinha em seu poder as chaves. Dessa forma, para não irem embora sem levar nada, os guerrilheiros fizeram com que os operários presentes entregassem todos seus pertences. Antes de fugirem, os revolucionários jogaram panfletos intitulados “ao povo de Porto Alegre – MCR – VPR” como uma forma demonstrativa de justificar e explicar aos operários os motivos do assalto. No entanto, como não foi possível expropriar o dinheiro patronal, a ação perdeu em credibilidade. A imprensa aproveitou da situação para desmoralizar o movimento contra os governos militares. O DOPS gaúcho fez questão de anexar ao processo-crime recortes de jornal impresso de matérias que criticavam e condenavam tal ação do MCR e da VPR. Abaixo temos alguns excertos que atestam a capitulação dos grandes setores midiáticos para com o governo¹²:

O desespero é tanto, continua, que nem mesmo os operários são agora poupados. Ainda nesse último assalto, por exemplo, simples trabalhadores foram obrigados a entregar seu dinheiro. Até mesmo um operário que passava pela frente da firma assaltada foi despojado de sua pasta. Os terroristas afirmam que os seus movimentos visam a beneficiar os operários, mas eles próprios se desmentem roubando as míseras economias dos trabalhadores e contra eles praticando violências (*Jornal Correio do Povo*, 15 de agosto de 1970).

O que os “festivos assaltantes” fizeram não é digno nem de ladrão comum, ainda mais de quem se diz “lutador pela grande causa da libertação...” – Roubar dinheiro, o dinheirinho suado, de modestos operários é mais do que um crime, é uma infâmia! [...] Onde está aquela ênfase que os comunistas e comunistóides sempre dão quando se referem às classes trabalhadoras? – Como justificar a “expropriação” do dinheiro dos operários? – Ou será que tais operários servem também às incursões do “espoliativo capitalismo estrangeiro”? [...] Quero ver agora como é que vão explicar ou justificar o roubo escancarado aos míseros cruzeirinhos dos operários da Santa Cruz. E se não fora só o roubo, ainda o tiro quase no rosto de um trabalhador, só porque não tinha tanto dinheiro quanto esperavam os delinquentes [...] (*Jornal Correio do Povo*, 16 de agosto de 1970).

Tendo em vista as acusações do jornal contra os guerrilheiros, o MCR e a VPR enviaram uma carta justificando aos operários os motivos e a quantia em

¹² APSTM. Processo 39.769 – 1º vol, p.311; 314.

dinheiro que lhes fora retirada, por meio do *Jornal Zero Hora*; deixaram na redação o pacote (justificativa e dinheiro), bem como outra carta das organizações dirigida aos funcionários da Companhia de Fumos Santa Cruz, em virtude de que os órgãos de repressão afirmavam que os guerrilheiros não haviam devolvido todo o dinheiro e que, supostamente, faltava uma parte da quantia. Abaixo trechos de ambas as cartas:

Estamos mandando esta cartinha aos companheiros, para explicarmos melhor o ocorrido, quando da desapropriação que pretendíamos executar, do dinheiro arrecadado pelos seus patrões. Deixamos claro aos companheiros que o dinheiro que queríamos não era o de vocês, que são funcionários e lutam arduamente pela sobrevivência. Só levamos o dinheiro e certos pertences porque circunstâncias da hora, exigiram que assim o fizéssemos. [...] Podem ver companheiros, enquanto vocês sofrem caladinhos, passando privações, eles nada fazem contra os companheiros, porque é isto que interessa aos patrões e ao governo, explorar sem ter problema nenhum. Mas para nós que já nos rebelamos contra esta situação, eles põem a polícia a nos caçar; massacram e torturam os nossos companheiros que se encontram presos. E mentem descaradamente para a imprensa, quando são perguntados pelas torturas que existem em todo o Brasil. Mas um dia, isto tudo vai mudar, e é lutando que se muda este estado de coisas. [...] Esperamos a compreensão dos companheiros, e pedimos desculpas pelo acontecido mais uma vez [...].¹³

Estamos deixando em mãos dos companheiros a quantia de 609,54 cruzeiros e mais um comunicado, que pedimos seja lido por todos os companheiros. Como os companheiros sabem, telefonamos dizendo que devolveríamos o dinheiro obtido dos companheiros, o que foi feito sábado pela manhã, quando telefonamos para o *Jornal Zero Hora* e indicamos o local onde estava o dinheiro. Mas o dinheiro e os pertences que ali também estavam foram remetidos à polícia, e esta diz que não entregamos todo o dinheiro obtido dos companheiros. Para evitar nova confusão resolvemos enviar o dinheiro que a polícia diz faltar, diretamente. Pedimos novamente desculpas aos companheiros pelo acontecido [...] Estamos é contra os patrões e os donos do dinheiro, contra aqueles que exploram o trabalho de vocês. Mais uma vez pedimos desculpas. E aceitem a nossa saudação revolucionária [...].¹⁴

A respeito dos panfletos, a sua confecção, em princípio, era feita por Mailde Cresqui, a “Chênia”, que, juntamente com o “Ferreira”, mimeografavam em papel de

¹³ APSTM. Processo 39.769 – 1º vol, p.313.

¹⁴ APSTM. Processo 39.769 – 1º vol, p.312.

gelatina¹⁵. Posteriormente, “Ferreira” passou a fabricá-los sozinho nos aparelhos do MCR. “Chênia” serviu de apoio ao MCR por pouco tempo, todavia foi indiciada pela Justiça Militar como integrante do grupo. Este assalto na Companhia de Fumos Santa Cruz também foi coordenado e liderado por Antônio Pinheiro Sales. O outro grupo que no mesmo dia (13 de agosto de 1970) fez a expropriação da Fábrica de Cigarros Flórida obteve um êxito acima do esperado. Compuseram esta facção os seguintes guerrilheiros: o comandante da operação, “Braga”; o único do MCR, “Matias”; o “Joaquim” e os que anteriormente não foram mencionados – Antônio Carlos de Araújo Chagas, o “Beto” e Carlos Alberto Tejera de Ré, o “Danilo”. O carro utilizado para esta operação foi o já referido “cancheiro” e as armas foram as mesmas que o outro grupo utilizou na Companhia de Fumos Santa Cruz. No momento em que chegaram à Fábrica de Cigarros Flórida, os militantes armados conseguiram rapidamente render todos os funcionários e expropriar da caixa da empresa uma quantia relativamente alta, e não os pertences dos trabalhadores da fábrica. O dinheiro obtido neste assalto ficou para a VPR, mas o recém-fundado grupo guerrilheiro continuou a receber apoio moral e material da organização de Carlos Lamarca.

A terceira ação ocorreu na Firma Oficina Precisão, um estabelecimento que comercializava artigos de caça e pesca, ou seja, este comércio tinha um estoque de armas e munições. Havia três pessoas na loja, sendo dois proprietários (um casal) e a terceira uma faxineira que no momento da ação limpava o chão. Todos foram rendidos e amarrados com cordas pelos militantes armados. A operação durou poucos minutos e os guerrilheiros conseguiram obter nove revólveres calibre 23; três espingardas; uma carabina (arma semelhante a uma espingarda com um comprimento reduzido e usada para caça), e dez mil e cem cartuchos calibre 38 e 32.¹⁶ Os revolucionários utilizaram para praticar o assalto pistolas e revólveres, bem como dois automóveis, o famoso “cancheiro” e o outro Volkswagen do militante “Bruno”. Participaram desta expropriação, além de “Bruno”, o “Ferreira”, “Matias” e “Meirelles”, do MCR e “Beto”, “Joaquim” e “Breno”, da VPR. Todas as armas e munições apanhadas foram levadas a um aparelho da VPR.

¹⁵ O papel de gelatina é utilizado na técnica impressão de foto criada por Peter Mawdsley em 1973. Este papel consiste numa camada adesiva de gelatina transparente que fixa os sais de prata no papel.

¹⁶ APSTM. Processo 39.769 – 1º vol, p.300.

A quarta tentativa de expropriação ocorreu quando seis militantes armados de pistolas e revólveres, usando lenços para cobrirem a face (algo raro de acontecer, já que na grande maioria das ações, os guerrilheiros não se preocupavam em esconder o rosto), três no “cancheiro” e os outros três a pé, chegaram ao Posto de Estacionamento Antão Farias, usando como pretexto abastecer o veículo; renderam o funcionário de plantão, e levaram dois automóveis que estavam estacionados no local, sendo um deles usado na operação seguinte. Os guerrilheiros que participaram desta ação foram o “Matias”, “Breno”, “Joaquim”, “Bruno”, “Braga” e o mais novo integrante do MCR, com apenas dezessete anos, César Cresqui, o “Zeca”. Este último era irmão da “Chênia” que ajudou o “Ferreira” a mimeografar os panfletos distribuídos em algumas ações expropriatórias e também alugou uma casa para que ele pudesse residir por algum tempo. É imprescindível ressaltar que, pela primeira vez, o comandante e fundador do MCR não participou da operação.

Mais uma vez percebemos a relação intrínseca entre os indivíduos e o seu cotidiano, nesse caso marcadas pelos espaços urbanos. No caso em questão, são as maneiras de relacionamento que os membros dos grupos guerrilheiros em relação ao ambiente citadino. As terceiras e quartas ações do MCR, juntamente com a VPR, mostram exatamente o cotidiano típico em uma cidade, mesmo que seja em um contexto extremamente específico como foram as ações dos grupos armados de esquerda durante a ditadura. Ora, assaltar uma loja de armas e, posteriormente, um estabelecimento de veículos configura uma identidade íntima com a esfera citadina, especialmente quando se trata de automóveis. O desenvolvimento das cidades acompanhou a ampliação do transporte público e particular, isto é, o fato de os militantes dos grupos (MCR e VPR) tentarem angariar automóveis para auxiliar nas operações, corresponde a uma ligação identitária extremamente forte ao cotidiano citadino.

A quinta ação ocorreu em uma empresa produtora de óleo de soja, a S.A. Moinhos Rio-grandenses (SAMRIG), sendo que o grupo formado por integrantes do MCR e da VPR, comandados pelo “Ferreira”, invadiram o escritório da SAMRIG, armados de duas submetralhadoras INA, revólveres e pistolas, submeteram os funcionários e forçaram o tesoureiro Valter Alves Campelo a entregar toda a quantia em dinheiro que estava no cofre. Angariado o dinheiro, os revolucionários distribuíram panfletos propagandísticos sobre as causas que motivaram a

expropriação e, abandonando o local, executaram alguns disparos para cima. Os veículos usados no assalto foram o “cancheiro” e um dos automóveis expropriados quatro dias antes do posto de estacionamento. Acreditamos ser essencial a reprodução do conteúdo dos panfletos que foram divulgados nesta expropriação, pois demonstram a forma como os guerrilheiros propagavam e fundamentavam a luta armada para os operários. O panfleto era dirigido para a população de Porto Alegre e assinado pelo MCR e pela VPR:

Enquanto a gorilada da Ditadura tenta enganar a população, com as suas comemorações da “INDEPENDÊNCIA DA PÁTRIA”, nós continuamos a nossa longa luta contra todas as formas de exploração e de opressão. A casa de armas e munições que há pouco desapropriamos, e esse dinheiro que agora expropriamos da burguesia, tem como fim o fortalecimento das vanguardas revolucionárias do proletariado, dos trabalhadores do campo e todos os setores explorados por esse regime ditatorial. Nesta Semana da Pátria intensificamos as nossas ações, certos de que essa é uma das maneiras de efetuarmos a nossa comemoração e assegurarmos a continuidade da luta que há de culminar com a grande vitória que será comemorada pelas massas exploradas e oprimidas. – Pela revolução dos trabalhadores. – Ousar lutar, ousar vencer.¹⁷

Enfatizamos que essa foi à primeira vez que a divisão do dinheiro obtido com as ações foi equitativa para as organizações. Percebemos, neste momento, a ascensão do MCR no tocante a importância do grupo dentro das operações expropriatórias realizadas com a VPR. A sexta expropriação logrou êxito e aconteceu com uma empresa distribuidora de chocolates, pois foi possível angariar todo o dinheiro do cofre, e alguns documentos e objetos da empresa, onde a organização fundada por “Ferreira” ficou com mais da metade do valor. A sétima e última ação antes do desmantelamento da organização pela repressão ocorreu no Hospital Nossa Senhora da Conceição, onde estava localizada uma agência do banco Itaú. Inúmeros militantes (de ambas as organizações) fizeram várias sondagens das condições externas e internas do local, mapeando o lugar à procura de informações acerca da quantidade, disponibilidade e maneira de como os seguranças conversaram com algumas enfermeiras tentando obter alguma informação que pudesse contribuir para a elaboração da ação etc. O planejamento teve como “cabeças” o “Ferreira”, “Meirelles” e o “Braga”, o último da VPR.

¹⁷ APSTM. Processo 39.769 – 1º vol, p.312.

Foram estruturadas três equipes, estando uma comandada por “Ferreira” e composta por, além do próprio Antônio Sales, “Olavo” e “Breno” da VPR, “Zeca” e “Prisco” do MCR, sendo que este último era um novo integrante da organização. Esta equipe ficou encarregada de entrar no interior do hospital; o “Ferreira” permaneceu na porta impedindo a entrada e a saída de pessoas; “Olavo” pegou o dinheiro do caixa da Farmácia; “Breno” e “Zeca” pegaram o dinheiro do caixa do Hospital e “Prisco” cortou os fios que ligavam o PABX. A equipe responsável pelo assalto ao Banco Itaú América, agência dentro do referido Hospital, foi liderada pelo “Meirelles”, sendo os outros, o Marco Antônio Lima Dourado, o “Orlando”, “Joaquim” e “Danilo” membros da VPR.

A terceira equipe comandada por “Braga” foi composta por, além do líder, “Araújo”, “Raimundo”, Isko Germer, o “Camilo” e o único do MCR, “Lídio”. Este grupo ficou responsável pelas tarefas fora do Hospital, tais como, fazer a segurança e angariar as chaves de todos os veículos que chegavam ao local para evitar uma possível perseguição. Os catorze guerrilheiros estavam armados de revólveres, pistolas e submetralhadoras INA; nenhum deles estava mascarado ou tentava esconder a face. Podemos apontar, sem delongas, tudo que foi planejado pelas organizações, com cada equipe executando as tarefas das quais foram encarregadas, foi realizado com sucesso, pois o valor total expropriado foi exorbitante e não houve nenhuma baixa, com exceção do “Breno”. “Breno”, no momento da fuga, quando foi subir em um dos veículos já em movimento, caiu (literalmente) ferindo a perna direita com estiramento do nervo ciático. Ele foi levado para um aparelho do MCR e medicado pelo militante da mesma organização chamado Brilo Kan-Iti Suzuki, o “Salvador”, que não tinha conhecimento nenhum de Medicina. Nota-se que o MCR julgou necessário, no momento, fazer crer aos membros da VPR que tinham um esquema médico necessário para situações extremas.

Os panfletos elaborados para ação foram distribuídos sem qualquer tipo de problema. Os militantes utilizaram três automóveis para a retirada: o “cancheiro”, já mencionado, um Volkswagen adquirido algumas semanas antes e um táxi que estava em frente ao Hospital. Apesar do sucesso desta operação, dois dias depois, praticamente todos os militantes do MCR foram presos, sendo que a maioria deles fora pego em flagrante “cobrindo pontos”, sendo que nestas ocasiões foram

apreendidas pelo DOPS gaúcho elevadas quantias em dinheiro que foram angariados nos assaltos; armas que os guerrilheiros portavam no momento, documentos de identidade falsos e outros documentos relativos à organização. Posterior à prisão dos integrantes do MCR, com exceção de “Prisco” e “Lídio”, tendo eles confessado (provavelmente sob tortura) tudo o que sabiam, os órgãos da repressão desmantelaram os aparelhos, sendo no total de três.¹⁸

No primeiro deles, na época o principal, foi encontrado e apreendido uma quantia alta do assalto ao Hospital Nossa Senhora da Conceição e do Banco Itaú América; várias armas, inclusive submetralhadoras; farta munição de diversos calibres; documentos falsos e documentos relativos à organização. Em um segundo aparelho, já praticamente abandonado pelo MCR, foi apreendida uma quantia em dinheiro relativamente baixa. No terceiro aparelho, que estava sendo acurado pelo “Meirelles”, foram apreendidas armas, munições, panfletos, placas de carro etc. Gostaríamos de ressaltar um aspecto que consideramos essencial, muito presente nas organizações armadas do período: o *justiçamento revolucionário*. Tal perspectiva contempla, para os guerrilheiros, uma execução sumária de alguém que servisse aos órgãos de repressão, a exemplo de um torturador, ou alguém das Forças Armadas, seja do Brasil ou de algum país que apoiasse o regime.

Consideramos um exemplo de justiçamento revolucionário que se tornou um símbolo que ocorreu no dia 12 de outubro de 1968 na cidade de São Paulo. Charles Rodney Chandler, capitão do Exército estadunidense, um “criminoso de guerra do Vietnã”, foi morto dentro de seu carro em uma ação formada por três guerrilheiros. O confesso motivo para o justiçamento revolucionário se deu na briga que ocorreu na Rua Maria Antônia. Na ocasião, a polícia agiu de forma violenta, ato somado às agressões vindas dos estudantes do Mackenzie (a maioria dos membros do Comando de Caça aos Comunistas ‘CCC’ pertencia ao corpo discente desta universidade presbiteriana) contra estudantes secundaristas e do curso de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP). Temos em Judith Patarra (1992, p.253-254) a descrição do fato:

Participantes do congresso da União Brasileira de Estudantes Secundários faziam pedágio na Maria Antônia para a viagem de volta. O que sobrasse dariam ao congresso da UNE. De posições no alto dos muros, mackenzistas atacaram com ovos. Pedras voaram da

¹⁸ APSTM. Processo 39.769 – 1º vol, p.269.

rua. Vieram tijolos. Alunos da Filosofia entraram na luta, José Dirceu e Luís Travassos à frente, enquanto professores embalde telefonavam aos colegas do Mackenzie pedindo-lhes que intercedessem. [...] Os atacantes obtiveram ácido sulfúrico. Coquetéis molotov retaliavam. A Guarda Civil interrompeu a batalha. Uma ambulância levou oito queimados de ácido. A polícia ficou no Mackenzie protegendo os agressores e logo invadiu a Filosofia, onde prendeu alunos e professores. A noite desceu e os dois lados se prepararam para novos ataques. A guerra continuada parou no dia seguinte à tarde, quando morreu o secundarista José Guimarães, 20 anos, que ajudava os alunos da Filosofia a carregar pedras. Uma bala o acertou na cabeça. Além dele foram feridos uma criança e dois estudantes, internados em estado grave na Santa Casa. [...] Jovens transtornados saíram do prédio destruído rumo ao Centro, defenderam-se da polícia com buscapês, incendiaram cinco automóveis, uma da comitiva de Costa e Silva, desgarrado. O pelotão espancou, deu tiros. Estava aí o morto previsto. Foram presas 86 pessoas.

O capitão Chandler também era a agente da CIA. Ele chefou a ação do Exército boliviano que culminou com o assassinato de Ernesto “Che” Guevara e estava no Brasil com a missão de preparar os agentes repressivos locais nas práticas do combate à guerrilha revolucionária através de torturas e ações cruéis. O planejamento de sua morte foi elaborado por Onofre Pinto, coordenador geral da VPR, Diógenes José Carvalho de Oliveira, também da VPR, e Marco Antônio Braz de Carvalho, o “Marquito”, homem de confiança de Carlos Marighella, que dirigia o Agrupamento Comunista de São Paulo (AC/SP), futura ALN.

Os guerrilheiros que executaram a ação de atirar no capitão foram Diógenes Oliveira, que com um revólver *Taurus* calibre 38 descarregou no criminoso de guerra todo o tambor da arma somado a algumas rajadas de submetralhadora INA dadas por “Marquito”. Na obra *Iara*, no trecho sobre o justicamento:

O setor logístico da Organização respondeu com o “justicamento revolucionário” – fuzilar Charles Chandler – planejado para o dia 8, aniversário da morte de Che e passeata em memória de José Guimarães. [...] O capitão não apareceu no horário ou viajara. Voltaram dia 12, entusiasmados com o sucesso do assalto ao carro pagador da Massey-Ferguson na antevéspera, que rendeu 80 mil cruzeiros novos. E fuzilaram-no. Panfletos distribuídos pelo ex-sargento Pedro Lobo de Oliveira, militante de esquerda expulso das Forças Armadas depois de 64 e desde então chofer de táxi, davam explicações aos horrorizados moradores da rua, no bairro do Sumaré (PATARRA, 1992, p.254-255).

A questão da justiça revolucionária tornou-se visível para os militantes do MCR e da VPR, em Porto Alegre. Quando o DOPS gaúcho prendeu Reinholdo Amadeu Klement, o “Batista”, comandante estadual da VPR, foi encontrado em sua posse uma lista de nomes de autoridades civis e militares que deveriam ser justiçadas, sendo os componentes deste levantamento, o Tenente-Coronel Ilos Fagundes Moreira; Major João Leivas Job; Major Átila; Delegados do DEOPS Firmino Perez Rodrigues (diretor), Pedro Seelig, Marco Aurélio Reis e os agentes do Departamento, Nilo Hervella, Omar Fernandes e Lindomar Cardoso. Apesar da elaboração da lista de possíveis futuros justiçados fora feita pelo “Setor de Inteligência” da VPR, havia uma alta probabilidade de que membros do MCR pudessem participar dos justiçamentos, afinal ambas as organizações atuaram em conjunto na maioria das operações (5 de 7), sendo que, em três delas, o comandante foi algum membro do MCR, principalmente o “Ferreira”. No entanto, o próprio “Ferreira” se dispôs a fundar um novo grupo, justamente por discordar de alguns elementos relacionados à ideologia e metodologia da VPR, o que podemos indagar se realmente o MCR participaria dos justiçamentos programados pelos integrantes da VPR.

De maneira geral, a nossa hipótese está propagada neste capítulo, afinal, que a maioria dos membros do MCR eram estudantes, com exceção de dois, apesar de seus respectivos ofícios serem tipicamente urbanos (professor e técnico bancário). Além disso, as ações efetuadas pelo grupo ocorreram somente em cidades, sobretudo Porto Alegre, uma capital de estado. Os estabelecimentos que foram alvos das tentativas de expropriação estão intrinsecamente atrelados à esfera urbana, tais como bancos, fábricas, hospitais, etc. As armas utilizadas, especialmente a submetralhadora INA, são dispositivos empregados, em sua maioria, em ambientes urbanos, afinal, uma submetralhadora, bem como revólveres e pistolas tem alcance relativamente curto, o que compactua com a questão da populosa nas cidades, isto é, os indivíduos na esfera citadina estão, recorrentemente, bem próximos um dos outros.

Em síntese, as ações revolucionárias promovidas pelo MCR em âmbito citadino colocaram em xeque a euforia em relação ao discurso totalizante da guerrilha rural, fazendo com que a guerrilha urbana tivesse sentido em si mesma, ou seja, a guerrilha urbana foi tão atuante em relação às operações na esfera rural que

alavancou concepções para além do discurso que somente tinham utilidade para financiar a guerrilha rural. Neste sentido, abordarmos no terceiro e próximo capítulo as diversas funções da guerrilha urbana que contribuíram para a elaboração de um conceito próprio, apesar da permanência do “velho” discurso de guerrilha rural.

CAPÍTULO 3

“Tiago: – Eu tô sozinho, Rosa.

Silêncio/hesitação...

Rosa: – Será que tudo isso tá valendo a pena?

Tiago: – Será que alguém aí sabe da nossa luta?”

Filme – Cabra-cega, 2005 (1h20m50s – 1h21m20s).

Direção: Toni Venturi

CAPÍTULO 3. GUERRILHA URBANA: CONCEPÇÕES E IDENTIDADE

Este capítulo trata das diversas funções que a guerrilha urbana exerceu durante a resistência armada contra o governo civil-militar, afinal a guerrilha rural não se efetivou da maneira que os revolucionários de esquerda idealizaram, isto é, esta concepção sempre se caracterizou pelo *vir a ser* da luta armada no ambiente rural, embora nunca tenha se concretizado. Assim, na prática, a guerrilha urbana nunca chegou a angariar fundos suficientes para a implantação da guerrilha rural, apesar de ter povoado intensamente o imaginário dos guerrilheiros no período, pelo contrário, as ações armadas nas cidades acabaram por sustentar (precariamente na maioria dos casos) a própria guerrilha urbana (quando mencionamos a questão do suporte material para as organizações armadas, trata-se de uma maneira geral, especialmente a manutenção dos *aparelhos*¹). Neste sentido, tomamos a expressão “guerrilha urbana” como conceito e prática voltada para si mesma, e com importância para a compreensão do cotidiano das manifestações de oposição armada aos governos militares instituídos no Brasil desde 1964, algo que encontra-se ausente na historiografia acerca da esquerda armada clandestina no período dos governos militares brasileiros.

Antes de nos aprofundarmos nesta questão, é imprescindível elencarmos alguns aspectos outrora abordados neste trabalho para analisarmos a problemática com melhor desenvoltura. No primeiro capítulo foi abordado, dentre inúmeras temáticas, a influência de teorias revolucionárias voltadas para o espaço rural que obtiveram êxito em países como Cuba e China no imaginário dos militantes que lançaram mão da luta armada, o que, conseqüentemente, ocupou a mentalidade dos partícipes e nos programas revolucionários das organizações clandestinas. Estas teorias (foquismo e maoísmo) tinham por essência o âmbito rural como espaço preponderante para a preparação e execução da guerrilha devido a diversos motivos, tais como, a suposta dificuldade que as Forças Armadas teriam para combatê-la justamente por causa da própria composição espacial-territorial da

¹ Como já foi apontado no capítulo 2, os aparelhos eram lugares (casas ou apartamentos) que abrigavam os guerrilheiros, o que, geralmente, tinha infraestrutura mínima (sendo muitas vezes abaixo) para sobrevivência dos militantes.

localidade², bem como a hipotética força revolucionária dos camponeses. Ora, em relação a este último, o Brasil não possuía (e ainda não possui) naquele contexto um quadro do que podemos chamar de *camponeses*, aliás, a formação de um campesinato no país era o principal objetivo de Francisco Julião em suas atividades nas *Ligas Camponesas*, intuito que nunca foi efetivado. A composição humana do âmbito rural no Brasil nas décadas de 1960 e 1970 do século XX, em sua maioria, era constituída por lavradores que praticavam agricultura de subsistência e/ou eram subordinados à fazendeiros, os grandes proprietários de terra. Com isso, podemos afirmar que a possibilidade de angariar suporte moral e humano no campo era uma tarefa árdua e que não logrou êxito, muito pelo contrário, inúmeros trabalhadores rurais denunciaram a polícia atividades “suspeitas” de pessoas “estranhas”, como ocorreu, por exemplo, na famosa Guerrilha do Araguaia (1967-1974)³, região atual do estado do Tocantins.

Deste modo, consideramos que a implantação de uma guerrilha no espaço rural requeria uma árdua preparação a fim de combinar diversos elementos que poderiam contribuir para uma possível execução da luta armada. Além da questão do suporte material, especialmente recursos financeiros, armas e munições, bem como um espaço adequado para iniciar os procedimentos de composição da guerrilha, havia, como já mencionamos, o sustentáculo humano. Afora os guerrilheiros, era fundamental inserir a comunidade local nos anseios revolucionários do(s) grupo(s) para possibilitar uma integração perante o meio, legitimar os objetivos e ações da guerrilha, e igualmente ampliar o número de indivíduos que pudessem contribuir em possíveis combates armados contra os militares⁴.

A inserção de guerrilheiros, ou melhor, da guerrilha como um todo, em uma comunidade regional específica no meio rural, consiste em uma problemática relacionada com a questão da identidade, como já analisamos no primeiro capítulo, entretanto esta é uma temática preponderante no trabalho, pois nos fornece respaldo para a nossa interpretação acerca da hipótese apresentada, a qual se

² Tinha-se a ideia de que o ambiente citadino facilitaria a captura dos “subversivos” pelos órgãos de repressão, bem como a concepção de que o espaço urbano era “aburguesado” em demasia, o que, portanto, não correspondia aos anseios revolucionários.

³ Ressaltamos que a guerrilha só começou a ser combatida pelo Exército a partir de 1972. A fase anterior refere-se à preparação e implantação dela pelos guerrilheiros.

⁴ Tanto Ernesto Guevara como Mao Zedong, em suas teorias, apontam a importância da formação de um “Exército Popular” para almejar o sucesso contra as forças militares.

caracteriza pelo paradoxo entre as teorias revolucionárias de cunho rural e a prática guerrilheira na esfera urbana exercida por pessoas intrinsecamente atreladas ao próprio espaço citadino. Em vista disso, quando apontamos denúncias de trabalhadores rurais contra indivíduos “estranhos” que realizavam atividades “suspeitas” trata-se apenas do antagonismo pertinente à relação teoria *versus* práticas revolucionárias: é neste meandro que se apresenta a incompatibilidade identitária entre o espaço físico (rural) e as manifestações armadas das organizações guerrilheiras (urbano). A ausência de identidade dos guerrilheiros em relação ao meio campestre foi crucial para o fracasso da almejada guerrilha rural, pois eles, justamente por serem essencialmente urbanos, não conseguiram compreender o cotidiano do âmbito rural para poderem se integrar ao ambiente e poderem implantar a guerrilha como desejavam. Por isso, os integrantes de grupos armados de esquerda que ousaram empreender a guerrilha no campo sempre foram considerados “estranhos no ninho”, o que fez, portanto, terem sido massacrados pelos militares governistas.

No segundo capítulo, tivemos a preocupação de apresentar a história do MCR como uma maneira de evidenciar a atuação tipicamente citadina da maioria das organizações armadas clandestinas de esquerda, afinal a trajetória guerrilheira do MCR é *análoga* em relação à maioria dos outros grupos, como mencionamos no primeiro capítulo, tais como a ALN de Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, a VPR do capitão Carlos Lamarca, o PCBR de Mário Alves e Gorender, etc. As tentativas de expropriação (assaltos à banco, assaltos à estabelecimentos comerciais e assaltos à fábricas) foram realizadas, muitas vezes, com a parceria da VPR, integralmente em área citadina por indivíduos essencialmente urbanos, sendo em sua maioria estudantes universitários, bem como professores e trabalhadores técnicos. Neste sentido, podemos indagar uma questão: a concepção de guerrilha rural sempre esteve presente no imaginário das organizações armadas, especificamente aquelas que atuaram em âmbito citadino, pois pensaram, romântica e equivocadamente, que a guerrilha urbana era somente um fator temporário. Apesar disso, as ações armadas nas urbes, efetuadas por pessoas citadinas, foram conduzidas até o momento que a repressão governamental eliminou a oposição guerrilheira. Após abordamos a incompatibilidade identitária entre espaço físico e material humano, seria possível afirmar que a guerrilha urbana logrou êxito em suas

atividades!? Acreditamos que não, pois, na verdade, não se trata somente da questão da resistência à ditadura, bem como da superioridade militar das Forças Armadas, mas sim das possibilidades técnicas dos membros das organizações, como, por exemplo, ter conhecimento e habilidade suficiente para utilizar armas de fogo. Deste modo, o MCR, dentre suas respectivas operações na cidade de Porto Alegre e região, obteve mais insucessos do que êxitos e, justamente quando conseguiram realizar uma ação importantíssima, aquela da agência do Banco Itaú América, localizada no interior do Hospital Nossa Senhora da Conceição, dois dias depois, todos os envolvidos foram presos pela polícia política, tanto membros do MCR, quanto da VPR, pois foi uma atividade em conjunto.

Podemos notar que as capacidades técnicas para efetuarem expropriações nas mais diversas localidades comerciais eram limitadas, o que fazia com que as atividades pretendidas não fossem alcançadas de maneira satisfatória, ou seja, mesmo que o terreno físico (a esfera urbana) estivesse compatível e de certa maneira que este aspecto pudesse cooperar com as operações (o indivíduo fundamentalmente urbano compreende bem o cotidiano do ambiente citadino), a maioria dos partícipes da luta armada não tinham experiência suficiente para exercer atividades guerrilheiras. Por mais que houvesse alguns treinamentos com armas de fogo, simulações específicas em contextos adversos, eram pouquíssimos os que conseguiam demonstrar lampejos de habilidade de um Carlos Lamarca, por exemplo. Portanto, apesar do terreno favorável, a guerrilha urbana, representada pelas inúmeras organizações armadas clandestinas, também sofreu em relação à infraestrutura material e a capacidade militar humana. Não obstante determinadas deficiências da ação guerrilheira na esfera das urbes, consideramos que, de maneira geral, a resistência armada contra não conquistou seu objetivo, entretanto impuseram “baixas” (morais e materiais) consideráveis aos militares, como, por exemplo, o sequestro do embaixador estadunidense, Charles Burke Elbrick, executado pela ALN e pelo MR-8, bem como a expropriação do cofre domiciliar do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros, efetuada pela VAR-Palmares, sendo ambas as operações realizadas em 1969 na cidade do Rio de Janeiro e na capital paulista, respectivamente.

3.1. Formulações teóricas acerca da Guerrilha Urbana

No intuito de elaborar um conceito para a expressão *Guerrilha Urbana*, é necessário apresentar algumas considerações que envolvem a temática, mesmo que seu valor seja considerado, de maneira secundária, como um instrumento da luta armada por teóricos como Guevara, Debray, Mao Zedong, dentre outros. Teorias revolucionárias como foquismo e o maoísmo, que inspiraram a maioria das organizações armadas de esquerda, situaram a guerrilha urbana (muitas vezes, não é caracterizada como guerrilha) em papel secundário e com possibilidade de ser descartada, caso ocorra um possível revés frente as forças governamentais de repressão. Ernesto “Che” Guevara aponta sua predileção pelo espaço rural em detrimento da esfera citadina:

[...] as forças urbanas, dirigidas pelo estado-maior do exército do povo, podem efetuar ações de grande importância. A possível destruição dessas forças urbanas não fará morrer a *alma da revolução*, o seu comando, que, de sua *fortaleza rural*, continuará a catalisar o espírito revolucionário das massas e organizará outras forças revolucionárias, para outras batalhas (GUEVARA, 1968, p.72).

A concepção teórica da guerrilha rural, seja maoista, foquista ou uma mescla de ambas, afetou o imaginário de uma vasta gama de guerrilheiros, inclusive de ícones como Lamarca e Marighella. No entanto, o ex-militante do PCB foi o único a ter uma preocupação mais abrangente acerca da importância da guerrilha urbana no Brasil, mesmo considerando-a uma etapa da guerrilha rural. Neste sentido, Marighella escreveu um *Mini Manual do Guerrilheiro Urbano*⁵, o qual foi mimeografado com intuito de ser distribuído entre as associações armadas de esquerda com atuação nas cidades. Neste manual, Marighella propõe diretrizes a serem seguidas por guerrilheiros essencialmente urbanos, principalmente àquelas relacionadas à ideologia, ao modo de vida citadino, à subsistência, à preparação técnica dos membros, bem como da utilização das armas. Por meio das diversas informações contidas nesse manual é que acreditamos poder compreender a identidade própria da guerrilha em manifestações urbanas. Além disso, podemos

⁵ Documento digital. *Mini Manual do Guerrilheiro Urbano*. Disponível em: <http://marxists.org/portugues/marighella/1969/manual/index.htm>. Acesso em 15 ago. 2012.

inferir sobre a dicotomia entre o discurso teórico e a prática política da esquerda armada nacional que possuía o intuito de derrubar os militares do governo do país.

Desse modo, Marighella almejou promover uma identidade singular aos grupos guerrilheiros urbanos, conseqüentemente, para a guerrilha urbana de maneira geral. Isto porque Marighella, mesmo tendo o *modus operandi* castro-guevarista como inspiração teórico-ideológica, adquiriu uma compreensão mais abrangente sobre as funções táticas da guerrilha enquanto artefato citadino. Assim, caracteriza-se necessário mostrar a tentativa de Marighella teorizar o guerrilheiro tipicamente urbano, por meio de excertos oriundos de seu *Manual*:

O guerrilheiro urbano é um homem que luta contra uma ditadura militar com armas, utilizando métodos não convencionais. Um revolucionário político e um patriota ardente, ele é um lutador pela libertação de seu país, um amigo de sua gente e da liberdade. A área na qual o guerrilheiro urbano atua são as grandes cidades brasileiras. [...] Também há muitos bandidos, conhecidos como delinquentes, que atuam nas grandes cidades. Muitas vezes assaltos pelos delinquentes são interpretados como ações de guerrilheiros. O guerrilheiro urbano, no entanto, difere radicalmente dos delinquentes. [...] O guerrilheiro urbano não teme dismantelar ou destruir o presente sistema econômico, político e social brasileiro, já que sua meta é ajudar ao guerrilheiro rural e colaborar para a criação de um sistema totalmente novo e uma estrutura revolucionária social e política, com as massas armadas no poder.⁶

Como já afirmamos anteriormente, a influência da teoria guerrilheira no campo é evidente no imaginário dos partícipes da esquerda armada clandestina, visto que é possível observarmos, no trecho acima, que Marighella assinala que o guerrilheiro urbano é importante para auxiliar o guerrilheiro rural a realizar a revolução no país. Ora, se em um complexo esquema de guerrilha nós temos indivíduos distintos que efetuam atividades no meio rural ou na esfera urbana, isto é, podemos interpretar que o guerrilheiro da cidade não pode conceber atividades no campo, bem como o guerrilheiro rural não estaria suficientemente habilitado para exercer funções tipicamente citadinas. Acreditamos que Carlos Marighella, ao abordar esta questão, ilustrou a imprescindibilidade de se ter uma identidade para com o meio que se pretende executar ações de guerrilha, que mesmo realizando esta leitura, talvez não tivesse consciência do fato em si, afinal, ele era um homem

⁶ Documento digital. *Mini Manual do Guerrilheiro Urbano*. Disponível em: <<http://marxists.org/portugues/marighella/1969/manual/index.htm>>. Acesso em 15 ago. 2012, p.4.

do seu tempo, fazendo com que não pudesse analisar a questão de outro paradigma. A fim de enfatizarmos nossa ideia, o ex-militante do PCB, em seu *Manual*, dentre os inúmeros assuntos, ele traz a tona a questão do *conhecimento do terreno*, ou seja, uma boa compreensão do espaço físico é essencial para a realização de tarefas guerrilheiras:

O guerrilheiro urbano familiarizado com o terreno difícil e irregular, avenidas, ruas, estradas, entradas e saídas, esquinas dos centros urbanos, suas passagens e atalhos, os lotes vazios, suas passagens subterrâneas, seus tubos e sistemas de esgoto pode cruzar com segurança pelo terreno não familiar para a polícia, onde podem ser surpreendidos em uma emboscada fatal em qualquer momento. [...] Por conhecer o terreno o guerrilheiro pode passar a pé, em bicicleta, em automóvel, 4x4, ou caminhão e nunca ser apanhado. Atuando em grupos pequenos com umas quantas pessoas, os guerrilheiros podem se reunir em uma hora em lugares determinados, prosseguindo o ataque, com novas operações de guerrilha, ou evadindo o círculo da polícia e desorientando o inimigo com sua audácia sem precedente. [...] Nossa experiência é que o guerrilheiro urbano ideal é alguém que opera em sua própria cidade e que conhece completamente a cidade e suas ruas, suas vizinhanças, seus problemas de trânsito, e outras peculiaridades. O guerrilheiro estrangeiro, que vem a cidade na qual o terreno não é familiar para ele, é um ponto fraco e se é designado para certas operações, pode colocá-la em perigo. Para evitar erros graves, é necessário que o primeiro conheça bem a localização das diferentes ruas.⁷

Quando interpretamos que Marighella depreendeu o fato de que o guerrilheiro urbano somente poderia exercer funções no ambiente citadino (e o mesmo equivale para o guerrilheiro rural), podemos perceber que o ex-guerrilheiro foi além. Marighella mostra que não é suficiente para o guerrilheiro ser urbano e exercer atividades em cidades, mas sim, conhecer profundamente a urbe em que se planejam realizar operações, isto é, um homem tipicamente urbano da cidade de São Paulo não logrará êxito caso necessite realizar ações guerrilheiras na cidade de Franca, por exemplo, pois não estará familiarizado com o espaço físico, especialmente no que se refere à localização. Como exemplificação, mencionamos a experiência guerrilheira (ao menos as pretensões

⁷ Documento digital. *Mini Manual do Guerrilheiro Urbano*. Disponível em: <<http://marxists.org/portugues/marighella/1969/manual/index.htm>>. Acesso em 15 ago. 2012, p.21.

teóricas) do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros⁸ (MLN-T), grupo guerrilheiro urbano que atuou contra a ditadura militar no Uruguai (1973-1985), apesar de ter iniciado suas atividades guerrilheiras no início dos anos de 1960. Segundo Héctor Saint-Pierre (1999, p.201), a guerra revolucionária na esfera cidadina buscava agregar associações de operários e de estudantes para inseri-los nas fileiras guerrilheiras, algo que os Tupamaros fizeram com relativa maestria. Em vista disso, apontamos elementos da predileção pela guerrilha urbana ao invés da guerrilha rural pelo MLN-T:

Não temos lugares inexpugnáveis no território como para instalar um foco guerrilheiro que perdure, embora tenhamos lugares de difícil acesso no campo. Em compensação temos uma grande cidade com mais de 300 km quadrados de edifícios, que permite o desenvolvimento da luta urbana. Isso quer dizer que não podemos copiar a estratégia daqueles países que por suas condições geográficas podem instalar um foco guerrilheiro nas montanhas ou selvas com possibilidade de se estabilizar [...]. Se nosso campo não pode servir para instalar um foco permanente pelo menos pode servir para manobras de dispersão das forças repressivas (NUÑEZ, 1969, p.51-52 apud SAINT-PIERRE, 1999, p.201).

Como é possível notar, a dinâmica estratégica de guerrilha dos Tupamaros foi a que mais se preocupou em definir qual era o papel e como seriam efetuadas as ações guerrilheiras nas cidades. Ressaltamos, ainda, que na concepção dos guerrilheiros uruguaios, a luta armada no âmbito rural, caso ocorresse, estava subordinada a guerrilha urbana e tinha o intuito de dificultar as ofensivas militares do governo. A flexibilidade teórico-estratégica, em relação à influência de teorias revolucionárias estrangeiras do MLN-T permitiu que eles pudessem absorver as características que admitiam ser úteis para o processo de luta armada e eliminar ou deixar em segundo plano, outros elementos que julgassem infrutuosos sem se preocuparem com o *status* de seguir/aplicar essa ou aquela teoria revolucionária. Embora já tenhamos mencionado, enfatizamos que Marighella foi o guerrilheiro que mais se aproximou da guerrilha urbana, porém sempre concebendo-a como parte integrante de um suposto complexo guerrilheiro de cunho rural.

⁸ O atual presidente do Uruguai (mandato de 2010 a 2014), José Mujica, foi integrante dos Tupamaros.

3.2. A Guerrilha Urbana e suas funções: o caso do MCR

O intento de elaborar um conceito para a guerrilha urbana, por meio de nossa documentação, somado ao conhecimento historiográfico acerca das trajetórias de inúmeras organizações armadas de esquerda, exige que determinados aspectos sejam apresentados e analisados, ou seja, é necessário abordarmos o exercício de atribuições referentes à guerrilha urbana, tendo como pano de fundo a trajetória do grupo guerrilheiro MCR. Neste sentido, as funções da guerrilha urbana, excluindo o conhecido aspecto de “financiar a guerrilha rural”, se caracterizam pelo autossustento para criar um suporte para as atividades que serão planejadas e executadas. Isto se torna perceptível no suposto⁹ depoimento do líder do MCR Antônio Pinheiro Sales, o “Ferreira”:

[...] é necessário que se crie uma infraestrutura material que assegure as atividades políticas. Essa infraestrutura material só pode ser criada quase que exclusivamente com assaltos a mão armada.¹⁰

A partir disto, assinalamos que, após a adesão de pessoas em grupos guerrilheiros, fica evidente a necessidade em angariar dinheiro para garantir o mínimo de sobrevivência para a organização. A aquisição de armas, munições e veículos automotivos eram fundamentais para a realização de assaltos a mão armada, bem como a constituição de uma localidade (o aparelho¹¹) que permitia aos guerrilheiros a possibilidade de se esconderem e igualmente armazenar o que era obtido nas expropriações.

A manutenção do grupo armado requer uma constante atenção acerca da infraestrutura, bem como, a aquisição de novos quadros de militantes. Convém salientarmos que o dinheiro levantado nas ações tinha que manter o grupo, no que toca ao pagamento do aluguel dos aparelhos, a alimentação dos militantes, combustível dos veículos usados nas operações, mesmo quando o carro era roubado já “com o tanque cheio”, além de outros custos. O “cancheiro”, por exemplo,

⁹ Utilizamos o termo *suposto* por entendermos que os depoimentos dos guerrilheiros eram confeccionados pelos próprios órgãos de repressão por meio de informações obtidas anteriormente em investigações, bem como a aquisição de outras informações sob tortura dos depoentes. Esta questão já foi abordada no capítulo anterior.

¹⁰ APSTM. Processo 39.769 – 1º vol, p.176.

¹¹ Poderia haver mais de um aparelho, dependendo da estrutura de cada organização.

por ser propriedade desta última, exigia manutenção que iria além do combustível. Registram-se, ainda, vários outros custos, como o envio de certa quantia para algum militante que necessitasse do dinheiro com urgência. Assim, a organização que tivesse mais membros na clandestinidade, mais custos tinha com a sobrevivência de seus integrantes. Antes da clandestinidade, os militantes, em geral, vivem com a família, fato que significa moradia, comida e estudos. Quando reconhecidos pela repressão abandonam a antiga vida e passam a sobreviver à custa da organização. Desde então, questões como moradia, comida, roupas e demais necessidades pessoais passam a ser financiadas pelo dinheiro que a organização conseguia levantar nas ações guerrilheiras. Os custos da manutenção dos membros somados aos valores exigidos para a aquisição dos aparatos utilizados nas próprias operações consumiam a maioria dos lucros, ou seja, bem pouco ou nada sobrava para a guerrilha rural.

Percorrendo, por ora, a questão da manutenção, consideramos que era sempre necessário angariar novos quadros para a sobrevivência da organização. Explica-se: uma vez na clandestinidade, a expectativa de vida útil do militante não passava de alguns meses, o que, portanto, novos membros significavam mais gastos com documentos, treinamentos, armas, munições etc. Quisessem os militantes da esquerda nacional ou não, o fato é que o maior movimento contra os governos militares brasileiros do período em questão foi o registrado nos centros urbanos. Entretanto, não pretendemos com isso, negar algumas iniciativas no meio rural, por exemplo, a Guerrilha do Araguaia. A famosa Guerrilha do Araguaia ocorreu entre 1967 a 1974 (o Exército só iniciou o combate em 1972; os outros anos se deram pela preparação da guerrilha), na região do rio Araguaia, próximos às cidades de São Geraldo e Marabá, no Pará e de Xambioá, na época, estado de Goiás, sendo atualmente estado de Tocantins. Contra ela, o Exército brasileiro investiu em três campanhas, sendo que, ao invés de as duas primeiras, os guerrilheiros venceram, entretanto não escaparam da terceira. Em janeiro de 1975, as operações militares foram consideradas oficialmente encerradas, com a morte ou detenção dos guerrilheiros.¹²

¹² Para maiores informações ver: CAMPOS FILHO, R. P. *Guerrilha do Araguaia – A Esquerda em Armas*; STUDART, H. *A Lei da Selva - Estratégia, Imaginário e Discurso dos Militares sobre a Guerrilha do Araguaia*; NASCIMENTO, D. M. *O Araguaia na Rota da Guerrilha*. In: FONTES, Edilza (org.). *Contado a História do Pará*.

A despeito de algumas experiências de guerrilha rural, como a Guerrilha do Araguaia mencionada acima, sabemos que ações armadas em âmbito campesino sempre representou o ideal de *vir a ser* e que jamais foi concretizado de fato e, por isso, a guerrilha urbana nunca exerceu a função de financiadora de possíveis atividades guerrilheiras na esfera rural. Apesar disto, no início da década de 1970, a concepção de guerrilha rural povoava o imaginário dos guerrilheiros urbanos, como podemos notar em um trecho de uma carta que foi dirigida aos funcionários da Companhia de Fumos Santa Cruz em que o MCR e a VPR se desculpavam por terem levado dinheiro dos operários, pois não conseguiram expropriar o dinheiro “patronal” e, como analisamos no segundo capítulo, os militantes destas duas organizações sofreram tentativas de desmoralização por parte da grande imprensa porto-alegrense:

Pretendemos nas cidades formar as milícias populares para combater a polícia e o exército, e, no campo propomos a guerrilha como forma de luta. *E a possibilidade de vitória no campo, já ficou categoricamente demonstrada, quando o líder revolucionário capitão Carlos Lamarca com mais vinte guerrilheiros de um “banho” nas forças da repressão que tinham no local uns 20 mil homens, conseguindo saírem todos com vida.* Enquanto o exército e polícia tiveram 8 mortos e 16 prisioneiros, feitos por nós.¹³

O texto fala da guerrilha rural, no entanto, as organizações armadas não tinham infraestrutura para iniciar uma guerrilha no campo. O grupo de Lamarca pode ter vencido uma batalha, mas não a guerra, sendo que o próprio capitão foi morto no sertão da Bahia, debaixo de uma árvore descansando, uma vez que passou um longo período fugindo dos agentes da repressão e, desta forma, encontrava-se debilitado fisicamente, sendo assassinado, juntamente com seu parceiro de fuga José Campos Barreto, codinome “Zequinha”. Além de fazer menção à guerrilha rural, o fragmento da carta ilustra uma das funções dos assaltos e apropriações: a propaganda de esquerda revolucionária. Independente do exagero dos números e da não comprovação do evento mencionado, o fato é que a carta divulga a existência do Lamarca, da repressão e da resistência política e sabemos que, no início, os governos militares tentaram esconder as organizações de esquerda, guerrilheiras ou não, através da censura.

¹³ APSTM. Processo 39.769 – 1º vol, p.313.

Deste modo, o governo civil-militar argumentava que era mais seguro que a população em geral não soubesse de opositores organizados contra o modelo de Estado imposto em 1964, sob o risco de que novos brasileiros aderissem ao movimento oposicionista. Com o tempo e diante da impossibilidade de ocultar o movimento da esquerda nacional, o governo instituído em 1964 adotou outra estratégia: a de apresentar os militantes como criminosos perigosos e nocivos à sobrevivência da sociedade em geral. A propaganda revolucionária foi extremamente importante para a propagação ideológica dos anseios da esquerda. A divulgação para os trabalhadores da existência de uma suposta vitória de um grupo guerrilheiro sobre o exército e a polícia política, sendo que tal grupo buscava uma determinada libertação dos trabalhadores perante a opressão do modo de produção capitalista, do qual o regime militar representava e sustentava, foi uma forma de apresentar aos operários que o grupo que assaltou a fábrica não tinha intenção de usufruto pessoal da quantia levada, mas sim, o financiamento para alcançar a hipotética libertação dos oprimidos, no caso, todos os trabalhadores, urbanos e rurais.

Apontamos, a fim de corroborar nossa interpretação, em uma das tentativas de expropriação do MCR e da VPR, neste caso outra empresa produtora de cigarros (Companhia Flórida S/A), o depoimento de um dos funcionários, Dinarte Bettio, a seguinte afirmação: “[...] Que, o declarante chegou a ouvir o elemento que estava com óculos e não tinha lenço sobre o rosto dizer: ‘Ninguém tente nada que ninguém se machuca, esse dinheiro é para comprar armas para a revolução’ [...]”.¹⁴ Esta era a postura típica de um guerrilheiro urbano, sem a pretensão de se esconder, afinal não era um delinquente qualquer (como vimos no início do capítulo na definição de Marighella sobre o guerrilheiro urbano), pois não tinha o intuito de fazer uso pessoal do dinheiro angariado.

Em relação ao reconhecimento dos militantes, cabe ressaltar que os militantes não se preocupavam em serem reconhecidos. Aliás, pelo contrário, a ideia “mostrar o rosto”, demonstrava que os ditos “delinquentes” não estavam praticando um crime comum, mas sim “crime” buscando a libertação dos oprimidos. Todavia, não havia regra. Em algumas ações, por exemplo, membros do MCR e da VPR usaram lenços ou meias de mulher para taparem seus rostos, entretanto, esta

¹⁴ APSTM. Processo 39.769 – 1º vol, p.39.

preocupação não foi verificada na grande maioria das operações. Dentre as sete ações que o MCR participou, em apenas três foram usados objetos para esconder a face dos guerrilheiros: na tentativa de assalto ao Banco do Brasil, na cidade de Gramado, a minoria dos militantes tentaram dificultar o reconhecimento; no Posto de Estacionamento alguns usaram meias de mulher; e na empresa de bombons Lacta, em que todos usaram lenços tapando o nariz e a boca. Igualmente, os membros das organizações em questão também não negavam os assaltos que tinham cometido, ao contrário, divulgavam as ações que obtiveram algum sucesso, como podemos notar no excerto do depoimento de um funcionário da empresa produtora de alimentos SAMRIG, Luiz Carlos da Rocha: “[...] é que nós agimos com mais intensidade e as armas usadas neste assalto foram roubadas em uma casa de armas na Rua Benjamin Constant [...]”.¹⁵

A propaganda da guerrilha urbana foi extremamente importante para a manutenção das organizações armadas de esquerda citadinas, pois promovia de maneira clandestina a divulgação de circunstâncias, as quais eram barradas e proibidas pela censura exercida pelos órgãos de repressão e informação. Consideramos que as “notícias” divulgadas pelos grupos guerrilheiros, por meio da panfletagem, por exemplo, vinham com um conteúdo ideológico intensamente parcial, todavia, poderiam apresentar a temática da tortura que estava sendo aplicada em presos políticos por representantes do governo, pois, já no início da década de 1970, grande parte da sociedade brasileira sequer poderia imaginar que o governo pudesse torturar algum indivíduo. Antônio Pinheiro Sales, em sua declaração, mostra a importância da divulgação da guerrilha urbana como resistência ao regime militar:

[...] a finalidade da panfletagem, concretamente se resumia em denúncias e propaganda das posições que defendiam. Ganhar a classe operária para se conscientizar e se organizar contra a ordem vigente, isto é, contra o capitalismo.¹⁶

Neste sentido, Marighella, em seu *Manual*, fomentou a importância da propaganda guerrilheira, como podemos perceber nos excertos abaixo:

¹⁵ APSTM. Processo 39.769 – 1º vol, p.9.

¹⁶ APSTM. Processo 39.769 – 1º vol, p.185.

A guerrilha urbana comprometida com a imprensa clandestina facilita enormemente a incorporação de um grande número de gente na batalha revolucionária, abrindo um trabalho permanente para aqueles que desejam trabalhar com a propaganda revolucionária, mesmo que quando fazê-lo signifique trabalhar sozinho e arriscar sua vida como revolucionário. [...] Com a existência de propaganda clandestina e material agitador, o espírito inventor da guerrilha urbana expande e cria catapultas, artefatos, morteiros e outros instrumentos com os quais distribuir os panfletos anti governo a distância [...]. Uma propaganda consistente de cartas enviadas a endereços específicos, explicando o significado das ações armadas da guerrilha urbana, isto produz consideráveis resultados e é um método de influenciar certos segmentos da população.¹⁷

A propaganda guerrilheira demonstrou seu ápice poder de força na decorrência do sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, em 1969, no Rio de Janeiro. Esta ação foi realizada por membros da ALN e do MR-8, tendo êxito, pois o objetivo foi alcançado, o qual se caracterizava pela soltura de um determinado grupo de presos políticos em troca da vida do embaixador. Os revolucionários fizeram com que fosse publicado e lido na íntegra, nos principais veículos de comunicação do país, um manifesto que divulgava a situação do embaixador, as exigências sobre a soltura dos presos políticos e, principalmente, denúncias das torturas e assassinatos que o regime cometia. Em síntese, enquanto os militares tentavam esconder ações da esquerda que obtiveram algum sucesso, os militantes se esforçavam para divulgá-las. Quando a repressão atingiu a maioria dos grupos, e a polícia política mandou divulgar assaltos e demais operações, enquanto fruto de criminalidade latente e comum, os militantes se esconderam. Afinal, com o acirramento da repressão e o desmantelamento da guerrilha, os que restaram passaram a lutar somente pela própria sobrevivência.

A propaganda política não era exclusiva dos militantes da esquerda, muito pelo contrário, o governo, amparado pela legalidade que foi construída a partir do golpe em 1964, tentava angariar a legitimidade da população apostando em um discurso democrático e, simultaneamente, empreendia a censura e a tortura como formas de impedir que a sociedade pudesse ter contato com informações oriundas dos porões da ditadura. Dessa forma, vemos em Carlos Fico, os militares utilizando a propaganda de forma semelhante para obter respaldo da sociedade:

¹⁷ Documento digital. *Mini Manual do Guerrilheiro Urbano*. Disponível em: <<http://marxists.org/portugues/marighella/1969/manual/index.htm>>. Acesso em 15 ago. 2012, p.21.

[...], portanto, também na propaganda política, o regime agia envergonhadamente, desejando não ser reconhecido como uma ditadura, negando que houvesse propaganda política, como negava que houvesse tortura ou censura. Traço marcante da ditadura militar brasileira, que também se expressava na estratégia do rodízio dos generais-presidentes (com o qual pretendia afastar-se da imagem dos caudilhos ditatoriais latino-americanos) e no furor legiferante que tentava legalizar atos espúrios e chegou a criar os inexcedíveis “decretos-secretos” (FICO, 2003, p.196).

Do mesmo modo, percebemos a atuação propagandística do governo em discursos oficiais, tais como os de Humberto Castelo Branco (1964-1967) em entrevista concedida ao jornalista João de Medeiros Calmon, no dia 14 de maio de 1965, no Rio de Janeiro, bem como em seu pronunciamento, no dia 19 de julho de 1966, na capital federal Brasília, ao dar posse ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Carlos Medeiros Silva, um conhecido jurista brasileiro, que trabalhou com Francisco Campos na confecção da Constituição outorgada de 1937, habilitando o Estado Novo varguista. Temos abaixo os respectivos excertos:

Não devemos esquecer que os adversários da Revolução desejam aproveitar toda e qualquer possibilidade de debate da área revolucionária, inclusive por não parecerem convencidos de que, feito para assegurar a sobrevivência da democracia brasileira, o movimento de 31 de março tem propiciado um clima de liberdade de crítica que não deve ser tomado como fraqueza ou transigência. Seria muito útil ao País cada qual se imbuir da ideia de que a Revolução é irreversível [...]. Dentro dessa orientação, não atenderemos a radicalismos nem nos desviaremos face à demagogia contrarrevolucionária.¹⁸

A chamada Guerra Revolucionária, cujos múltiplos e insidiosos aspectos são hoje bem conhecidos dos estudiosos das novas técnicas de subversão, não teve, ainda, entre nós, a sua definição legal, em toda a sua extensão. É pensamento do governo enfrentar o problema – revisão da Lei de Segurança – sem demora, com serenidade e firmeza, para [...] *preservação do regime democrático e representativo*.¹⁹

No primeiro excerto, mesmo se tratando de uma entrevista, interpretamos que tal reportagem também funcionaria como propaganda do governo, pois o repórter em questão era parlamentar pela ARENA. Além de difundir seu projeto político, o

¹⁸ Arquivo da Biblioteca do Planalto (ABP) – Humberto de Alencar Castelo Branco: Discursos – 1965, p.68.

¹⁹ ABP – Humberto de Alencar Castelo Branco: Discursos – 1966, p.334-335.

general-presidente almejou, igualmente, convencer o restante da sociedade de que os contrários às suas reformas eram adversários políticos e que, não importariam o que fizessem, não conseguiriam reverter o “processo revolucionário”. Já o segundo, a preocupação era com os embates que a “guerra revolucionária” poderia travar (ou já estar travando) com os insidiosos. O presidente, ao proferir um discurso ao setor administrativo do governo, mostrou que essas contendas seriam resolvidas por meio legal. Por isso, esse discurso é repleto de leis, revisões de leis e projetos de lei que garantem ao Estado ações para combater os denominados subversivos. Por fim, apresentamos os trechos de dois discursos do ex-presidente Castelo Branco como maneira de mostrar que o governo, com muitos mais recursos, travava com a esquerda armada, não apenas no âmbito militar, mas também na esfera da propaganda política.

3.3. O conceito de Guerrilha Urbana

O conceito de guerrilha urbana, apresentado neste capítulo, teve a pretensão de elaborar formulações que pudessem contribuir para uma melhor definição de significado, acerca da expressão, resgatando elementos característicos das ações guerrilheiras no cotidiano das cidades, bem como, a própria concepção de que uma *guerrilha* pode representar para um país (em nosso caso o Brasil pós-64) no momento em que há atividade revolucionária em um determinado terreno. Explica-se: para uma melhor compreensão do debate, realizamos a divisão da questão guerrilheira como movimento de contestação/resistência a um governo e o fato de efetuaram as operações armadas em âmbito citadino. É necessário ressaltar que não nos utilizamos do rigor característico da ciência política, sociologia, antropologia para a construção de um conceito, no entanto, intentamos, por meio de uma flexibilidade conceitual, fornecer uma acepção mais histórica à guerrilha urbana durante suas atividades no decorrer dos governos militares brasileiros.

Neste sentido, consideramos que as aspirações guerrilheiras no Brasil pós-64, independente das teorias e concepções que as fundamentavam, almejavam destituir os governos militares instaurados em 1964, promovendo a modificação do Estado brasileiro em caráter socialista que pretendia realizar transformações

profundas na sociedade por meio de políticas públicas análogas em países como Cuba e China após suas respectivas revoluções socialistas.

Sendo assim, neste contexto, as propostas de guerrilha estavam inseridas na *guerra revolucionária*, pois “sabe-se que a palavra [revolução] se aplica para designar mudanças drásticas e violentas na estrutura da sociedade” (FERNANDES, 1981, p.7-8), ideias estas intentadas pelas organizações armadas clandestinas de esquerda. A partir disto, acreditamos que a *tática de guerrilha* se caracteriza por embates contra um exército regular (geralmente de um país²⁰, pois na maioria das vezes atividades guerrilheiras promovem uma guerra civil) exercida por um ou mais grupos político-militares irregulares de combate. Logo, os três principais pilares acerca do combate guerrilheiro estão atrelados à relação dos partícipes com a população, os elementos estratégicos (político e militar) de luta e o espaço físico, que podem ou não, no decorrer do conflito, contribuir para o êxito do movimento armado (ÀTTINA, 1998, p.577-578).²¹

Baseado nas inúmeras histórias de organizações armadas de esquerda, sobretudo a trajetória do MCR, é possível afirmarmos que estas associações clandestinas praticaram diversas atividades de caráter guerrilheiro em ambientes citadinos, pois, além do intuito em derrubar o governo, a constituição humana dos grupos guerrilheiros era totalmente irregular, bem como seu poderio militar reduzido, o que não permitia (seria um suicídio coletivo) um confronto direto com as Forças Armadas. Sendo assim, o ofício guerrilheiro procurava enfraquecer o dito inimigo de maneira indireta, mas que pudesse causar o maior impacto possível, como por exemplo, a libertação de prisioneiros políticos motivada por meio de sequestros de pessoas ditas importantes, tal como embaixadores de outros países, bem como assaltos à bancos que poderiam atingir, segundo as concepções guerrilheiras, um dos grandes aliados dos governos militares: o capital estrangeiro representado por grandes empresas transnacionais.

De qualquer forma, a guerrilha urbana (e muito menos a guerrilha rural), no Brasil pós-64, nunca atingiu de maneira contundente os governos militares, apesar de ter realizado operações surpreendentes e que de alguma maneira gerou uma determinada rentabilidade, seja no campo material ou humano, como foi o sequestro

²⁰ Isto não quer dizer que não poderia haver auxílio externo de outro(s) Estado(s) nacional(is).

²¹ A tática de guerrilha não é exclusividade de organizações armadas de esquerda, entretanto é um fator que, muitas vezes, se confunde com as concepções de caráter esquerdistas por terem sido utilizados em larga escala por estes grupos políticos específicos.

do embaixador Charles Elbrick, efetuado pela ALN e pelo MR-8 em setembro de 1969. Neste sentido, a guerrilha urbana brasileira teve como principal funcionalidade a autossustentabilidade devido às altas despesas que a manutenção das organizações demandavam, aspecto este que impedia um maior desenvolvimento dos grupos e que, no decorrer dos anos, os quadros guerrilheiros foram sendo aniquilados pela repressão, principalmente após as mortes de Marighella, em 1969, e de Lamarca, em 1971, sendo estes, fatores não somente simbólicos que sepultaram quaisquer anseios de êxito da guerrilha como transformadora social.

Igualmente, a aproximação dos grupos guerrilheiros com setores da sociedade se caracterizou de maneira não satisfatória, devido a fatores como a intensa militarização das organizações armadas de esquerda, bem como a competência da repressão em desbaratar e eliminar a oposição clandestina. O próprio Marighella, por exemplo, inspirado em “Che” Guevara, imortalizou a máxima *“o dever de todo revolucionário é fazer a revolução”*. Segundo Ridenti (1993, p.57), havia dois grandes grupos, denominados de *militaristas* (ALN, VPR, MCR, MOLIPO, COLINA, etc) e de *massistas* (MR-8, PCBR, ALA Vermelha, VAR-Palmares, etc). O primeiro, ao menos em tese, estava preocupado, sobretudo pelas ações armadas; já o segundo, procurava mesclar o projeto revolucionário com um trabalho juntos às massas (daí vem a denominação massista). No entanto, o autor ressalta que a distinção destes grupos devem ser consideradas de maneira flexível, pois, em muitos casos, os *militaristas* tinham mais facilidade em penetrar nas massas do que os próprios *massistas*, a exemplo da VPR no movimento operário de Osasco e a ALN no movimento estudantil paulista. Convém apresentar que o MCR, apontado como militarista, tinha preocupação em realizar um trabalho com as bases trabalhadoras, como podemos perceber na declaração oficial de Antônio Pinheiro Sales, líder do MCR, sobre uma atividade guerrilheira realizada em um clube militar:

[...] acerca do pichamento da sede náutica do Círculo Militar e princípio de incêndio, o declarante afirma que isso não chegou ao seu conhecimento com antecedência, pois *os elementos da VPR nunca concordaram com nenhuma ação de cunho terrorista que seja isolada de trabalho da classe operária* [...]. Na primeira oportunidade perguntando ao Braga [companheiro de MCR] acerca dessa ação, foi informado com as seguintes palavras: “foram uns proletas da gente que fizeram” e, nessa oportunidade, mais uma vez, *o declarante criticou esse tipo de ação pois não a julga correta dentro de uma perspectiva realmente revolucionária. Dentro da*

*posição do MCR, [segundo “Ferreira”], as tarefas das vanguardas leninistas são as de ganhar a classe operária para a revolução socialista. Cabe a ela, a classe operária, lutar pela transformação da sociedade capitalista que se sustenta com a mais valia que é produzida pelos seus braços. Cabe portanto a ela, quando estiver conscientizada e organizada, escolher os meios de tomar o poder das mãos de seus patrões [...].*²²

Neste excerto, podemos notar que o MCR tinha preocupações com o velho trabalho partidário em relação a gama operária de maneira geral, o que julgava ser essencial para a condução da luta armada revolucionária, na verdade, seria um complemento importantíssimo a participação dos operários no decorrer do processo guerrilheiro. Ainda, percebemos no mesmo trecho acima que “Ferreira” não compactuava com atividades tidas como “terroristas”, pois não faziam parte da “perspectiva realmente revolucionária”. Por outro lado, Carlos Marighella destaca a importância deste tipo de ação para o funcionamento da guerrilha, pois poderia possibilitar a destruição de elementos humanos e materiais do governo rapidamente.

*O ato do terrorismo, fora a facilidade aparente na qual se pode realizar, não é diferente dos outros atos da guerrilha urbana e ações na qual o triunfo depende do plano e da determinação da organização revolucionária. É uma ação que a guerrilha urbana deve executar com muita calma, decisão e sangue frio [...]. O terrorismo é uma arma que o revolucionário não pode abandonar.*²³

A discussão acerca da equiparação de guerrilha com terrorismo é extremamente complexa, e requer um estudo abrangente e profundo sobre a questão, entretanto, julgamos pertinente apontá-la para mostrar que os guerrilheiros urbanos estavam distantes de uma coesão teórica, muito aquém de definir preceitos fundamentais nas formulações da luta armada nas cidades. Longe de estabelecer uma comparação entre Antônio Pinheiro Sales e Carlos Marighella e, por mais que houvesse conflitos teóricos entre as organizações e seus respectivos membros, a guerrilha urbana padecia pela ausência de diretrizes básicas de funcionamento devido à necessidade de executar as ações atribuídas

²² APSTM. Processo 39.769 – 1º vol, p.185.

²³ Documento digital. *Mini Manual do Guerrilheiro Urbano*. Disponível em: <<http://marxists.org/portugues/marighella/1969/manual/index.htm>>. Acesso em 15 ago. 2012, p.46.

pelos grupos armados urbanos, pois a vida cotidiana da clandestinidade não permitia qualquer ociosidade temporal.

Por fim, temos a problemática do espaço físico de atuação da guerrilha urbana. Neste caso, como já apresentamos e analisamos, o conhecimento do terreno era fundamental para a preparação, implantação e desenvolvimento da guerrilha, apesar do imaginário coletivo das organizações voltado a execução da guerrilha em âmbito rural. Ainda que os partícipes fossem tipicamente citadinos e, muitos deles atuaram em suas próprias cidades de origem²⁴, ou seja, além da identidade natural com o espaço urbano, havia uma determinada intimidade entre o guerrilheiro e sua “terra natal”, a qual poderia contribuir (e contribuiu!) com as necessidades e obstáculos que a guerrilha urbana pudesse sofrer, mas que não foi o suficiente para as organizações armadas de esquerda galgarem um patamar superior de infraestrutura.

Por conseguinte, concebemos que a guerrilha urbana atuante contra os governos militares no Brasil pós-64, pode ser definida como uma estratégia político-ideológica-militar com o objetivo de destituir a ascensão das Forças Armadas nacionais sobre o Estado brasileiro, pois não mais se considerava a possibilidade de chegar ao poder por meio de eleições, bem como, pela ampliação dos tentáculos militares na máquina administrativa do país para implantar um regime político de caráter socialista. A guerrilha citadina foi formada com o surgimento de diversos grupos independentes (dissidências e cisões em grandes grupos políticos de esquerda na época como o PCB) e constituída por indivíduos que acreditavam em uma ideologia caracterizada pelo marxismo-leninismo somado as influências fortíssimas oriundas da Revolução Cubana (foquismo) e Revolução Chinesa (maoísmo). Sob o mesmo prisma, as organizações armadas, em sua composição, tinham membros tipicamente urbanos, isto é, os militantes gozavam de suas identidades inerentes ao ambiente das urbes, especialmente os estudantes universitários, pois eram aqueles em maioria.²⁵

Os grupos guerrilheiros, bem como seus integrantes, exerceram atividades guerrilheiras no âmbito das cidades nos anos de 1966 a 1972²⁶, especialmente e

²⁴ O termo origem designa a estadia longa dos guerrilheiros em suas respectivas cidades.

²⁵ Ver *Quadro 1* no primeiro capítulo.

²⁶ O recorte temporal é flexível.

com maior intensidade e volume, entre 1968 e 1970. As ações armadas praticadas pelos guerrilheiros urbanos tinham como principal função realizar expropriações de

[...] recursos do governo e daqueles que pertencem aos grandes capitalistas [...] e com pequenas expropriações usadas para o mantimento do guerrilheiro urbano individual e grandes expropriações para o sustento da mesma revolução.²⁷

Afora as expropriações (assaltos à banco, empresas públicas ou privadas, estabelecimentos comerciais, etc), a guerrilha urbana promovia terrorismo material e psicológico, juntamente com execuções de companheiros tidos como traidores e os considerados inimigos (justiçamento), bem como sequestros.

Por outro lado, não obstante a prática armada nas cidades, a tradição da concepção guerrilheira rural estava enraizada no imaginário dos guerrilheiros urbanos, ocasionando um conflito identitário pessoal-individual, o que acarretava uma ilusão futura do processo revolucionário no campo e, conseqüentemente, um desalento e frustração pelo *vir a ser* da luta armada no meio rural permanecer sempre como anseio jamais contemplado. Logo, acreditamos que a ambição pela implantação da guerrilha no campo desarticulou e desvirtuou o objetivo principal da luta armada que se pautava em derrubar as Forças Armadas do Estado brasileiro, pois proporcionou uma concepção de cunho temporário em relação às atividades guerrilheiras nas urbes, como se tais atividades não acumulassem preponderância satisfatória no processo revolucionário.

Em síntese, sustentamos que a guerrilha urbana foi fomentada por militantes de esquerda que não encontraram mais opções pacíficas para combater e resistir a ditadura civil-militar, a não ser que lançassem mão da luta armada. Neste sentido, optaram por enaltecer o ideário de guerrilha rural em detrimento das ações armadas nas cidades, as quais consideraram somente transitórias, pois elas iriam financiar a tão almejada guerrilha no campo. Convém salientar que estes anseios de caráter rural nunca se concretizaram, tornando a guerrilha urbana como principal movimento armado de resistência. Porém, os guerrilheiros citadinos jamais compreenderam a real importância das práticas armadas nas cidades para o processo revolucionário socialista, como efetuaram o Tupamaros no Uruguai. A

²⁷ Documento digital. *Mini Manual do Guerrilheiro Urbano*. Disponível em: <<http://marxists.org/portugues/marighella/1969/manual/index.htm>>. Acesso em 15 ago. 2012, p.7.

guerrilha urbana, em meados de 1970, se encontrava praticamente encurralada e era uma questão de tempo para que fosse aniquilada com prisões e mortes de seus partícipes. Apesar do fim melancólico, podemos afirmar que a guerrilha urbana fomentou a possibilidade de compreendermos o cotidiano intenso, explosivo e caótico dos que se aventuraram na luta armada de caráter citadino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática de assuntos relacionados com a Ditadura Militar (1964-1985), especialmente referente à preservação da memória de indivíduos que foram alvos da repressão e sofreram com a tortura, bem como, aos familiares que reivindicam os desaparecimentos e/ou mortes de entes queridos, está em voga atualmente. Podemos elencar diversos fatores que contribuíram para tornar esta discussão sempre presente: a ascensão à presidência da República de Dilma Rousseff, ex-guerrilheira da VAR-Palmares; a constituição de núcleo de preservação da memória dos que lutaram contra os militares, em parceria com o Arquivo Nacional, denominado Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – “Memórias Reveladas”; a instituição da Comissão Nacional da Verdade (CNV) que irá trabalhar no sentido de esclarecer (e não punir) violações dos Direitos Humanos por órgãos governamentais de 1946 a 1988, com ênfase no períodos dos governos militares brasileiros; e a reestruturação dos prazos de disponibilização de documentos considerados “secretos” oriundos dos órgãos de repressão e informação durante o regime militar.

Neste sentido, acrescentamos a questão da popularização de Carlos Marighella, um dos principais líderes da guerrilha, por meio de filmes e canções, tais como um documentário sobre a vida do ex-guerrilheiro lançado em agosto de 2012, bem como o *rap* “Mil Faces de Um Homem Leal – Marighella” do grupo Racionais Mc’s. Com a democratização da *Internet*, a divulgação de materiais como este se tornou mais abrangente, portanto contribuindo para um maior acesso de informações, geralmente não transmitidas por veículos de comunicação tradicionais. Não consideramos que Carlos Marighella esteja em um patamar de popularidade como “Che” Guevara, entretanto, a sociedade brasileira está principiando seu conhecimento acerca de um indivíduo que pediu licença da vida para combater o que julgava como injustiça social no Brasil.

Por outro lado, em relação à disponibilização dos arquivos, há uma determinada resistência por parte de setores das Forças Armadas no sentido de emperrar a abertura de arquivos específicos, provavelmente, aqueles que contêm informações que podem apontar aspectos que desagradariam os militares, no sentido

de expor nomes de oficiais ainda vivos envolvidos em crimes considerados como violação dos Direitos Humanos. Ainda, notamos que determinados segmentos da sociedade civil procuram relativizar os crimes cometidos durante da ditadura, como, por exemplo, o texto da “ditabranda” publicado no editorial¹ do jornal Folha de São Paulo, em fevereiro de 2009. O tema era sobre Hugo Chávez e seu avanço no controle do Estado venezuelano, o qual foi comparado com os governos militares no Brasil, classificando-os e equivalendo-os como “ditabrandas”, expondo, de certa maneira, a versão oficial dos militares em relação às atitudes tomadas pelo regime.

Mais recentemente, uma estudante de Direito, ex-militante do Partido Democratas (DEM), pretendeu (re)fundar a ARENA com intuito de elevar a moral da política brasileira e criar um espaço de união para eleitores “nacionalistas e conservadores”, os quais, atualmente, não conseguem se identificar ideologicamente com outros partidos. De qualquer forma, a divulgação de tais documentos proporcionariam uma possível investigação (objetivo da CNV) e punição de prováveis culpados e, no âmbito acadêmico, novas abordagens nos estudos inéditos e circunstanciais sobre o período.

Outra questão que inflama o debate atual na temática dos governos militares é a disputa pelo significado de guerrilha. Citada anteriormente e de maneira modesta neste trabalho, a discussão gira em torno no sentido de caracterizar se os indivíduos que lançaram mão da luta armada contra a ditadura eram *guerrilheiros* ou *terroristas*. Convém notar que, nos anos dos governos autoritários militares, o termo guerrilheiro comportava significados diferentes. Para os adeptos da esquerda, ser guerrilheiro era bom; tinha conotação de pessoa comprometida com a democracia, alguém disposto a se sacrificar pelo país. Já o governo instituído tentava associar guerrilha à violência, ao terror. Atualmente, a dita direita venceu a disputa pelo imaginário do termo, já que a opinião pública agora equipara guerrilheiros a terroristas. Neste sentido, de nada adianta os membros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as FARC, por exemplo, insistirem em afirmar que são guerrilheiros e não terroristas, uma vez que a sociedade em geral equivale os termos. Salientamos que não estamos, de modo algum, julgando e/ou defendendo a atuação das FARC, apenas enfatizamos esse exemplo para explicitar a atualidade do tema do qual

¹ O editorial da Folha de São Paulo não leva a assinatura de nenhum jornalista específico, portanto a opinião é oriunda de toda a redação, ou melhor, da cúpula política-administrativa do jornal.

tratamos e, mais uma vez, demonstrar como as questões do historiador partem de seu presente.

Indagações sobre o insucesso da esquerda armada, frente aos governos militares foi o que fomentou a hipótese para este trabalho, mesmo que grande parte da historiografia acerca da esquerda clandestina no Brasil pós-64, especialmente referentes a guerrilha em si, elegeu tais indagações como objeto de estudo na tentativa de elucidar motivos e razões plausíveis, especialmente Jacob Gorender e Daniel Aarão Reis, pois foram partícipes do processo histórico guerrilheiro. Nesta ilustre investigação efetuada por estes e outros historiadores resultaram em um volume maior de incertezas que convicções, o que talvez possa ser inerente com nossa situação, pois, apesar de não ter sido nosso objetivo principal na pesquisa, concebemos que seja remotamente possível cravar uma suposta verdade, todavia, consideramos possível a construção e elaboração de evidências que possam corroborar com o aperfeiçoamento dos estudos acerca desta temática.

Sendo assim, nossa hipótese se concretizou na medida em que o cotidiano dos grupos guerrilheiros urbanos, representados pelo Movimento Comunista Revolucionário (MCR), foi sendo esquadrinhado por meio da análise dos documentos, especificamente o processo criminal e o manual do guerrilheiro urbano, o que explicitou o caráter intrinsecamente cidadão das atividades exercidas pelas organizações armadas. A partir disso, o conflito identitário tornou-se evidente após dezenas de ações guerrilheiras executadas em âmbito urbano, destacamos a ausência de ponderação dos militantes em relação ao espaço físico que atuavam somado a ideia fixa da revolução em solo campestre, como se houvesse uma divisão metafísica do corpo e da alma.

Deste modo, a elaboração do conceito para a expressão *guerrilha urbana* ocorreu por meio da estrutura funcional das organizações armadas, a qual estabeleceu o fio condutor para as atividades que foram efetuadas, pois o exercício de atribuições foi determinante para ratificarmos que a guerrilha urbana era, de fato, um movimento armado realmente cidadão. Logo, acreditamos que a ausência de importância significativa dos partícipes para com guerrilha nas cidades naquela época não se caracterizou suficiente para não logarmos êxito na construção do conceito, pois as práticas armadas na esfera urbana carregavam uma complexidade de elementos capazes de estabelecer paradigmas concretos e sólidos.

Por fim, consideramos ter contribuído com estudos e pesquisas relacionados com a temática dos governos militares brasileiros, sobretudo pelos assuntos voltados aos movimentos armados tipicamente urbanos, o que intentamos empreender um conceito concreto de guerrilha urbana, porém atrelado a uma flexibilidade ampla de reinterpretações de significado e sentido das ações armadas, em âmbito citadino, para fomentarmos novas fronteiras de estudos acadêmicos.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

Fontes

Discursos, pronunciamentos e entrevistas do presidente Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967) – Arquivo da Biblioteca do Planalto (Brasília/DF).

MARIGHELLA, Carlos. *Manual do Guerrilheiro Urbano*. São Paulo, 1969. (Documento digital) Disponível em: <<http://marxists.org/portugues/marighella/1969/manual/index.htm>>. Acesso em 15 ago. 2012.

Processo-crime que envolveu o Movimento Comunista Revolucionário (MCR) de Porto Alegre, Rio Grande do Sul – 06 volumes – sob a guarda do Arquivo Público do Supremo Tribunal Militar (Brasília/DF).

Obras

AFFONSO, A. *Raízes do Golpe*. São Paulo: Marco Zero, 1998.

AGUIAR, Roberto A. R. *Os Militares e a Constituinte*. Poder Civil e Poder Militar na Constituição. São Paulo: Alfa Omega, 1986.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A Dimensão Retórica da Historiografia. In: LUCA, Tania Regina de; PINKSY, Carla Bassanezi. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

ALMEIDA FILHO, Hamilton. *A sangue quente: a morte do jornalista Vladimir Herzog*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luís. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCS, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*. v.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 319-409.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício do cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. Lisboa: Relógio D'Água, 2001.

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: Economia Cafeeira, Urbanização e Industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. Almeida Neves. (Orgs). *O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930*. Col. O Brasil Republicano, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARRUDA, Antônio de. *ESG: História de sua doutrina*. Rio de Janeiro: Edições GRD/ Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1980.

ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

ASSIS, Denise de. *Propaganda e cinema a serviço do golpe (1962/1964)*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001.

ÀTTINA, Fúlvio. Guerrilha. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1998.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINKSY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi* (Anthropos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BAGATIM, Alessandra. *Personagens, trajetória e histórias das Forças Armadas de Libertação Nacional*. 2006. 140 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2006.

BAJER, Paula. *Processo penal e cidadania*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BARÃO, Carlos Alberto. A Influência da Revolução Cubana sobre a Esquerda Brasileira nos anos 60. In: MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil – Volume I: o impacto das revoluções*. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

BAUER, Caroline; GERTZ, René. Fontes sensíveis da história recente. In: LUCA, Tania Regina de; PINKSY, Carla Bassanezi. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

BERQUÓ, Alberto. *O seqüestro dia a dia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.) *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; SOIHET, Rachel. *Culturas Políticas*. Ensaios de história cultura, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: MAUAD, 2005.

BICUDO, Hélio Pereira. *Meu Depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1977.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: EDUNESP, 1995.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Luciana A. N. (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Col. O Brasil Republicano, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.13-42.

BOTOSSO, Marcelo. *FALN – a guerrilha em Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto, SP: Holos, 2006.

BRAGA, Maria Lúcia Santaella Braga. *Produção de linguagem e ideologia*. São Paulo: Cortez, 1980.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CALEIRO, Regina Célia Lima. História e crime. *Quando a mulher é a ré*. Franca 1890-1940. 1998. 149 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, São Paulo, 1998.

CAMURÇA LIMA, Marcelo Ayres. *Os "melhores filhos do povo": um estudo do ritual e do simbólico numa organização comunista – o caso do MR-8*. 1994. 324 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

CARONE, Edgard. *A quarta República (1945- 1964)*. São Paulo: Difel, 1980.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/ Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1990.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução?* São Paulo: Centro editorial latino americano, 1980.

_____. *A Guerrilha do CHE*. São Paulo: Edições Populares, 1980.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

DURAND, Gilbert. *O Imaginário*. Ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

ESCARIZ, Fernando. *Porque Theodomiro fugiu*. São Paulo: Global, 1980.

FAGUNDES, M. Seabra. *A legitimidade do poder político na experiência brasileira*. Recife: Publicação da OAB/ Seção de Pernambuco, 1982.

FARIA, Fabiano Godinho. *Ação, tradição e organização: a evolução do conceito de partido do PCB ao PCBR, ALN e PC do B (1962-1979)*. 2008. 326 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2008.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano*. A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES JUNIOR, Ottoni de. *O baú do guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FERNANDES, Florestan. *O que é Revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia (1964...)*. As esquerdas no Brasil. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Luciana A. N. (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Col. O Brasil Republicano, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.13-42.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.24, n.47, p.29-60, 2004.

FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: EDUNESP, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. A arqueologia do conflito no Brasil. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ZARANKIN, Andrés; REIS, José Alberioni dos (orgs.). *Arqueologia da repressão e da resistência – América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008.

GABEIRA, F. *o que é isso companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GASPARI, Élio. *As ilusões perdidas: A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; SOIHET, Rachel. *Culturas Políticas*. Ensaios de história cultura, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: MAUAD, 2005.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques; ROCHA, Leandro Mendes. *Identidades etnicidades: conceitos e preceitos*. In: SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (orgs.). *As Identidades no Tempo: ensaios de gênero, etnia e religião*. Vitória: EDUFES, 2006.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos Arquivos Judiciários. In: LUCA, Tania Regina de; PINKSY Carla Bassanezi. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

GRYNSZPAN, Mário. Acesso e recurso à justiça no Brasil: algumas questões. In: PANDOLFI, Dulce Chaves et al. (orgs.). *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 99-114.

GUEVARA, Ernesto. *Textos*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. (Orgs.). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2008.

JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2005.

KRIEGER, Daniel. *Desde as missões... saudades, lutas, esperanças*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda- jornalistas e censores*. Do A.I à Constituição de 1988. São Paulo: Boi Tempo, 2004

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LAPA, José Roberto do Amaral. *História e Historiografia*. Brasil Pós 64. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LIBARDI, Ana Paula de Souza. *A guerrilha amordaçada: a ALN na imprensa (1969-1974)*. 2007. 175 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2007.

LIMA, Edileuza Pimenta de. *ALN: ação e testemunho da luta armada contra a ditadura*. 2009. 231 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

LIRA NETO. *Castelo: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.

LOBO, Almícar. *A Hora do Lobo, a hora do carneiro*. Col. Memória dos vencidos, 2. Petrópolis: Vozes, 1989.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História: trabalhos da memória*, São Paulo, v.17, n.17, p.63-201, nov. 1998.

LUNGARETTI, Celso. *Náufrago da Utopia*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MACARINI, José Pedro. A Política econômica do governo Costa e Silva 1967-1969. *R. Econ. contemp.*, Rio de Janeiro, v.10, n.3, p.453-489, set./dez. 2006.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão – trabalho, luta, resistência nas lavouras paulistas, 1830 - 1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MACIEL, Wilma Antunes. *Repressão judicial no Brasil: o capitão Carlos Lamarca e a VPR na justiça militar (1969-1971)*. 2003. 184 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____. *A militarização da burocracia. A participação na administração federal das comunicações e da educação – 1963-1990*. São Paulo: EDUNESP, 2004.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Em nome da segurança nacional: os processos da justiça militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979*. 2002. 169 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MELLO, Jayme Portella de. *A Revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979.

MIR, Luís. *A Revolução Impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Best Seller, 1994.

MORAES, Dênis de. *A Esquerda e o Golpe de 64*. Vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MORAES, João Quartim de; ROIO, Marcos Del. *História do Marxismo no Brasil – Volume IV: Visões do Brasil*. São Paulo: Unicamp, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

NAFFAH NETO, Alfredo. *Poder, vida e morte na situação de tortura: esboço de uma fenomenologia do terror*. São Paulo: Hucitec, 1985.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas, SP: Papirus, 1994.

PATARRA, Judith Lieblich. *Iara: reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos de 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

_____. (org.). *Intelectuais, História e Política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

_____. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS, Daniel Aarão. O Maoísmo e a Trajetória dos Marxistas Brasileiros. In: MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil – Volume I: o impacto das revoluções*. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REVEL, Jacques. Cultura, culturas: uma perspectiva historiográfica. In: *Proposições. Ensaio de História e historiografia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina, PR: UEL, 2001.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Experiência de luta na emancipação feminina: mulheres na ALN*. 2011. 418 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: EDUNESP, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.

_____. *Esquerdas revolucionárias e luta armada*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. Almeida Neves. (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Col. O Brasil Republicano, v.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROSEMBERG, André; SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica. *Patrimônio e Memória*, Assis, v.5, n.2, p.168-182, dez. 2009.

SAINT-PIERRE, Héctor Luís. *A Política Armada*. Fundamentos da Guerra Revolucionária. São Paulo: EDUNESP, 2000.

SALES, Jeam Rodrigues. *Partido comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e prática política – 1962-1976*. 2000. 229 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2000.

SANTOS, Hélio. Processos Crimes como Fonte Histórica: Efeito Raschomon ou Possibilidades de Conhecimento? Algumas considerações metodológicas. In: V CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, Maringá. *Anais do V Congresso Internacional de História*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011, p.2754-2765. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/14.pdf>>. Acesso em 01 ago. 2012.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2008.

SCHILLING, P. *Como se coloca a direita no poder*. São Paulo: Global, 1981.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967.

SILVA, Márcia Pereira da. *Em busca do sonho: História, Juventude e Repressão*. Franca, 1960-1970. Montes Claros: Unimontes, 2001.

_____; COTRIM, Carolina Costa. O arbítrio e a violência: a prática da tortura no governo militar brasileiro. *Unimontes Científica*, Montes Claros, MG, v.6, n.2, p. 83-92, jul/dez. 2004.

_____. *A defesa legal do arbítrio: os governos militares e a cultura da legalidade (1964-1985)*. 2005. 359 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

SILVA, Tadeu Antonio Dix. *ALA Vermelha: revolução, autocrítica e repressão judicial no Estado de São Paulo (1967-1974)*. 2007. 294 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1980.

SKIDMORE, Thomas E. *O Brasil de Getúlio a Castelo Branco. (1930-1964)*. São Paulo: Saga, 1969.

SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo: Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000.

STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

VEZZETTI, Hugo. *Sobre la violencia revolucionaria: memórias y olvidos*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. v.2. Brasília: UNB, 1999.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. (Orgs.) *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2008.